

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

BrGaap

1º semestre 2025



Índice

Página

Demonstrações Contábeis

Balancos Patrimoniais Individuais e Consolidados	4
Demonstrações Individuais e Consolidadas do Resultado.....	5
Demonstrações Individuais e Consolidadas do Resultado Abrangente	6
Demonstrações Individuais e Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido.....	7
Demonstrações Individuais e Consolidadas dos Fluxos de Caixa	8
Demonstrações Individuais e Consolidadas do Valor Adicionado	9

Notas Explicativas

Nota 1 – Contexto operacional.....	10
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis	11
Nota 3 – Principais políticas contábeis.....	16
Nota 4 – Julgamentos e estimativas relevantes	29
Nota 5 – Caixa e equivalente de caixa	32
Nota 6 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	33
Nota 6.1 – Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de resultado	33
Nota 6.2 – Derivativos.....	36
Nota 6.3 – Outros ativos financeiros ao valor justo por meio resultado	42
Nota 7 – Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	42
Nota 7.1 – Aplicações interfinanceiras de liquidez – operações compromissadas	42
Nota 7.2 – Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	43
Nota 8 – Ativos financeiros ao custo amortizado	45
Nota 8.1 – Depósitos no banco central.....	45
Nota 8.2 – Aplicações interfinanceiras de liquidez – depósitos interfinanceiros.....	45
Nota 8.3 – Títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado	46
Nota 8.4 – Carteira de crédito mensurada ao custo amortizado.....	47
Nota 8.5 – Outros ativos financeiros ao custo amortizado	55
Nota 9 – Provisão para perdas esperadas associadas aos instrumentos financeiros	57
Nota 10 – Ativos e passivos fiscais.....	59
Nota 11 – Investimentos.....	62
Nota 12 – Imobilizado de uso	67
Nota 13 – Intangível.....	69
Nota 14 – Outros ativos.....	70
Nota 15 – Passivos financeiros ao custo amortizado	71
Nota 15.1 – Recursos de clientes.....	71
Nota 15.2 – Recursos de instituições financeiras e outras	72
Nota 15.3 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	73
Nota 15.4 – Outros passivos financeiros	76

Nota 16 – Provisões	77
Nota 17 – Compromissos de empréstimos, créditos a liberar e garantias financeiras prestadas	82
Nota 18 – Passivos atuariais	83
Nota 19 – Outros passivos	100
Nota 20 – Patrimônio líquido	100
Nota 21 – Receitas e despesas de juros e similares	102
Nota 22 – Ganhos e perdas com o valor justo de instrumentos financeiros	103
Nota 23 – Ganhos e perdas com a negociação de títulos e valores mobiliários	104
Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	104
Nota 25 – Despesas com pessoal	105
Nota 26 – Outras despesas administrativas	106
Nota 27 – Despesas tributárias	106
Nota 28 – Outras receitas	107
Nota 29 – Outras despesas	107
Nota 30 – Constituição e reversão de provisões	108
Nota 31 – Resultado não operacional	108
Nota 32 – Partes relacionadas	109
Nota 33 – Gestão de riscos e de capital	113
Nota 34 – Valor justo de ativos e passivos financeiros	118
Nota 35 – Balanço patrimonial por prazo	122
Nota 36 – Resultado recorrente e não recorrente	124
Nota 37 – Outras informações	124
Nota 38 – Eventos subsequentes	124
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	126
Parecer do Conselho Fiscal	133
Parecer do Conselho de Administração	134
Relatório do Auditor Independente	135

Balancos Patrimoniais Individuais e Consolidados

Ativo	Nota	Individual	Consolidado
		30/06/2025	30/06/2025
Disponibilidades	5	8.754.523	8.754.677
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6	135.936.248	137.866.349
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	6.1	135.491.517	137.421.607
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	85	96
Outros ativos financeiros	6.3	444.646	444.646
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7	439.465.103	438.443.701
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.1	200.051.000	200.051.000
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	7.2	239.414.103	238.392.701
Ativos financeiros ao custo amortizado	8	1.464.515.464	1.481.126.400
Depósitos no Banco Central	8.1	137.651.418	137.651.418
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.2	3.115.124	3.115.124
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	8.3	2.216.100	2.216.100
Carteira de crédito	8.4	1.278.001.087	1.294.140.142
Outros ativos financeiros (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	8.5	43.531.735	44.003.616
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito com característica de concessão	8.4	(54.892.587)	(54.892.587)
Ativos fiscais		72.806.581	72.809.919
Correntes		5.150.054	5.153.111
Diferidos	10	67.656.527	67.656.808
Outros ativos	14	14.407.544	14.472.559
Investimentos	11	12.618.355	13.773.875
Investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto		12.618.355	13.773.908
(Perdas por redução ao valor recuperável)			(33)
Imobilizado de uso	12	4.877.696	4.888.062
Imobilizações de uso		12.608.615	12.619.081
Depreciação acumulada		(7.697.022)	(7.697.122)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(33.897)	(33.897)
Intangível	13	3.164.738	3.191.784
Ativos intangíveis		8.185.917	8.215.967
Amortização acumulada		(4.985.922)	(4.988.926)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(35.257)	(35.257)
Total		2.101.653.665	2.120.434.739

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Individual	Consolidado
		30/06/2025	30/06/2025
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		156.152	156.152
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	156.152	156.152
Passivos financeiros ao custo amortizado	15	1.924.340.707	1.888.664.412
Recursos de clientes	15.1	792.094.612	791.863.912
Recursos de instituições financeiras e outras	15.2	763.266.513	762.965.136
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	15.3	335.727.954	300.063.708
Outros passivos financeiros	15.4	33.251.628	33.771.656
Provisões	16	11.074.176	11.080.881
Fiscais, cíveis e trabalhistas		10.100.890	10.100.890
Outras provisões		973.286	979.991
Perdas esperadas comp. empréstimos, créd. a liberar e garantias financeiras prestadas	17	2.630.847	2.630.847
Passivos fiscais		5.594.660	5.799.543
Correntes		1.373.640	1.572.381
Diferidos		4.221.020	4.227.162
Passivos atuariais (Benefícios a empregados)		20.428.083	20.428.083
Outros passivos	19	28.268.143	44.150.854
Patrimônio líquido	20	109.160.897	147.523.967
Capital		105.300.000	105.300.000
Instrumento elegível ao capital principal			35.664.249
Reserva de reavaliação		203.263	203.263
Reservas de lucros		6.818.618	6.818.618
Outros resultados abrangentes		(7.791.913)	(7.791.913)
Lucros ou prejuízos acumulados		4.630.929	4.630.929
Participação de não controladores			2.698.821
Total		2.101.653.665	2.120.434.739

Demonstrações Individuais e Consolidadas do Resultado

Descrição	Nota	Individual	Consolidado
		2025	2025
		1º semestre	1º semestre
Receitas da intermediação financeira	21, 22 e 23	114.988.294	115.109.222
Ao valor justo por meio do resultado		7.341.664	7.466.131
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		9.921.214	10.044.804
Resultado de instrumentos financeiros derivativos		(2.550.110)	(2.549.233)
Resultado de outros ativos financeiros (Royalties)		(29.440)	(29.440)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		28.033.561	27.961.045
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		15.443.254	15.443.254
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		12.590.307	12.517.791
Ao custo amortizado		79.613.069	79.682.046
Resultado da carteira de crédito		72.094.600	72.163.577
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		313.470	313.470
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		146.100	146.100
Resultado de aplicações no Banco Central		5.893.328	5.893.328
Resultado de outros ativos financeiros		1.165.571	1.165.571
Despesas da intermediação financeira	21	(83.548.774)	(82.399.260)
Ao custo amortizado		(83.548.774)	(82.399.260)
Recursos de clientes		(33.892.223)	(33.892.223)
Recursos de instituições financeiras e outras		(33.722.551)	(33.638.125)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários		(15.934.000)	(14.868.912)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	9	(5.617.353)	(5.617.353)
Resultado da intermediação financeira		25.822.167	27.092.609
Outras receitas/despesas operacionais		(13.688.260)	(12.630.526)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	24	10.463.128	13.241.462
Despesas de pessoal	25	(14.555.338)	(14.768.935)
Outras despesas administrativas	26	(6.830.713)	(6.892.521)
Despesas tributárias	27	(2.085.845)	(2.473.057)
Resultado de participações em coligadas e controladas	11	2.519.455	1.731.051
Outras receitas operacionais	28	5.956.214	6.133.942
Outras despesas operacionais	29	(9.155.161)	(9.602.468)
Constituição e reversão de provisões	30	(1.829.644)	(1.910.253)
Fiscais, cíveis e trabalhistas		(2.394.843)	(2.394.843)
Outras		565.199	484.590
Resultado operacional		10.304.263	12.551.830
Resultado não operacional	31	(86.746)	(86.746)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		10.217.517	12.465.084
Imposto de renda e contribuição social	10	(415.184)	(1.188.916)
Participação dos empregados e dirigentes nos lucros		(1.083.669)	(1.093.094)
Participação dos não controladores			(399.322)
Lucro líquido do período		8.718.664	9.783.752

Demonstrações Individuais e Consolidadas do Resultado Abrangente

Descrição	Individual	Consolidado
	2025	2025
	1º semestre	1º semestre
Lucro líquido atribuível ao controlador	8.718.664	9.783.752
Participação de acionistas não controladores		399.322
Lucro líquido total	8.718.664	10.183.074
Itens que serão reclassificados para o resultado	610.898	654.889
Instrumentos financeiros classificados como VJORA	536.673	536.673
Títulos e valores mobiliários não patrimoniais	824.764	824.764
Instrumentos financeiros patrimoniais	83.799	83.799
Efeito fiscal	(371.890)	(371.890)
Outros resultados abrangentes em investimentos	74.225	118.216
Itens que não serão reclassificados para o resultado	(45.431)	(45.431)
Remensurações de obrigações de benefícios pós emprego	(34.810)	(34.810)
Efeito fiscal	(10.621)	(10.621)
Resultado abrangente do período	9.284.131	10.792.532
Resultado abrangente atribuível ao controlador	9.284.131	10.349.219
Resultado abrangente atribuível aos não controladores		443.313

Demonstrações Individuais e Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido

Eventos	Capital	Individual				Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Total
		Reserva de reavaliação	Reserva de lucros					
			Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	96.000.000	206.885	6.112.182	10.006.436	(8.357.380)		103.968.123	
Impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021						(4.090.439)	(4.090.439)	
Saldos em 1º de janeiro de 2025	96.000.000	206.885	6.112.182	10.006.436	(8.357.380)	(4.090.439)	99.877.684	
Resultado abrangente do período					565.467		565.467	
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes					536.673		536.673	
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego					(45.431)		(45.431)	
Outros ajustes de avaliação patrimonial					74.225		74.225	
Aumento de capital	9.300.000			(9.300.000)				
Outros		(3.622)				2.704	(918)	
Lucro líquido no período						8.718.664	8.718.664	
Saldos em 30 de junho de 2025	105.300.000	203.263	6.112.182	706.436	(7.791.913)	4.630.929	109.160.897	

Eventos	Consolidado									Total
	Capital	Instrumento elegível ao capital principal	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Subtotal	Participação de não controladores	
				Legal	Estatutária					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	96.000.000	33.927.964	206.885	6.112.182	10.006.436	(8.357.380)		137.896.087	2.255.677	140.151.764
Impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021							(4.090.439)	(4.090.439)		(4.090.439)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	96.000.000	33.927.964	206.885	6.112.182	10.006.436	(8.357.380)	(4.090.439)	133.805.648	2.255.677	136.061.325
Resultado abrangente do período						565.467		565.467		565.467
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes						536.673		536.673		536.673
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego						(45.431)		(45.431)		(45.431)
Outros ajustes de avaliação patrimonial						74.225		74.225		74.225
Aumento de capital	9.300.000				(9.300.000)					
Atualização monetária de IHCD incorporada		1.223.906						1.223.906		1.223.906
Atualização monetária de IHCD a incorporar		512.379					(512.379)			
Variação na participação de não controladores									443.144	443.144
Outros			(3.622)				2.704	(918)		(918)
Lucro líquido no período							9.783.752	9.783.752		9.783.752
Destinações do lucro líquido										
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(552.709)	(552.709)		(552.709)
Saldos em 30 de junho de 2025	105.300.000	35.664.249	203.263	6.112.182	706.436	(7.791.913)	4.630.929	144.825.146	2.698.821	147.523.967

Demonstrações Individuais e Consolidadas dos Fluxos de Caixa

Descrição	Individual	Consolidado
	2025 1º semestre	2025 1º semestre
Fluxos de caixa nas atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	15.376.624	16.528.947
Lucro líquido	8.718.664	9.783.752
Ajustes ao lucro líquido	6.657.960	6.745.195
Ajustes ao valor de mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos (Ativos/Passivos)	(612.125)	(735.528)
(Ganho)/Perda na venda de imobilizado	351	351
(Ganho)/Perda na alienação de ativos não financeiros	(1.322.210)	(1.322.210)
Provisão para perdas esperadas com instrumentos financeiros	5.617.353	5.617.353
Passivo atuarial (Benefícios a empregados)	1.003.873	1.003.873
Depreciações e amortizações	1.144.532	1.147.583
Impostos diferidos	415.184	419.524
Despesas com provisões para causas judiciais e outras	1.829.644	1.910.253
Resultado de participação em controladas e coligadas	(2.519.455)	(1.731.051)
Participação dos não controladores		399.322
Despesas com dívidas subordinadas e instrumentos híbridos	1.100.813	35.725
Variação patrimonial	11.008.951	12.537.267
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(145.962)	(145.962)
(Aumento) Redução em TVM VJR	(15.358.010)	(15.582.737)
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(4.360.358)	(4.360.358)
(Aumento) Redução na carteira de crédito	(42.619.546)	(57.811.506)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros	7.793.182	7.468.253
(Aumento) Redução em ativos fiscais	504.950	497.272
(Aumento) Redução em outros ativos	(2.325.031)	(1.632.245)
(Redução) Aumento em recursos com instituições financeiras e outras	29.916.962	30.583.157
(Redução) Aumento em recursos de clientes	13.832.009	13.601.998
(Redução) Aumento em recursos por emissão de títulos e valores mobiliários	42.233.839	42.233.842
(Redução) Aumento em instrumentos financeiros derivativos	156.145	156.145
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros	(2.273.916)	(1.721.307)
(Redução) Aumento em provisões	(2.984.875)	(3.058.779)
(Redução) Aumento em passivos fiscais	(894.593)	(864.573)
(Redução) Aumento em passivos atuariais	(4.408.023)	(4.408.023)
(Redução) Aumento em outros passivos	(8.057.822)	7.582.090
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	26.385.575	29.066.214
Fluxos de caixa nas atividades de investimentos		
Aquisição e resgate de TVM VJORA	(63.230.194)	(63.225.210)
Aquisição e resgate de TVM CA	1.523.184	1.523.184
(Aumento) Redução em investimentos	1.915.915	313.489
Alienação de investimentos	842.922	842.922
Dividendos recebidos de coligadas e controladas	2.523.676	1.309.694
Alienação de Imobilizado de Uso	18.239	18.239
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.469.021)	(1.479.427)
Alienação de Intangível	246.930	246.930
Aquisição de Intangível	(770.413)	(770.463)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(58.398.762)	(61.220.642)
Fluxos de caixa nas atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio	(2.770.957)	(2.770.957)
Remuneração de IHCD pago	(949.814)	(949.814)
Participação dos acionistas não controladores		43.822
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(3.720.771)	(3.676.949)
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(35.733.958)	(35.831.377)
Modificações em caixa e equivalentes de caixa, líquida		
Caixa e equivalentes no início do período	252.639.479	252.737.052
Caixa e equivalentes no fim do período	216.905.521	216.905.675
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(35.733.958)	(35.831.377)

Demonstrações Individuais e Consolidadas do Valor Adicionado

Descrição	Individual		Consolidado	
	2025		2025	
	1º semestre		1º semestre	
1. Receitas	126.827.254		129.960.221	
Intermediação financeira	114.988.294		115.109.222	
Prestação de serviços com tarifas	10.463.128		13.241.462	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(5.617.353)		(5.617.353)	
Outras	6.993.185		7.226.890	
2. Despesas da intermediação financeira	(83.548.774)		(82.399.260)	
3. Insumos adquiridos de terceiros	(16.931.497)		(17.572.284)	
Materiais, energia e outros	(1.729.891)		(1.734.342)	
Processamento de dados e comunicações	(1.404.015)		(1.417.492)	
Propaganda, publicidade e promoções	(218.048)		(219.608)	
Serviços de terceiros e especializados	(973.845)		(1.011.251)	
Serviços de vigilância e segurança	(497.176)		(497.176)	
Outras	(12.108.522)		(12.692.415)	
Serviços delegados pelo Governo Federal	(1.144.947)		(1.144.947)	
Despesa com lotérico e parceiros comerciais	(1.624.015)		(1.659.663)	
Descontos de operações de crédito	(351.174)		(378.091)	
Despesas com cartão de crédito/débito	(548.816)		(809.104)	
Benefício pós-emprego	(1.003.873)		(1.003.873)	
Provisões operacionais diversas	(2.953.361)		(3.089.947)	
Demais	(4.482.336)		(4.606.790)	
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	26.346.983		29.988.677	
5. RETENÇÕES	(1.144.532)		(1.147.583)	
Depreciação, amortização e exaustão	(1.144.532)		(1.147.583)	
6. Valor adicionado líquido (4-5)	25.202.451		28.841.094	
7. Valor adicionado recebido em transferência	2.519.455		1.731.051	
Resultado de equivalência patrimonial	2.519.455		1.731.051	
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	27.721.906		30.572.145	
9. Distribuição do valor adicionado	27.721.906		30.572.145	
Pessoal	13.603.271	49,07%	13.800.385	45,14%
Remuneração direta	9.959.775		10.069.514	
Benefícios	2.966.660		3.045.602	
FGTS	676.836		685.269	
Impostos, taxas e contribuições	4.536.765	16,37%	5.723.618	18,72%
Federais	4.095.507		5.179.547	
Estaduais	1.368		1.378	
Municipais	439.890		542.693	
Remuneração de capitais de terceiros	863.206	3,11%	865.069	2,83%
Aluguéis	863.206		865.069	
Remuneração de capitais próprios	8.718.664	31,45%	10.183.073	33,31%
Juros sobre o capital próprio e dividendos	1.409.658		1.409.658	
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital			552.708	
Lucros retidos	7.309.006		7.821.385	
Participação dos não controladores nos lucros retidos			399.322	

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal ("CAIXA" ou "Instituição") é uma instituição financeira com 164 anos de atuação, constituída em seu modelo por meio do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, sob a forma de empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, e vinculada ao Governo Federal por intermédio do Ministério da Fazenda. Possui sede e domicílio no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3 e 4, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Em conformidade com o art. 173 da Constituição Federal e com o art. 2º, §1º da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, sua constituição como empresa pública é justificada pelo relevante interesse coletivo marcado pela promoção da cidadania e do desenvolvimento do país, tanto como instituição financeira e agente de políticas públicas, quanto como principal parceira estratégica do Estado brasileiro.

A Instituição oferece aos seus clientes uma ampla rede de atendimento em todo o território nacional, que compreende postos de atendimentos, agências, terminais de autoatendimento, correspondentes Caixa Aqui, unidades lotéricas, unidades-caminhão, agências-barco e contêiner automatizado. Ademais, mantém canais eletrônicos e digitais para ampliar o atendimento e comodidade de seus clientes.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação, em especial da poupança, e aplicação de recursos em diversas operações: carteiras comerciais; de infraestrutura; operações de câmbio; crédito ao consumidor; imobiliário e de agronegócio; prestação de serviços bancários; negócios com cartões de débito e crédito; administração de fundos e carteiras de investimento e, atividades relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, contando com a atuação das suas subsidiárias Caixa Cartões Holding, Caixa Asset e Caixa Loterias. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios, por intermédio da controlada Caixa Seguridade Participações S.A.

Por determinação do Governo Federal, a CAIXA administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. As Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social do país, tendo reflexo nos programas sociais do Governo Federal, sobretudo nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

A CAIXA possui tradição e liderança no mercado de poupança, importante fonte de recursos para o crédito imobiliário e para formação de patrimônio da população brasileira. Lidera o mercado de crédito habitacional, atuando como principal agente financeiro do programa Minha Casa, Minha Vida. A Instituição ainda proporciona importantes avanços no desenvolvimento econômico do país nos segmentos de crédito destinados ao saneamento e infraestrutura, assim como incentiva o desenvolvimento sustentável local e a melhoria de vida dos produtores rurais através do crédito ao agronegócio.

Como principal parceira do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. A Instituição atua no pagamento do Programa Bolsa Família, que é fundamental para a redução da mortalidade infantil e da evasão escolar, além do Seguro Desemprego, FGTS, Abono Salarial, aposentadoria e pensões vinculadas ao INSS.

Na figura de um dos mais tradicionais patrocinadores do esporte e de manifestações artístico-culturais do Brasil, a CAIXA acredita e investe no fomento ao esporte e na difusão da cultura como formas de incentivar a promoção da cidadania. O investimento no esporte visa tanto propiciar aos atletas brasileiros as condições adequadas de treinamento, quanto promover a educação e a inclusão social de crianças e adolescentes, abrindo oportunidades para novos talentos.

Por meio da estratégia de patrocínio, a CAIXA prioriza projetos esportivos de cunho social, apoia o desenvolvimento de atletas de base e prospecta projetos educacionais voltados ao segmento da população de menor renda. Nesse mesmo sentido, no ramo cultural, a CAIXA incentiva projetos sociais que utilizem a musicalização como ferramenta de inclusão, bem como eventos da cultura popular e projetos culturais com previsão de alcance em diversas regiões.

Por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sendo o seu principal agente financeiro, do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), entre outros. Os fundos são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação e estrutura de governança específica e contabilidade própria, cujo patrimônio é segregado da CAIXA. Por conseguinte, a informação apresentada referente a esses fundos não é escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis da CAIXA, executada pelos auditores independentes.

Principais Fundos e Programas Sociais	
Descrição	30/06/2025 (1)
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	799.466.968
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	24.934.456
Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS	19.481.849
Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos – FIRECE	6.832.894
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	5.840.145
Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab	3.835.054
Fundo de Custeio do Ensino Médio – FIPEM	1.715.023
Fundo Garantidor de Microfinanças – FGM	641.500
Fundo de Garantia Para Construção Naval – FGCN	58.787
Total	862.806.676

(1) Os valores apresentados refletem a posição de fechamento mais atual dos ativos dos fundos.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

(a) Contexto

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração e foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 09/09/2025 e pelo Conselho de Administração em 16/09/2025.

Na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021, a CAIXA optou pela dispensa prevista no art. nº 79, da apresentação nas Demonstrações Contábeis dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, incluindo perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

(b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.966/2021 – que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), com as respectivas alterações posteriores, Resolução CMN nº 4.818/2020 – que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas e em conformidade com a regulamentação emanada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) – Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução BCB nº 352/2023 e adicionalmente as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no que não for conflitante com as normas emitidas pelo Bacen, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisões para perdas associadas ao risco de crédito; ativos fiscais diferidos; valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos; planos de previdência complementar; ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego; e determinação da vida útil de alguns ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas e serão conhecidos por ocasião da sua liquidação ou em virtude da revisão das metodologias adotadas. A sensibilidade dos valores contábeis às estimativas não apresenta relevante disparidade e as estimativas são avaliadas periodicamente. A natureza e o valor contábil dos ativos e passivos são apresentados nas respectivas notas explicativas.

(c) Consolidação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem as demonstrações contábeis da CAIXA e de suas controladas diretas e indiretas, os fundos de investimento exclusivos e fundo de investimentos em direitos creditórios, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Atividade	% de participação Em 30/06/2025
Caixa Econômica Federal	Bancária	Líder do Conglomerado
Caixa Loterias	Holding	100%
Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo Loterias	Fundos de Investimento	100% de participação da subsidiária
Caixa Cartões	Holding	100%
Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo Cartões	Fundos de Investimento	100%
Caixa Seguridade	Holding	80%
Caixa Holding	Holding	100%
Caixa Corretora	Corretora de Seguros	100%
Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo Seguridade	Fundos de Investimento	100% de participação da controlada
Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo Corretora	Fundos de Investimento	100% de participação da controlada
Caixa Asset	Distribuição de títulos e valores mobiliários	100%
Fundo de Investimento CAIXA Ibirapuera Renda Fixa	Fundos de Investimento	100% de participação da subsidiária
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ACR IV	Fundos de Investimento	% variável

Consideram-se entidades controladas aquelas sobre as quais a CAIXA possui poder, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento, e é capaz de exercer influência sobre tais retornos por meio do referido poder. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir e a avaliação de controle é realizada de forma contínua.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são preparadas utilizando práticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

As empresas em que o conglomerado CAIXA possui participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas nas Notas Explicativas 11 e 32.

(d) Impactos na adoção de novas normas

(d.1) Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023

As resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, trouxeram impactos quanto aos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A implementação da nova normatização visou a harmonizar os critérios de classificação, mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de instrumentos financeiros às práticas contábeis internacionais.

Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pelas resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023, foram registrados em contrapartida a conta de Patrimônio Líquido, conforme preconiza o CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

As demonstrações contábeis consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2025, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021 e art. nº 100 da Resolução BCB nº 352/2023 às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com a norma internacional de contabilidade até o exercício de 2027.

Em razão das novas categorias de instrumentos financeiros, foram revisadas as nomenclaturas dos principais itens patrimoniais e de resultado, ao passo que a Resolução CMN nº 4.966/2021 incorpora o conceito de modelo de negócios e a avaliação das características contratuais dos fluxos de caixa. Para internalização das mudanças, a CAIXA realizou análises e levantamentos de seus modelos de negócios, sendo as principais alterações decorrentes da adoção da nova normatização elencadas na sequência:

- i. As categorias "mantidos até o vencimento", "disponíveis para venda" e "mantidos para negociação" de instrumentos financeiros foram extintas; e
- ii. Houve introdução de novas categorias de mensuração de instrumentos financeiros:
 - **Custo Amortizado:** o ativo financeiro é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais, representados apenas por pagamento de principal e juros. Foram enquadrados nessa categoria as operações de crédito e demais instrumentos mantidos até o vencimento.
 - **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** o ativo financeiro é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é tanto receber fluxos de caixa contratuais, representados apenas por pagamento de principal e juros, quanto pela venda. Foram enquadrados nesta categoria os

instrumentos disponíveis para venda. Ademais, as operações compromissadas foram alocadas nesta categoria por reconhecimento inicial.

- **Valor Justo por meio do Resultado:** os ativos financeiros remanescentes e os direitos sobre *royalties*.

Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A avaliação dos ativos financeiros, conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021, emprega estimativas e cenários macroeconômicos além de considerar o prazo de inadimplência, estabelecendo como alvo o ativo problemático. Nesse sentido, os ativos passaram a ser enquadrados em três estágios:

Estágio 1 – refere-se à probabilidade de o instrumento financeiro ser classificado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses, ou ao longo do prazo previsto do instrumento caso este seja menor que 12 meses, para ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;

Estágio 2 – considera a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro, para ativos financeiros originados ou comprados sem problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente; e

Estágio 3 – o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

Compromisso de crédito e crédito a liberar

Considera-se compromisso de crédito, o compromisso de conceder crédito sob termos e condições pré-estabelecidas. Já o crédito a liberar é o compromisso de liberar créditos já contratados, vinculados às operações rotativas.

A constituição de provisão para perdas esperadas associadas a esse instrumento é aplicada quando atendam a pelo menos uma das características descritas na Nota 3 (letra I).

Títulos e valores mobiliários

O principal impacto atinente a títulos e valores mobiliários refere-se à introdução do provisionamento para perdas associadas ao risco de crédito. Tais ativos financeiros, que eram enquadrados nas categorias de "mantidos para negociação", "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento", de acordo com a Circular nº 3.068/2001, cederam espaço aos seguintes modelos de negócios: valor justo por meio do resultado, valor justo em outros resultados abrangentes e custo amortizado.

Receita de prestação de serviços e tarifas bancárias

As operações de crédito passaram a ser mensuradas pela taxa efetiva da operação. Dessa maneira, as receitas provenientes da prestação de serviços consideradas incrementais não são mais reconhecidas à vista em sua totalidade. As receitas que satisfazem o conceito de incrementais, são adicionadas ao valor contratual das operações de crédito e compõem o valor contábil bruto. Assim, ocorre o diferimento da receita incremental, linearmente, pelo prazo do contrato.

O quadro abaixo apresenta os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 no Patrimônio Líquido:

Conciliação do patrimônio líquido	Individual	Consolidado
Patrimônio líquido em 31/12/2024	103.968.123	140.151.764
Ajustes decorrentes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021	(4.090.439)	(4.090.439)
Perda esperada com outros ativos financeiros	(4.411.136)	(4.411.136)
Perda esperada com compromissos de empréstimos, créditos a liberar e garantias financeiras prestadas	(1.488.575)	(1.488.575)
Ajuste a valor justo - Royalties	(279.024)	(279.024)
Perda esperada na carteira de crédito	(28.606)	(28.606)
Perda esperada com títulos e valores mobiliários	(7.590)	(7.590)
Tributos	2.124.492	2.124.492
Patrimônio líquido em 01/01/2025 após ajustes da Resolução CMN nº 4.966/2021	99.877.684	136.061.325

(d.2) Transição para a Resolução CMN nº 4.975/2021 – Arrendamento

Para fins de adoção da Resolução CMN nº 4.975/2021 a partir de 1º de janeiro de 2025, a CAIXA optou pela utilização da abordagem prospectiva na adoção inicial, desse modo, não houve impactos lançados em conta patrimonial na adoção inicial, apenas prospectivamente para os novos contratos de arrendamento.

A CAIXA arrenda vários imóveis e equipamentos, porém os itens mais relevantes que se enquadram são os aluguéis e cessões onerosas para instalação de unidades administrativas e agências. A CAIXA não possui contratos de subarrendamento.

Na definição dos prazos de arrendamento é considerada, além dos prazos contratuais, a possibilidade de renovação dos contratos pelos prazos legais permitidos.

(d.3) Normas aplicáveis a períodos futuros

Em complemento a Resolução CMN nº 4.966/2021, a resolução CMN nº 5.146/2024 faculta o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados até 31 de dezembro de 2026, essa faculdade foi adotada pela CAIXA.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 5.100/2023, a CAIXA postergará para 1º de janeiro de 2027 a aplicação dos novos requerimentos do Hedge Contábil.

A Resolução CMN nº 5.185/2024 consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e traz, em seu Art. 12-A, a criação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS:

I – Pronunciamento Técnico CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, conforme aprovado em 12 de setembro de 2024; e

II – Pronunciamento Técnico CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima, conforme aprovado em 12 de setembro de 2024.

A CAIXA permanece avaliando e analisando os impactos à luz das normas mencionadas a serem finalizados até a data da entrada em vigor das normas.

Nota 3 – Principais políticas contábeis

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do balanço patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

O montante da disponibilidade em moeda nacional é apresentado pelo seu valor de face, enquanto os valores em moeda estrangeira são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo Bacen na data de fechamento das demonstrações contábeis.

Os equivalentes de caixa caracterizam-se por sua alta liquidez e finalidade de atendimento a compromissos de curto prazo com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e apresentam risco insignificante de mudança no valor de mercado.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota Explicativa 5.

(d) Instrumentos financeiros – Reconhecimento, classificação e mensuração

(d.1) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

(d.2) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A Administração classifica os instrumentos financeiros, inicialmente, na data de sua aquisição, origem ou emissão:

- I – Pelo preço de transação, apurado conforme regulamentação vigente, no caso de recebíveis de contratos com clientes sem componente de financiamento significativo; ou
- II – Pelo valor justo, apurado conforme regulamentação vigente, nos demais casos.

(d.3) Classificação de ativos financeiros a partir do modelo de negócio

A CAIXA classifica e mensura os ativos financeiros com base no modelo de negócio e nas características de fluxo de caixa contratual. Os ativos financeiros são classificados em três categorias: custo amortizado (CA); valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e valor justo por meio do resultado (VJR).

O modelo de negócio da entidade para o gerenciamento do ativo financeiro é normalmente observável e não definido de forma impositiva, por meio de atividades específicas realizadas pela entidade como:

- Forma que o desempenho dos ativos financeiros sob esse modelo de negócios específico é reportado ao pessoal-chave da administração; e
- Quais são e como são gerenciados os riscos vinculados a cada agregação de ativos financeiros definida.

O modelo de negócio refere-se ao modo que a CAIXA gerencia seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. Quando os ativos financeiros são geridos dentro dos modelos de negócios, a CAIXA deve aplicar o teste SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros). O objetivo do teste SPPJ é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. O principal refere-se ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e os juros referem-se à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, risco de crédito associado ao principal, demais riscos, demais custos e margem de lucro.

Os ativos financeiros que não passam no teste SPPJ não podem ser enquadrados como ativos de "somente pagamento de principal e juros" e devem ser classificados como VJR. Nesse cenário, a administração define em qual dos seguintes modelos de negócios suas carteiras pertencem:

(d.3.1) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (CA)

São ativos financeiros não derivativos que possuem pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo, para os quais a CAIXA tem a intenção de receber os respectivos fluxos de caixa, bem como coletar o pagamento de principal e juros. Dessa forma, para classificação como CA, os ativos devem passar impreterivelmente pelo teste SPPJ. Se enquadram também nessa categoria os ativos oriundos de reestruturação ou de renegociação.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado que se referem a recebíveis de contratos com clientes sem componente de financiamento significativo são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação e todos os demais casos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. São acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação dos ativos.

Todas as operações de crédito são classificadas como custo amortizado, exceto se o objetivo é gerar retorno pela venda do ativo, ou os fluxos de caixa não constituam exclusivamente pagamento de principal e juros em datas específicas.

As receitas e os encargos são reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, *pro rata temporis*, utilizando-se o método de juros efetivos.

(d.3.2) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são classificados os ativos que são geridos dentro do modelo de negócios cujo objetivo é tanto a manutenção para receber os respectivos fluxos de caixa contratuais quanto a geração de retorno pela venda do ativo financeiro. A CAIXA pode, adicionalmente, designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para quais o objetivo não seja gerar retorno pela sua venda, para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes.

São acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou origem dos ativos.

A receita de juros é reconhecida no resultado. Dividendos e outras formas similares de remuneração de instrumentos patrimoniais são deduzidos do valor contábil dos instrumentos, quando a CAIXA obtém o direito do recebimento, caso se refiram ao ano de aquisição do instrumento e representem recuperação do investimento inicial ou reconhecidos no resultado do período, nos demais casos. Os ganhos e perdas cambiais de conversão são reconhecidos no resultado.

Os ativos financeiros classificados como VJORA são avaliados pelo valor justo, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido.

(d.3.3) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Na categoria valor justo por meio do resultado, são classificados os ativos cujo objetivo é gerar retorno somente pela venda do ativo financeiro, bem como os ativos que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA.

A receita de juros é reconhecida no resultado. Dividendos e outras formas similares de remuneração de instrumentos patrimoniais são reconhecidos pela CAIXA quando esta obtiver o direito de os receber, mensurados conforme valor declarado pela entidade investida. Os ganhos e perdas cambiais de conversão são reconhecidos no resultado.

Os ativos financeiros classificados como VJR são avaliados pelo valor justo, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou de despesa, no resultado do período.

(e) Hedge contábil

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e futuros de câmbio em moeda estrangeira, detidos na carteira com a finalidade de *hedge* financeiro ou *hedge* contábil.

Os derivativos são contabilizados pela descaracterização do valor justo e mantidos como ativos, quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção a parcela eficaz de *hedge* de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

A CAIXA parte do princípio da contabilidade de *hedge* que elucida que a representação, nas demonstrações financeiras, da utilização de instrumentos financeiros para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que possam afetar o resultado ou os outros resultados abrangentes da instituição.

Ao aplicar a metodologia de *hedge* contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do *hedge*.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de *hedge* e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A CAIXA aplica a metodologia de *hedge* contábil e classifica os instrumentos financeiros derivativos na categoria *hedge* valor justo, que protege a CAIXA dos efeitos das alterações no valor justo de ativo ou passivo ou compromisso firme que possa afetar resultado ou outros resultados abrangentes.

Nos casos de descontinuidade do *hedge*, cujo item objeto de proteção seja instrumento financeiro mensurado ao Custo Amortizado, o ganho ou perda apurado na CAIXA deve ser amortizado no resultado da seguinte forma:

- Proporcionalmente, de acordo com o prazo remanescente do item objeto de *hedge*, utilizando a taxa de juros efetiva, que deve ser recalculada na data em que começar a amortização; ou
- Integralmente, quando da baixa do item objeto de *hedge*.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6.2.

(f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez foram alocadas na categoria de Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes por reconhecimento inicial, nos casos de aplicações no mercado aberto (posição bancada e financiada) e na categoria Custo Amortizado para os depósitos interfinanceiros. O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez é obtido da despesa constituída nas operações compromissadas (diferença entre os valores de recompra e de venda) e da receita constituída nas operações de financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (diferença entre os valores de revenda e de compra).

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas ao valor justo, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários, até que a aplicação deixe de ser reconhecida.

A composição e os prazos das aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados nas Notas Explicativas 7.1 e 8.2.

(g) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado. A mensuração subsequente também é ao custo amortizado, exceto por:

- Passivos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado: derivativos e passivos financeiros que envolvem empréstimo ou aluguel de ativos financeiros;
- Passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro: registrados em contrapartida aos valores recebidos pela operação no ativo;
- Passivos financeiros mensurados ao valor presente: compromissos de créditos e créditos a liberar; e
- Garantias financeiras: mensuradas pelo maior valor entre a provisão para perdas de crédito esperadas e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

É vedada a reclassificação de passivos financeiros.

(h) Baixa de ativos e passivos financeiros

(h.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- A CAIXA transferir o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assumir um contrato de repasse e transferir substancialmente todos os riscos e benefícios deste ativo.

Quando a CAIXA transfere o direito de receber fluxo de caixa de um ativo ou assume um contrato de repasse e não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios, mas retém o controle do ativo, continua a reconhecê-lo na medida do seu envolvimento contínuo com o ativo transferido, reconhecendo um passivo relacionado.

O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados com base a refletir os direitos e as obrigações retidas pela CAIXA.

O contínuo envolvimento que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado ao menor valor entre o valor original contabilizado e o valor máximo de compensação que a CAIXA possa ser requerida a pagar.

Nas operações com transferência substancial de riscos e benefícios, o registro é feito com a baixa do ativo e a apropriação no resultado. Já nas operações com retenção substancial de riscos e benefícios, o registro é feito com o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanecendo, na sua totalidade, registrado no ativo. Há, também, a receita recebível contra um passivo assumido e a receita e despesa que são apropriados mensalmente.

Nas operações sem transferência nem retenção substancial de riscos e benefícios, no registro com transferência de controle deve-se baixar o ativo e reconhecer novo ativo e novo passivo, separadamente.

No registro com retenção do controle, acontecem os eventos abaixo:

- O ativo permanece na proporção do envolvimento continuado (exposição);
- Deve ser registrado passivo assumido; e
- Apura-se o resultado da operação.

(h.2) Passivos financeiros

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença no valor contábil é reconhecida no resultado. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação especificada no contrato expirar, for liquidada, cancelada ou extinta.

(i) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*.

Os depósitos; as captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses; e os recursos de emissão de títulos têm seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas Explicativas 15.1, 15.2 e 15.3 respectivamente.

Por tratar-se de operações com taxas prefixadas, as captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários têm suas despesas apropriadas no resultado de acordo com os prazos das operações e são apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

(j) Receitas antecipadas

Receitas recebidas antecipadamente a serem apropriadas em resultado em períodos seguintes e para as quais não há previsão, no curso normal de execução do contrato, de restituição às outras partes envolvidas no contrato. São registradas inicialmente como passivo de antecipação de receita e reconhecidas em resultado conforme a fruição do seu prazo contratual.

(k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões passivas e das contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

- **Passivos contingentes:** conforme preceitua o CPC 25, os passivos contingentes não são provisionados, sendo as causas administrativas ou judiciais avaliadas como perdas possíveis apenas divulgadas nas notas explicativas;
- **Provisões passivas:** o registro de provisões passivas ocorre sempre que a perda for avaliada como provável, o que caracteriza uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e desde que os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança;
- **Ativos contingentes:** a CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa.

O detalhamento dos passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota Explicativa 16.

(l) Compromissos de empréstimos, créditos a liberar e garantias financeiras prestadas

As garantias são compromissos assumidos para proteger obrigações financeiras de terceiros. Sendo que o tratamento contábil das garantias é crucial para a avaliação adequada do risco e da exposição financeira da CAIXA.

A alocação nos estágios deve considerar a probabilidade de desembolsos futuros pela instituição no caso de a contraparte não honrar as obrigações contratuais.

A CAIXA provisiona perda esperada para os compromissos de empréstimos e créditos a liberar no intuito de suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações. Os compromissos devem atender a pelo menos uma das características abaixo (Resolução CMN nº 4.966/2021):

- O compromisso não é cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição;
- A instituição não tem capacidade de cancelar, bloquear ou suspender o contrato ou o desembolso dos recursos ou não executa o cancelamento, bloqueio ou suspensão na gestão cotidiana normal do instrumento financeiro; ou
- A instituição não tem capacidade de monitorar individualmente o instrumento financeiro ou a situação financeira da contraparte, de modo que permita o imediato cancelamento, bloqueio ou suspensão do compromisso ou do desembolso dos recursos, no caso de redução da capacidade financeira da contraparte.

A constituição da provisão para garantias financeiras prestadas pela CAIXA segue os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, que são enquadradas nas seguintes categorias:

Empréstimos a outras entidades – São repasses concentrados junto às Instituições Financeiras e Entidades Públicas, onde a CAIXA fornece ao FGTS garantia sobre os valores repassados. Dessa forma, a constituição da provisão baseia-se na Perda Esperada, levando-se em consideração o risco das entidades tomadoras associado às garantias de coobrigação, compostas pelas carteiras de crédito formadas pelas instituições tomadoras com o *funding* FGTS.

FIES – São créditos destinados a estudantes pessoa física, selecionados pelo Agente Operador FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), com recursos do FIES, conforme normas estabelecidas pelo MEC e pelo Agente Operador FNDE, direcionado ao financiamento de cursos de graduação não gratuitos.

Com a migração das transações de administração e operação de cartões de crédito e gestão de cartões de débito para a Caixa Cartões Holding (Nota 8.4). A CAIXA permanece com o risco de crédito da operação, portanto foi constituída garantia financeira prestada relativa às operações.

O detalhamento dos compromissos de empréstimos, créditos a liberar e garantias financeiras prestadas é apresentado na Nota Explicativa 17.

(m) Passivos atuariais

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pelo Banco Central por meio da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local se apresentar em montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nesta hipótese, a complementação se dá em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação.

As avaliações atuariais são semestrais. Sendo assim, as notas de Benefícios a Empregados são elaboradas nos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro e seu detalhamento é apresentado na Nota Explicativa 18.

(n) Outros ativos e passivos financeiros

Os outros ativos financeiros são operações que representam recursos aplicados pela CAIXA, sem característica de transitoriedade e que não se enquadram como disponibilidades, operações interfinanceiras de liquidez, operações com títulos e valores mobiliários, operações de crédito e operações com característica de concessão de crédito, visto que para essas operações específicas há grupos definidos.

Os outros passivos financeiros referem-se à categoria de passivos que não se encaixam em depósitos, obrigações por operações compromissadas, instrumentos de dívida e derivativos, e obrigações por empréstimos e repasses.

O detalhamento dos ativos e passivos financeiros são apresentados respectivamente nas Notas Explicativas 8.5 e 15.4.

(o) Outros ativos e passivos não financeiros

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*. O detalhamento dos ativos e passivos não financeiros são apresentados respectivamente nas Notas Explicativas 14 e 19.

(p) Alocação dos instrumentos financeiros em estágios

O processo de classificação dos instrumentos financeiros da CAIXA em estágios é baseado na qualidade de crédito, onde é avaliada a deterioração do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A correta alocação dos instrumentos em estágios é importante para a evidenciação de informações precisas e uma correta avaliação dos riscos inerentes a esses ativos.

A Resolução CMN nº 4.966/2021 trouxe a definição de estágios para a classificação dos instrumentos financeiros, fato que substitui a classificação em *ratings* (notas) das operações de crédito.

A CAIXA classifica seus instrumentos financeiros de acordo com os seguintes estágios:

(p.1) Estágio 1

Instrumentos financeiros com indicativos de deterioração do risco de crédito, mas que ainda não apresentam uma perda significativa desde o reconhecimento inicial. São ativos com perda esperada para os próximos 12 meses.

Instrumentos financeiros cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial. São ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco.

(p.2) Estágio 2

Instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, indicando a possibilidade de aumento da inadimplência. São evidenciados por atraso entre 31 e 90 dias no pagamento de principal ou de encargos ou cujo *rating* interno dos clientes migrou de baixo risco para médio ou alto risco, mas não são ativos problemáticos.

(p.3) Estágio 3

Instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, onde, neste caso, a perda é reconhecida integralmente. São evidenciados pelo atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou de encargos ou pelo indicativo de que a respectiva obrigação não será honrada na sua íntegra. Neste estágio o reconhecimento de juros passa a ser por regime de caixa.

(p.4) Revisão da alocação

A alocação em estágio deve ser revista:

- Mensalmente, em face do atraso no pagamento de principal ou de encargos;
- A cada 6 meses para instrumento financeiro de uma mesma contraparte que seja superior a 5% do Patrimônio Líquido da instituição;
- Uma vez a cada 12 meses, para os demais, exceto instrumento financeiro comprovadamente de baixo risco;
- Sempre que novos fatos indicarem alteração significativa da qualidade de crédito, considerando, por exemplo, o cenário econômico; e
- Quando o instrumento for renegociado.

(p.5) Realocação

A realocação ocorre quando fica evidenciado que a qualidade de crédito de um instrumento financeiro foi alterada significativamente desde o reconhecimento inicial, o que resulta na mudança do estágio daquele em que o instrumento estava classificado anteriormente. A avaliação da realocação visa refletir com precisão a deterioração ou a melhora na qualidade do crédito ao longo do tempo.

(p.6) Aspectos relevantes da classificação em estágios:

Realocação do 3º para o 1º estágio – quando um ativo financeiro deixa de ser qualificado como um ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático).

Realocação do 2º para o 1º estágio – quando há uma redução significativa do risco de crédito.

Alocação no 3º estágio – Quando um instrumento financeiro for alocado no terceiro estágio, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte devem ser alocados no terceiro estágio, exceto se o instrumento financeiro tiver risco comprovadamente inferior (arrasto).

(q) Risco de crédito

Pode haver aumento significativo no risco de crédito quando:

- Ocorrem mudanças em indicadores externos ou internos;
- Ocorrem alterações adversas nas condições de negócio;
- Há a reestruturação de outras obrigações da contraparte; e
- Atraso no pagamento de principal ou de encargos.

O risco de crédito também inclui:

- Risco de crédito de contraparte, que é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos; e
- Risco de concentração, entendido com a possibilidade de perdas associadas a exposições significativas: a uma mesma contraparte; a contrapartes com atuação em um mesmo setor econômico, região geográfica ou segmento; a contrapartes cujas receitas dependam de um mesmo tipo de mercadoria ou atividade; a instrumentos financeiros cujos fatores de risco são relacionados significativamente; associadas a um mesmo tipo de produto ou serviço financeiros; e cujo risco é mitigado por um mesmo tipo de instrumento.

(q.1) Critérios utilizados para descaracterização do instrumento como ativo com problema de recuperação de crédito

A descaracterização (Cura) de Ativos Problemáticos ocorre a partir da constatação de que um ativo demonstra indicativos de superação da deterioração da qualidade creditícia, observando a aplicação dos critérios estabelecidos por período mínimo específico após sua marcação e desde que inexistam parcelas vencidas, inclusive encargos.

(r) Operações reestruturadas

As operações são classificadas como reestruturadas quando envolver a renegociação que implica em concessões significativas à contraparte, decorrente da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração, dentre outros casos que indiquem renegociações com risco agravado. Não incluem como reestruturação as renegociações que impliquem concessões à contraparte em decorrência de decisões do conselho Monetário Nacional ou por força de outras medidas legais.

(s) Tratamento dos instrumentos financeiros por carteiras

A CAIXA pode realizar a apuração do risco de crédito de forma coletiva, podendo agrupar os instrumentos financeiros conforme segue:

- Mesmo grupo homogêneo de risco;
- Operações de varejo; e

- Os quais o gerenciamento seja realizado de forma massificada.

(s.1) Grupo homogêneo de risco

Se refere ao conjunto de instrumentos financeiros que possuem características semelhantes que permitem a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva, considerando as características de risco de crédito da contraparte; a modalidade do instrumento financeiro, tipo de garantias ou colaterais; o estágio em que está alocado; o atraso no pagamento de principal ou encargos; bem como o segmento econômico, localização geográfica, origem e prazo.

(t) Metodologia de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A CAIXA efetua a constituição da provisão em montante correspondente às perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros. A provisão deve ser constituída no reconhecimento inicial do instrumento financeiro, como despesa do período, em contrapartida à adequada conta:

- 1) ativo, no caso de ativos financeiros, no caso de perdas relativas a ativos financeiros; e
- 2) passivo, no caso de perdas referentes a:
 - garantias financeiras prestadas;
 - compromissos de créditos a liberar; e
 - contraprestações vincendas de arrendamento operacional.

Para a mensuração da provisão, a CAIXA considera como base de cálculo:

- 1) o valor contábil bruto dos ativos financeiros; e
- 2) o valor presente:
 - dos montantes totais a receber em operações de arrendamento;
 - dos desembolsos futuros estimados vinculados a contratos de garantias financeiras prestadas;
 - da estimativa de utilização de recursos de compromissos de crédito; e
 - do crédito a liberar.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve ser revista, no mínimo, mensalmente.

Nos casos em que não seja provável a recuperação do ativo financeiro, deve ocorrer a baixa desse ativo.

Os instrumentos financeiros que forem renegociados devem ser alocados no terceiro estágio, com provisão com montante igual a 100% do valor do instrumento.

(u) Tributos

Os tributos aplicáveis à CAIXA e suas subsidiárias são apurados com base nas alíquotas apresentadas no quadro abaixo:

Tributos	Alíquota
Imposto de renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25%
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL (1)	20%
PIS/Pasep (2)	0,65%
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS (2)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

(1) A alíquota de 20% é aplicável à CAIXA, 15% para a CAIXA Asset e 9% para as demais empresas do conglomerado.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da COFINS é de 7,6%.

A constituição do Ativo Fiscal Diferido (AFD) é baseada em estudos técnicos e análises da Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes. Desde 1º de janeiro de 2021, os critérios para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais foram consolidados pela Resolução CMN nº 4.842/2020.

A partir de janeiro de 2025, as estimativas de realização do AFD incluem valores sobre perdas esperadas e incorridas, conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Lei nº 14.467/2022, para operações inadimplidas até 31/12/2024. As perdas de operações inadimplidas e com empresas em falência ou recuperação judicial poderão ser deduzidas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL.

A Lei nº 14.467/2022, alterada pela Lei nº 15.078/2024, permite que créditos que se encontravam inadimplidos em 31/12/2024 sejam aproveitados à proporção de 1/84 avos por período de apuração a partir de janeiro de 2026. A CAIXA poderá optar até 31/12/2025, por efetuar o referido aproveitamento à proporção de 1/120 (um cento e vinte) avos em cada período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

O novo arcabouço normativo foi considerado pelo estudo que originou a Política Tributária da CAIXA, publicada em 2024, estabelecendo as diretrizes para governança e gestão do cumprimento das regras tributárias, mediante acompanhamento legislativo, controle da aplicação da legislação correspondente e da situação de regularidade fiscal do banco.

A composição dos valores de IRPJ e CSLL, cálculos, origem e previsão de realização dos créditos tributários foram respaldados na Nota Explicativa 10.

(v) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto ou empresas sobre as quais a CAIXA detenha influência significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos permanentes em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição.

A composição dos valores em investimentos, assim como do resultado da equivalência patrimonial é apresentada na Nota Explicativa 11.

(w) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso da CAIXA inclui bens corpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais, registrados ao custo de aquisição e depreciados pelo método linear, conforme a Resolução CMN nº 4.535/2016.

A CAIXA passou a aplicar a Resolução CMN nº 4.975/2021 e CPC's relacionados, conforme abordagem prospectiva, sendo que os contratos firmados ou renovados a partir de 1º de janeiro de 2025 serão reconhecidos de acordo com a nova regulamentação.

A CAIXA, enquanto arrendatária, possui de arrendamentos operacionais que se referem essencialmente a contratos de aluguel e cessões onerosas para instalação de unidades administrativas e agências; sem contratos de subarrendamento.

São considerados, além dos prazos contratuais, a possibilidade de renovação dos contratos, pelos prazos legais permitidos, com início a partir da data da assinatura do contrato. Para contratos de locação de baixo valor, como aparelhos de telefonia móvel e impressoras, aplica-se isenção de arrendamento.

As vidas úteis dos bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado e ajustadas conforme necessário. Os ativos de direito de uso são depreciados durante o prazo de locação e reavaliados anualmente ou quando há indicativo de deterioração.

A CAIXA não possui ativos imobilizados mantidos como propriedades para investimento ou arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais, nem contrato de arrendamento financeiro como arrendadora.

A composição dos valores registrados em imobilizado de uso está na Nota Explicativa 12.

(x) Intangível

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de aquisição de folhas de pagamento e de projetos logiciais – *softwares*.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais (Resolução CMN nº 4.534/2016).

As aquisições de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização mensal é calculada pelo resultado da divisão do valor do ativo pelo prazo de vida útil excluído o prazo de carência.

Projetos logiciais – *softwares* referem-se a aquisições de *software* e desenvolvimento interno, sendo que os desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los, e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização é calculada mensalmente com base em 1/60 (um sessenta avos) do valor de custo do ativo. A composição dos valores registrados no ativo intangível é apresentada na Nota Explicativa 13.

(y) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A CAIXA promove a avaliação dos ativos não financeiros no mínimo anualmente ou a qualquer tempo quando forem conhecidos fatos que interfiram em seu valor, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, é estimado valor recuperável do ativo e, caso se confirme, tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido de despesa de venda e o seu valor em uso (Resolução CMN nº 4.924/2021).

(z) Reconhecimento de receita e despesa

A CAIXA elabora suas demonstrações contábeis consolidadas segundo o regime de competência.

Os critérios de reconhecimento específicos, a seguir, devem ser cumpridos antes que a receita ou a despesa sejam reconhecidas.

(z.1) Receita e despesa de juros

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de juros e de tarifas e comissões são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável, que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados.

As receitas ou despesas de juros são registradas pelo uso da TJEO (Taxa de Juros Efetiva da Operação) para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros que arrecadam juros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

A TJEO é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados, pela vida considerada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, em um período mais curto, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da TJEO considera todos os termos contratuais do instrumento financeiro e inclui quaisquer taxas ou custos incrementais diretamente atribuíveis ao instrumento e que integram a taxa efetiva, exceto as perdas esperadas de crédito.

O valor contábil dos ativos ou passivos financeiros é ajustado sempre que a CAIXA revisa suas estimativas de pagamento e recebimento e é calculado com base na taxa de juros original do contrato e o respectivo ajuste é registrado como "receitas com juros e similares". No entanto, para um ativo financeiro reclassificado para o qual a CAIXA, subsequentemente, aumenta a sua estimativa de recebimento de caixa futuro, como resultado do aumento da probabilidade de recuperação do crédito, o efeito deste aumento é reconhecido como um ajuste na taxa efetiva desde a data da alteração da estimativa.

(z.2) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias são reconhecidas pela CAIXA quando ela fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes pelo montante que reflete a contraprestação esperada em troca dos serviços. Os custos incrementais, quando materiais, são reconhecidos no ativo, impactando a Taxa de Juros Efetiva da Operação, sendo apropriados no resultado somente na evolução dos contratos.

Visando determinar o reconhecimento das receitas, há julgamento da CAIXA para identificar se a obrigação de desempenho é satisfeita quando o serviço é prestado ou ao longo da vida dos contratos.

(z.3) Receita de dividendos

Os recebimentos de dividendos relativos a participações em empresas coligadas e em empreendimentos com controle compartilhado são reconhecidos como receita quando aprovados nas respectivas assembleias de acionistas.

(aa) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2/2020 determinou a divulgação em notas explicativas, do resultado recorrente e não recorrentes de forma segregada. Para fins do disposto na Resolução, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O detalhamento do resultado recorrente e não recorrente é apresentado na Nota Explicativa 36.

(bb) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos e divulgados na Nota Explicativa 38 de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

(cc) Alteração de política contábil referente à atualização monetária dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)

A CAIXA promoveu alteração na política contábil aplicada exclusivamente às Demonstrações Financeiras Consolidadas, no que se refere à forma de apresentação da atualização monetária dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) elegíveis ao capital principal.

Considerando que tais instrumentos atendem aos critérios de classificação como instrumentos patrimoniais, e que os juros remuneratórios já são tratados como distribuição de resultado, concluiu-se que a atualização monetária deve receber o mesmo tratamento, sendo reconhecida como variação no patrimônio líquido.

A reclassificação decorre de revisão voluntária da política contábil, alinhada às melhores práticas internacionais e ao objetivo de fornecer informações mais úteis e relevantes aos usuários das demonstrações contábeis consolidadas, conforme previsto no item 14 do CPC 23.

A nova política contábil passou a ser adotada a partir do exercício de 2025, com os ajustes necessários nos saldos de abertura dos componentes do patrimônio líquido afetados, conforme demonstrado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Em razão da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/2021, que em seu artigo 79 dispensa a apresentação de saldos comparativos para o exercício de 2025, não foi realizada reapresentação retrospectiva dos períodos anteriores.

Nota 4 – Julgamentos e estimativas relevantes

A CAIXA apresenta estimativas e julgamentos em conformidade com as Políticas Contábeis adotadas, os quais refletem a complexidade e a subjetividade envolvidas na elaboração das notas explicativas, sendo que as premissas são determinadas conforme o padrão contábil aplicável.

(a) Perda de crédito esperada

A CAIXA constitui provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em critérios prudenciais e consistentes, levando em consideração a probabilidade de inadimplência e os riscos inerentes a cada operação. Sendo que as provisões não são um fato estático, podendo sofrer ajustes sempre que houver mudanças significativas nos fatores de risco.

O processo de determinação do nível de provisão exige estimativas e julgamentos contínuos. Dessa forma, é possível que as perdas reais, quando se manifestam em períodos subsequentes, possam divergir das estimativas realizadas com base nas suposições e premissas vigentes no momento da avaliação.

A avaliação da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e outros créditos com características de concessão é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizada uma combinação de três parâmetros: (i) probabilidade de descumprimento (Probability of Default – PD); (ii) perda dado o descumprimento (Loss Given Default – LGD); e (iii) exposição no momento de descumprimento (Exposure at Default – EAD).

Para avaliar o risco de crédito em operações do atacado, a CAIXA realiza análises individualizadas com premissas que envolvem indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros."

Na CAIXA o processo de revisão da perda é mensal para o varejo e no atacado há segmentos com revisão semestral ou anual.

A CAIXA estabelece conceitos e critérios contábeis para a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos seguintes instrumentos financeiros:

- ativos financeiros;
- garantias financeiras prestadas; e

- compromissos de crédito e créditos a liberar.

A CAIXA avalia a perda esperada associada ao risco de crédito considerando a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito e a expectativa de recuperação do instrumento financeiro.

A CAIXA utiliza a metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a qual refere-se a uma abordagem abrangente em termos de análise e gestão de riscos e reconhece as perdas esperadas em diferentes estágios do ciclo de crédito, com base na evolução da qualidade deste.

(b) Ativos e passivos fiscais

A CAIXA contabiliza ativos fiscais diferidos quando há diferenças temporárias dedutíveis que resultarão em reduções futuras nos tributos sobre o lucro. Já a contabilização de passivos fiscais diferidos surge quando há diferenças temporárias tributáveis que implicarão em maiores tributos a pagar no futuro.

Essas diferenças ocorrem quando a base fiscal de um ativo ou passivo é inferior ao seu valor contábil e se espera que tais diferenças revertam, aumentando a base tributável da empresa nos exercícios futuros.

(c) Amortização e depreciação

Amortização e depreciação são conceitos que envolvem a análise da alocação do valor depreciável de um ativo tangível ou intangível, ao longo de sua vida útil.

A amortização refere-se ao processo de alocação gradual do custo de um ativo intangível ao longo do tempo. Isso significa que, ao longo da vida útil do ativo, a CAIXA reconhece uma despesa correspondente ao consumo desse ativo, reduzindo seu valor contábil.

A depreciação analisa a perda de valor dos bens materiais tangíveis do Banco, de acordo com o tempo de uso deles. Conforme os ativos físicos são usados, eles perdem valor devido ao desgaste, obsolescência ou deterioração. A depreciação, então, permite que a CAIXA reconheça essa perda de valor de maneira sistemática, garantindo que o valor residual dos ativos seja fielmente representado nos registros contábeis.

(d) Provisões

A CAIXA constitui provisões passivas levando em consideração a opinião da Diretoria Jurídica e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais. O valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

É constituída também provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período.

Passivos contingentes cuja avaliação da probabilidade de perda é remota não requerem provisão e tampouco divulgação. A análise e avaliação das perdas é realizada com base na opinião da Diretoria Jurídica e da Administração.

São reconhecidas provisões quando:

- A CAIXA tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

(e) Valor justo e hierarquia de valor justo

Considerando o conceito de valor justo, quando não houver preço cotado em mercado ativo disponível para um instrumento financeiro, a CAIXA define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de apuração praticada pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado, e assumindo pressupostos como a adoção de um *spread* de crédito a partir do *rating* de crédito do emissor, a inclusão de um modelo de resgate antecipado por taxa de desconto definida na construção de árvore binomial de probabilidade (para instrumentos com possibilidade de resgate antecipado) ou de outras técnicas de avaliação.

Pelo método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os fluxos de juros, pagamento de principal e curvas de desconto.

O *spread* de crédito visa ajustar o preço com base na percepção de mercado ou interna sobre a situação do emissor de um determinado instrumento na data do balanço.

O modelo de construção de árvore binomial de probabilidade de *Hull* é utilizado para avaliar instrumentos privados com cláusula de resgate antecipado.

O CPC 46 (IFRS 7) especifica uma hierarquia de técnicas de avaliação com base no critério de utilização de dados observáveis ou não observáveis.

Dados observáveis refletem informações obtidas no mercado via fontes independentes e os dados não observáveis refletem as premissas de mercado utilizadas pela Instituição.

Estes dois tipos de dados criaram a seguinte hierarquia de valor justo:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) nos mercados de ativos para ativos e passivos idênticos. Este nível inclui títulos listados e instrumentos de dívida em negociação na bolsa de valores, mercadorias e futuros, por exemplo;
- **Nível 2** – outros dados observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivada de preços), exceto os do nível 1, incluindo a maioria dos contratos de balcão de derivativos, empréstimos negociados e emissão de dívida estruturada; e
- **Nível 3** – dados para mensurar o ativo ou passivo que não se baseiam em informações de mercado observáveis (dados não observáveis). Este nível inclui instrumentos de patrimônio e dívida composto significativamente por dados não observáveis.

Os métodos e pressupostos descritos acima podem resultar em um valor justo que não indique o valor realizável líquido de um instrumento em uma operação específica, dadas as condições de mercado. No entanto, a CAIXA acredita que os métodos e pressupostos adotados são apropriados às características contratuais de cada instrumento e consistentes com as melhores práticas de mercado. Além disso, a aplicação de métodos ou o uso de pressupostos diferentes na apuração do valor justo pode gerar outros resultados de valor justo na data do balanço, dado que esses instrumentos são naturalmente sensíveis aos métodos e pressupostos assumidos dadas as suas características contratuais.

Os insumos para coleta de dados, que compõem o processo de formação de preço dos instrumentos, como fonte primária, são obtidos das seguintes fontes:

- Mercados secundários de títulos públicos federais: ANBIMA; e
- Cotações de ações, preços e ajustes de contratos futuros, taxas de mercado para swap, taxa DI: B3 S.A., I – Brasil, Bolsa, Balcão.

A CAIXA baseia suas decisões de julgamento no seu conhecimento e nas observações do comportamento dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais, e os julgamentos feitos podem variar com base nas condições de mercado.

Itens observados pela CAIXA na mensuração do valor justo:

- Definição clara do valor justo como preço de mercado em transação entre partes conhecedoras e dispostas;
- Utilização da hierarquia de três níveis para mensuração, com base em dados observáveis e não observáveis;
- Importância de documentação e justificativas robustas para métodos utilizados, especialmente em mensurações de Nível 3;
- Necessidade de divulgação adequada dos critérios de mensuração e níveis hierárquicos nas demonstrações financeiras; e
- Rigoroso processo de governança dos processos de mensuração, com ênfase em transparência e confiabilidade das informações reportadas.

(f) Passivos atuariais

A avaliação atuarial contempla os cálculos e estimativas, bem como o fornecimento de informações, relatórios, demonstrativos, projeções e outros subsídios que se mostrarem necessários para o registro contábil e ajustes tributários de todos os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA.

A CAIXA realiza a avaliação atuarial semestralmente, em junho e dezembro de cada exercício.

Nota 5 – Caixa e equivalente de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez adquiridas com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor.

Os itens de caixa e equivalentes de caixa são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Disponibilidade em moeda nacional" que em 30/06/2025 apresenta na demonstração consolidada o montante de R\$ 8.477.462.

Individual	
Descrição	30/06/2025
Total de disponibilidades (caixa)	8.754.523
Disponibilidade em moeda nacional	8.477.308
Disponibilidade em moeda estrangeira	277.215
Aplicações interfinanceiras de liquidez	200.051.000
Depósitos voluntários – Banco Central (Nota 8.1 (a))	8.099.998
Total	216.905.521

Nota 6 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Nota 6.1 – Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de resultado

(a) Composição da carteira por prazo de vencimento

Descrição	Individual						
	30/06/2025						
	Sem vencimento	91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Ajuste a valor justo
Títulos públicos federais brasileiros	-	48.200	134.344.030	134.392.230	133.724.323	-	667.907
Títulos privados de instituições financeiras	-	-	152.506	152.506	150.517	(753)	2.742
Títulos privados de entidades não financeiras	-	-	889.684	889.684	919.863	(70.129)	39.950
Cotas de fundo de investimento	50.279	-	-	50.279	49.980	-	299
Ações	6.818	-	-	6.818	100.448	-	(93.630)
Total	57.097	48.200	135.386.220	135.491.517	134.945.131	(70.882)	617.268

Descrição	Consolidado								
	30/06/2025								
	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Ajuste a valor justo
Títulos públicos federais brasileiros	-	6.734	48.200	1.080.236	134.824.477	135.959.647	135.187.860	-	771.787
Títulos privados de instituições financeiras	-	-	-	-	152.506	152.506	150.517	(753)	2.742
Títulos privados de entidades não financeiras	-	-	-	-	889.684	889.684	919.863	(70.129)	39.950
Cotas de fundo de investimento	412.952	-	-	-	-	412.952	392.933	-	20.019
Ações	6.818	-	-	-	-	6.818	100.448	-	(93.630)
Total	419.770	6.734	48.200	1.080.236	135.866.667	137.421.607	136.751.621	(70.882)	740.868

(a.1) Receitas não reconhecidas em resultado

No 1º semestre de 2025 as receitas com títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado não reconhecidas em função do ativo ser caracterizado com problema de recuperação de crédito totalizaram o montante de R\$ 2.674.

(b) Movimentação por estágios da carteira de títulos e valores mobiliários

Individual					
Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Compra/ liquidação	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2025
Títulos públicos federais brasileiros	120.920.014	12.804.309	-	-	133.724.323
Títulos privados de instituições financeiras	-	150.517	-	-	150.517
Títulos privados de entidades não financeiras	448.694	434.173	(87.068)	-	795.799
Cotas de fundo de investimento	-	49.980	-	-	49.980
Ações	100.448	-	-	-	100.448
Total	121.469.156	13.438.979	(87.068)	-	134.821.067

Consolidado					
Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Compra/ liquidação	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2025
Títulos públicos federais brasileiros	122.323.519	12.864.341	-	-	135.187.860
Títulos privados de instituições financeiras	-	150.517	-	-	150.517
Títulos privados de entidades não financeiras	448.694	434.173	(87.068)	-	795.799
Cotas de fundo de investimento	18.768	374.165	-	-	392.933
Ações	100.448	-	-	-	100.448
Total	122.891.429	13.823.196	(87.068)	-	136.627.557

Individual / Consolidado					
Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Compra/ liquidação	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2025
Títulos privados de entidades não financeiras	-	-	87.068	-	87.068
Total	-	-	87.068	-	87.068

Individual / Consolidado					
Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Compra/ liquidação	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2025
Títulos privados de entidades não financeiras	36.996	-	-	-	36.996
Total	36.996	-	-	-	36.996

Nota 6.2 – Derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição ao risco (*hedge*). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de *hedge*, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

A CAIXA utiliza duas estratégias de atuação no mercado de instrumentos derivativos:

1. *Hedge* de instrumentos financeiros tanto da carteira de negociação quanto da carteira bancária; e
2. Rentabilização da carteira de negociação.

O principal risco de mercado associado à primeira estratégia, ligado ao *hedge* de valor justo das operações de crédito, é a exposição à variação da taxa de juros para a parcela inefetiva do *hedge*.

Em relação à segunda estratégia, o principal risco de mercado é associado à variação no preço dos instrumentos derivativos. Essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

A CAIXA atualmente não opera com derivativos sujeitos a variações de preços não lineares, o que torna essas variações menos amplas.

A Instituição gerencia o risco de mercado no contexto da carteira de negociação, objetivando controlar a exposição a esse risco, a perda esperada e o consumo de capital para cobrir esse risco.

Diariamente são apuradas a exposição líquida a risco de mercado, o CVaR – *Conditional Value at Risk*, a concentração em fatores de risco, a estrutura a termo, a *duration* e a alocação de capital da carteira de negociação. Além disso, diariamente são realizados testes de estresse.

A CAIXA possui uma estrutura de limites para esses indicadores, que são acompanhados diariamente e reportados à governança de riscos quando ocorre alguma extrapolação.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou para comprar/vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na B3.

No caso do registro com garantia, há uma *clearing* que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de *default* de alguma das partes. Assim, é a *clearing* que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma *clearing* que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos; os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrada pelas partes. Neste caso, há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

A CAIXA não possui instrumento derivativo que tenha ganhos ou perdas registradas em conta destacada do patrimônio líquido, fato que ocorre somente em estruturas de *hedge accounting* de fluxo de caixa.

(a) Derivativo do FGTS

A Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, é responsável pela operacionalização dos ativos e passivos do Fundo, prestando garantia de rentabilidade mínima aos ativos do FGTS nos termos da Lei nº 8.036/1990 e das Resoluções do Conselho Curador do FGTS nº 681/2012, 764/2014, 553/2007, 633/2010, 295/1998 e 649/2010.

Dada sua obrigação legal e conforme regramento contábil vigente, a CAIXA deve mensurar, no mínimo anualmente, o valor contábil a ser reconhecido referente à garantia de rentabilidade mínima assumida com o FGTS.

Tendo em vista que a CAIXA presta ao FGTS uma garantia financeira cuja obrigação mínima será zero, caso a remuneração mínima seja atingida e não há benefício caso a performance seja superior ao acordado, a presente obrigação se caracteriza como um derivativo passivo decorrente das obrigações previstas para a administração do FGTS.

Dessa forma o Derivativo FGTS visa reconhecer contabilmente nas demonstrações contábeis da CAIXA o valor contábil a título de garantia de rentabilidade mínima assumida frente ao FGTS, o qual deverá corresponder à estimativa de perda real dos investimentos realizados, consideradas as devidas compensações previstas na norma.

(b) Contratos de câmbio

Com relação aos derivativos de câmbio, a CAIXA faz uso de contratos futuros de dólar e de FRA (*Foward Rate Agreement*) de Cupom Cambial, para proteger posições proprietárias e fluxo de caixa em moeda estrangeira de variações cambiais. Para operações de emissões no mercado internacional, que ocorrem esporadicamente, podem ser contratados swaps como derivativos para *hedge* destas transações.

Todos os derivativos cambiais negociados pela CAIXA são registrados via B3, não havendo risco de crédito pois a *Clearing* assume o papel de contraparte nas operações, realizando ajustes diários das posições e exigindo o depósito de margem de garantia. A liquidação dos contratos de dólar futuro e de FRA de Cupom Cambial estão vinculadas à PTAX, já os contratos de swap possuem seus indicadores negociados entre as partes, sendo o mais comum a troca de variação cambial + taxa pré x percentual do DI. Sobre o vencimento destes instrumentos, os contratos de dólar futuro são negociados pela CAIXA para prazos de até 30 dias, enquanto os de FRA de Cupom Cambial são contratados com vencimento em até 1 ano. Os contratos de swap podem ter prazos superiores a 5 anos, a depender da necessidade do *hedge*.

(c) Hedge Contábil

O hedge contábil de emissão externa tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom; e
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as operações de crédito ativas, denominado Macro Hedge da carteira bancária, tem como objetivo a proteção do valor de mercado de contratos de crédito, e a proteção ocorre por meio de contratos de futuros DI, conforme descrito.

- Ponta Ativa Futuro de DI: % da variação do DI; e
- Ponta Passiva Futuro de DI: Taxa pré-fixada.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge, no caso de emissão externa, e da ponta ativa do swap, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BCB nº 3.082/2002.

O mesmo patamar de efetividade é observado no hedge das operações de crédito.

O item Ajuste a Valor de Mercado dos instrumentos de *hedge* consiste no ajuste acumulado dos contratos de swap e futuros DI.

(c.1) Hedge Contábil

Individual / Consolidado							
Estratégia		30/06/2025					
		Instrumentos de <i>hedge</i>				Objeto	
Risco de taxa de juros		Valor nominal	Quant.	Valor de mercado (1)		Valor de mercado	Ajuste de marcação a mercado
Objeto	Instrumento			Parcela efetiva	Parcela inefetiva		
Hedge da carteira de crédito	Contrato futuro (2)	20.614.700	232.840	526.448	121.580	18.664.850	(526.448)
Hedge de emissões externas	Swap	3.906.467	40	255.926	-	4.162.393	(255.926)

(1) Parcela de marcação a mercado do resultado do instrumento de hedge.

(2) Instrumento liquidado em D+1 com contraparte B3.

(c.2) Estrutura temporal do hedge

Individual / Consolidado		
Vencimento	Hedge da carteira bancária	Hedge de emissões externas
	30/06/2025	30/06/2025
2025	5.476.481	125.681
2026	8.726.067	237.821
2027	5.555.870	221.685
2028	653.199	207.632
2029	159.945	195.289
2030	-	2.918.359
2031	43.138	-
Total	20.614.700	3.906.467

(d) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, tipo de instrumento e prazo, demonstrada pelo seu valor referencial em contas de compensação

Descrição	Individual				
	Valor referencial				
	30/06/2025				
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado
Contratos de futuros					
Compromissos de compra	125.931	-	214.156	2.266.133	2.606.220
Mercado interfinanceiro	125.931	-	214.156	2.266.133	2.606.220
Compromissos de venda	5.897.920	85.553	5.167.775	43.929.930	55.081.178
Mercado interfinanceiro	5.602.612	85.553	5.167.775	43.929.930	54.785.870
Moeda estrangeira	295.308	-	-	-	295.308
Contrato a Termo (1)					
Contrato de câmbio – Ativo	125.845	-	-	-	125.845
Contrato de câmbio – Passivo	93.327	-	-	-	93.327
Swap					
Swap – Dólar	-	125.681	121.082	3.659.703	3.906.466
Outros					
Derivativo FGTS	-	-	-	2.997.713	2.997.713

Descrição	Consolidado				
	Valor referencial				
	30/06/2025				
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado
Contratos de futuros					
Compromissos de compra	156.215	400.760	214.156	2.266.133	3.037.264
Mercado interfinanceiro	156.215	400.760	214.156	2.266.133	3.037.264
Compromissos de venda	5.897.920	85.553	5.167.775	43.929.930	55.081.178
Mercado interfinanceiro	5.602.612	85.553	5.167.775	43.929.930	54.785.870
Moeda estrangeira	295.308	-	-	-	295.308
Contrato a Termo (1)					
Contrato de câmbio - Ativo	125.845	-	-	-	125.845
Contrato de câmbio - Passivo	93.327	-	-	-	93.327
Swap					
Swap - Dólar	-	125.681	121.082	3.659.703	3.906.466
Outros					
Derivativo FGTS	-	-	-	2.997.713	2.997.713

(1) Contratos de câmbio indexados a moedas estrangeiras convertidos pela PTAX.

(e) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial.

Individual							
Descrição	30/06/2025						Valor patrimonial
	Valor patrimonial a receber (recebido)/a pagar (pago)	Ajuste ao valor de mercado (res./patrimônio líquido)	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Posição ativa	68	17	85	-	-	-	85
Termo							
Instituições financeiras e clientes	68	17	85	-	-	-	85
Posição passiva	152.982	3.170	75	6.097	5.533	144.447	156.152
Swap							
Índices/B3	152.975	3.102	-	6.097	5.533	144.447	156.077
Termo							
Instituições financeiras e clientes	7	68	75	-	-	-	75

Consolidado							
Descrição	30/06/2025						Valor patrimonial
	Valor patrimonial a receber (recebido)/a pagar (pago)	Ajuste ao valor de mercado (res./patrimônio líquido)	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Posição ativa	68	28	96	-	-	-	96
Termo							
Instituições financeiras e clientes	68	17	85	-	-	-	85
Swap							
Índices/B3	-	11	11	-	-	-	11
Posição passiva	152.982	3.170	75	6.097	5.533	144.447	156.152
Swap	-	-	-	-	-	-	-
Índices/B3	152.975	3.102	-	6.097	5.533	144.447	156.077
Termo							
Instituições financeiras e clientes	7	68	75	-	-	-	75

(f) Resultado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	Individual	Consolidado
	2025	2025
	1º semestre	1º semestre
Swap	(156.101)	(156.220)
Futuro	(2.389.417)	(2.388.421)
Câmbio	(4.592)	(4.592)
Total	(2.550.110)	(2.549.233)

Nota 6.3 – Outros ativos financeiros ao valor justo por meio resultado

Refere-se a contrato firmado pela CAIXA, na qual foram cedidos direitos oriundos de *Royalties* e Participação Especial decorrentes da exploração de petróleo e gás natural.

A CAIXA designou *Royalties* inicialmente de forma irrevogável em razão das características do ativo.

Descrição	Individual / Consolidado		
	30/06/2025		
	Valor contábil bruto	Ajuste a valor justo no resultado	Valor justo
<i>Royalties</i>	753.109	(308.463)	444.646
Total	753.109	(308.463)	444.646

Nota 7 – Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Nota 7.1 – Aplicações interfinanceiras de liquidez – operações compromissadas

(a) Composição da carteira de Operações Compromissadas

Individual / Consolidado		
Descrição	01 a 90 dias	Valor contábil 30/06/2025
Aplicações no mercado aberto – posição bancada	17.388.195	17.388.195
Letras financeiras do tesouro	4.376.008	4.376.008
Letras do tesouro nacional	167.893	167.893
Notas do tesouro nacional	12.844.294	12.844.294
Aplicações no mercado aberto – posição financiada	182.662.805	182.662.805
Letras financeiras do tesouro	59.473.465	59.473.465
Letras do tesouro nacional	32.939.239	32.939.239
Notas do tesouro nacional	90.250.101	90.250.101
Total	200.051.000	200.051.000

Nota 7.2 – Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

(a) Composição da carteira por prazo de vencimento

Individual									
Descrição	30/06/2025					Valor justo	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Ajuste a valor justo
	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Títulos públicos federais brasileiros	-	-	1.438.162	15.843.990	205.352.535	222.634.687	222.784.073	-	(149.386)
Títulos privados de instituições financeiras	-	292.797	428.311	866.155	755.027	2.342.290	2.323.733	(7.376)	25.933
Títulos privados de entidades não financeiras	-	-	-	14.098	11.770.565	11.784.663	11.867.709	(138.123)	55.077
Cotas de fundo de investimento (1)	2.633.711	-	-	-	-	2.633.711	1.506.364	-	1.127.347
Ações (1)	18.752	-	-	-	-	18.752	18.970	-	(218)
Total	2.652.463	292.797	1.866.473	16.724.243	217.878.127	239.414.103	238.500.849	(145.499)	1.058.753

Consolidado									
Descrição	30/06/2025					Valor justo	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Ajuste a valor justo
	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Títulos públicos federais brasileiros	-	-	1.438.162	15.843.990	205.352.535	222.634.687	222.784.073	-	(149.386)
Títulos privados de instituições financeiras	-	292.797	428.311	866.155	755.027	2.342.290	2.323.733	(7.376)	25.933
Títulos privados de entidades não financeiras	-	-	-	14.098	11.770.565	11.784.663	11.867.709	(138.123)	55.077
Cotas de fundo de investimento (1)	1.612.309	-	-	-	-	1.612.309	506.364	-	1.105.945
Ações (1)	18.752	-	-	-	-	18.752	18.970	-	(218)
Total	1.631.061	292.797	1.866.473	16.724.243	217.878.127	238.392.701	237.500.849	(145.499)	1.037.351

(1) A CAIXA designou inicialmente de modo irrevogável instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes em razão da estratégia e característica desses títulos. Em 30/06/2025 esses títulos perfazem o montante de R\$ 10.625 em cotas de fundos de investimento e R\$ 12.924 em ações.

(a.1) Receitas não reconhecidas em resultado

No 1º semestre de 2025 as receitas com títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não reconhecidas em função do ativo ser caracterizado com problema de recuperação de crédito totalizaram o montante de R\$ 2.485.

(b) Movimentação por estágios da carteira de títulos e valores mobiliários

Individual					
Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Compra/ liquidação	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2025
Títulos públicos federais brasileiros	162.083.246	60.700.827	-	-	222.784.073
Títulos privados de instituições financeiras	2.854.322	(530.589)	-	-	2.323.733
Títulos privados de entidades não financeiras	8.979.453	2.858.234	-	-	11.837.687
Cotas de fundo de investimento	1.557.330	(50.966)	-	-	1.506.364
Ações	18.970	-	-	-	18.970
Total	175.493.321	62.977.506	-	-	238.470.827

Consolidado					
Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Compra/ liquidação	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2025
Títulos públicos federais brasileiros	162.083.246	60.700.827	-	-	222.784.073
Títulos privados de instituições financeiras	2.854.322	(530.589)	-	-	2.323.733
Títulos privados de entidades não financeiras	8.979.453	2.858.234	-	-	11.837.687
Cotas de fundo de investimento	557.330	(50.966)	-	-	506.364
Ações	18.970	-	-	-	18.970
Total	174.493.321	62.977.506	-	-	237.470.827

Individual / Consolidado					
Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Compra/ liquidação	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 2	Saldo em 30/06/2025
Títulos privados de entidades não financeiras	30.022	-	-	-	30.022
Total	30.022	-	-	-	30.022

Nota 8 – Ativos financeiros ao custo amortizado

Nota 8.1 – Depósitos no banco central

Individual / Consolidado		
Descrição	Remuneração	30/06/2025
Compulsório sobre depósitos à vista	Não remunerado	9.355.525
Compulsório sobre depósitos de poupança	Índice da poupança	77.927.457
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	37.662.546
Conta de pagamentos instantâneos	Taxa SELIC	4.605.892
Depósitos voluntários	Taxa SELIC	8.099.998
Total		137.651.418

Nota 8.2 – Aplicações interfinanceiras de liquidez – depósitos interfinanceiros

(a) Composição da carteira de depósitos interfinanceiros de liquidez por prazo de vencimento

Individual / Consolidado			
Carteira	30/06/2025		
	1 a 90 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil líquido
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.008.175	106.949	3.115.124
Depósitos interfinanceiros	747.509	-	747.509
Depósitos interfinanceiros - crédito rural	2.260.666	106.949	2.367.615
Total	3.008.175	106.949	3.115.124

A integralidade da carteira de depósito financeiro encontra-se alocada no Estágio 1.

(a.1) Acordo de compensação e liquidação de obrigações

Os saldos das aplicações em depósitos interfinanceiros incluem os acordos de compensação e liquidação de obrigações firmados entre a CAIXA e os Bancos BMG e Banco Mercantil do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.263/2005, nos montantes discriminados abaixo:

Individual / Consolidado	
Descrição	30/06/2025
Banco BMG S/A	11.516
Banco Mercantil do Brasil	2.556
Total	14.072

Nota 8.3 – Títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado

(a) Composição da carteira por prazo de vencimento

Descrição	Individual / Consolidado			
	30/06/2025			
	Acima de 360 dias	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Valor contábil líquido de provisão
Títulos privados de entidades não financeiras	2.216.100	2.216.765	(665)	2.216.100
Total	2.216.100	2.216.765	(665)	2.216.100

(b) Movimentação por estágios da carteira

Estágio 1	Individual / Consolidado				
	Saldo em 01/01/2025	Compra/ liquidação	Transferência do/ para estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2025
Títulos públicos federais brasileiros	1.541.305	(1.541.305)	-	-	-
Títulos privados de entidades não financeiras	2.198.643	18.122	-	-	2.216.765
Total	3.739.948	(1.523.183)	-	-	2.216.765

Nota 8.4 – Carteira de crédito mensurada ao custo amortizado

Conforme acordo operacional de verticalização firmado entre a CAIXA e Caixa Cartões Holding, foi concedido à sua subsidiária os direitos de exploração das atividades de gestão, administração e operação de cartões de crédito e gestão de cartões de débito, com exclusividade, além do acesso à rede de distribuição, à base de clientes. Em 01 de abril de 2025 ocorreu a migração de ativos e passivos no valor total de R\$ 15.947.325, do qual o montante de R\$ 14.594.923 refere-se às transações à vista e parcelado loja.

A migração das operações não contempla as operações de crédito provenientes do meio de pagamento (crédito parcelado e rotativo), bem como as respectivas carteiras de crédito. A CAIXA permanecerá com o risco de crédito da operação, portanto foi constituída garantia financeira prestada relativa às operações, conforme evidenciado na Nota 17.

(a) Composição da carteira de crédito

Descrição	Individual			Consolidado		
	30/06/2025			30/06/2025		
	Valor contábil	Perdas esperadas	Valor contábil líquido de provisão	Valor contábil	Perdas esperadas	Valor contábil líquido de provisão
Empréstimos e direitos creditórios descontados (1) (2)	226.177.757	(28.412.912)	197.764.845	227.227.899	(28.412.912)	198.814.987
Financiamentos (2)	10.850.590	(1.097.547)	9.753.043	10.850.590	(1.097.547)	9.753.043
Financiamentos rurais	59.823.728	(3.680.407)	56.143.321	59.823.728	(3.680.407)	56.143.321
Financiamentos imobiliários (1)	866.729.930	(16.457.052)	850.272.878	866.729.930	(16.457.052)	850.272.878
Financiamentos de infraestrutura	109.099.757	(4.992.153)	104.107.604	109.099.757	(4.992.153)	104.107.604
Cessão de créditos	3.122.405	(23.183)	3.099.222	3.122.405	(23.183)	3.099.222
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.196.920	(229.333)	1.967.587	17.285.833	(229.333)	17.056.500
Total	1.278.001.087	(54.892.587)	1.223.108.500	1.294.140.142	(54.892.587)	1.239.247.555

(1) Contempla o hedge em empréstimos e direitos creditórios descontados no montante R\$ 511.820 e em financiamentos imobiliários no montante de R\$ 14.628.

(2) Em junho de 2025 os programas governamentais (Giro CAIXA e microcrédito PRONAMPE, Giro CAIXA FGI, Desenrola Brasil e PROCRED) totalizaram o montante de R\$ 22.216.649 concedidos.

(b) Movimentação por estágios da carteira de crédito

Individual					
Estágio 1 (1)	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ (liquidação)/ variação	Transferência do/ para o estágio 2	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2025
Empréstimos e direitos creditórios descontados	168.993.688	7.253.900	120.207	2.484.000	178.851.795
Financiamentos	7.910.356	437.678	218.399	142.215	8.708.648
Financiamentos rurais	57.442.005	(11.400.871)	3.057.381	1.421.073	50.519.588
Financiamentos imobiliários	786.474.231	28.621.785	4.553.604	2.653.397	822.303.017
Financiamentos de infraestrutura	100.829.120	1.353.457	329.313	10.163	102.522.053
Cessão de crédito	3.293.659	(315.990)	12.713	12.160	3.002.542
Outros créditos com características de concessão de crédito	16.078.584	(14.330.711)	8.518	139.374	1.895.765
Total	1.141.021.643	11.619.248	8.300.135	6.862.382	1.167.803.408

(1) Inclui o montante de R\$ 42.045.228 referente aos contratos com mais de 30 dias de atraso.

Individual					
Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ (liquidação)/ variação	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2025
Empréstimos e direitos creditórios descontados	21.288.406	(2.151.334)	(120.207)	2.743.771	21.760.636
Financiamentos	437.628	616.431	(218.399)	104.074	939.734
Financiamentos rurais	850.510	6.222.961	(3.057.381)	51.795	4.067.885
Financiamentos imobiliários	6.118.306	7.072.426	(4.553.604)	1.064.670	9.701.798
Financiamentos de infraestrutura	453.491	620.900	(329.313)	66.981	812.059
Cessão de crédito	26.741	10.399	(12.713)	6.835	31.262
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.258.829	(1.178.847)	(8.518)	3.317	74.781
Total	30.433.911	11.212.936	(8.300.135)	4.041.443	37.388.155

Individual					
Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ (liquidação)/ variação	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 2	Saldo em 30/06/2025
Empréstimos e direitos creditórios descontados	21.745.337	9.047.760	(2.484.000)	(2.743.771)	25.565.326
Financiamentos	578.823	869.674	(142.215)	(104.074)	1.202.208
Financiamentos rurais	4.008.564	2.700.559	(1.421.073)	(51.795)	5.236.255
Financiamentos imobiliários	32.603.630	5.839.552	(2.653.397)	(1.064.670)	34.725.115
Financiamentos de infraestrutura	5.865.448	(22.659)	(10.163)	(66.981)	5.765.645
Cessão de crédito	76.597	30.999	(12.160)	(6.835)	88.601
Outros créditos com características de concessão de crédito	523.548	(154.483)	(139.374)	(3.317)	226.374
Total	65.401.947	18.311.402	(6.862.382)	(4.041.443)	72.809.524

Consolidado					
Estágio 1 (1)	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ (liquidação)/ variação	Transferência do / para o estágio 2	Transferência do / para estágio 3	Saldo em 30/06/2025
Empréstimos e direitos creditórios descontados	170.043.830	7.253.900	120.207	2.484.000	179.901.937
Financiamentos	7.910.356	437.678	218.399	142.215	8.708.648
Financiamentos rurais	57.442.005	(11.400.871)	3.057.381	1.421.073	50.519.588
Financiamentos imobiliários	786.474.231	28.621.785	4.553.604	2.653.397	822.303.017
Financiamentos de infraestrutura	100.829.120	1.353.457	329.313	10.163	102.522.053
Cessão de crédito	3.293.659	(315.990)	12.713	12.160	3.002.542
Outros créditos com características de concessão de crédito	16.078.584	(2.005.721)	745.242	134.988	14.953.093
Total	1.142.071.785	23.944.238	9.036.859	6.857.996	1.181.910.878

(1) Inclui o montante de R\$ 42.045.228 referente aos contratos com mais de 30 dias de atraso.

Consolidado					
Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ (liquidação)/ variação	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2025
Empréstimos e direitos creditórios descontados	21.288.406	(2.151.334)	(120.207)	2.743.771	21.760.636
Financiamentos	437.628	616.431	(218.399)	104.074	939.734
Financiamentos rurais	850.510	6.222.961	(3.057.381)	51.795	4.067.885
Financiamentos imobiliários	6.118.306	7.072.426	(4.553.604)	1.064.670	9.701.798
Financiamentos de infraestrutura	453.491	620.900	(329.313)	66.981	812.059
Cessão de crédito	26.741	10.399	(12.713)	6.835	31.262
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.258.829	1.287.917	(745.242)	15.103	1.816.607
Total	30.433.911	13.679.700	(9.036.859)	4.053.229	39.129.981

Consolidado					
Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ (liquidação)/ variação	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/para estágio 2	Saldo em 30/06/2025
Empréstimos e direitos creditórios descontados	21.745.337	9.047.760	(2.484.000)	(2.743.771)	25.565.326
Financiamentos	578.823	869.674	(142.215)	(104.074)	1.202.208
Financiamentos rurais	4.008.564	2.700.559	(1.421.073)	(51.795)	5.236.255
Financiamentos imobiliários	32.603.630	5.839.552	(2.653.397)	(1.064.670)	34.725.115
Financiamentos de infraestrutura	5.865.448	(22.659)	(10.163)	(66.981)	5.765.645
Cessão de créditos	76.597	30.999	(12.160)	(6.835)	88.601
Outros créditos com características de concessão de crédito	523.548	142.676	(134.988)	(15.103)	516.133
Total	65.401.947	18.608.561	(6.857.996)	(4.053.229)	73.099.283

(c) Composição por carteiras de crédito e faixas de vencimentos

Descrição	Individual					
	30/06/2025					
	Carteira C 1	Carteira C 2	Carteira C 3	Carteira C 4	Carteira C 5	Total
Não problemáticos	855.765.307	105.021.708	132.714.216	-	111.746.613	1.205.247.844
01 a 30 dias	806.323.700	101.015.082	131.160.352	-	109.540.991	1.148.040.125
31 a 60 dias	42.675.214	2.689.560	1.236.340	-	1.400.230	48.001.344
61 a 90 dias	6.766.393	1.317.066	317.524	-	805.392	9.206.375
Problemáticos adimplidos	24.726.870	8.838.458	2.873.001	-	1.911.534	38.349.863
01 a 90 dias	24.726.870	8.838.458	2.873.001	-	1.911.534	38.349.863
Problemáticos inadimplidos	11.308.626	8.565.128	5.068.655	-	9.460.971	34.403.380
91 a 180 dias	7.685.765	5.012.660	2.783.885	-	4.261.334	19.743.644
181 a 360 dias	2.235.197	2.500.960	1.773.606	-	3.384.977	9.894.740
Acima de 360 dias	1.387.664	1.051.508	511.164	-	1.814.660	4.764.996
Total	891.800.803	122.425.294	140.655.872	-	123.119.118	1.278.001.087

Descrição	Consolidado					
	30/06/2025					
	Carteira C 1	Carteira C 2	Carteira C 3	Carteira C 4	Carteira C 5	Total
Não problemáticos	855.765.307	105.021.708	132.714.216	-	127.885.668	1.221.386.899
01 a 30 dias	806.323.700	101.015.082	131.160.352	-	125.680.046	1.164.179.180
31 a 60 dias	42.675.214	2.689.560	1.236.340	-	1.400.230	48.001.344
61 a 90 dias	6.766.393	1.317.066	317.524	-	805.392	9.206.375
Problemáticos adimplidos	24.726.870	8.838.458	2.873.001	-	1.911.534	38.349.863
01 a 90 dias	24.726.870	8.838.458	2.873.001	-	1.911.534	38.349.863
Problemáticos inadimplidos	11.308.626	8.565.128	5.068.655	-	9.460.971	34.403.380
91 a 180 dias	7.685.765	5.012.660	2.783.885	-	4.261.334	19.743.644
181 a 360 dias	2.235.197	2.500.960	1.773.606	-	3.384.977	9.894.740
Acima de 360 dias	1.387.664	1.051.508	511.164	-	1.814.660	4.764.996
Total	891.800.803	122.425.294	140.655.872	-	139.258.173	1.294.140.142

O artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023 determina que, para calcular as provisões de perdas esperadas por risco de crédito, as instituições financeiras devem classificar seus ativos financeiros em cinco carteiras, conforme o tipo de garantia ou a ausência dela:

- **Carteira 1:** Créditos com garantias sólidas, como imóveis em alienação fiduciária ou garantias da União e de organismos internacionais.
- **Carteira 2:** Créditos com garantias como arrendamento mercantil, hipotecas de primeiro grau, penhor, alienação fiduciária de bens móveis, depósitos bancários, garantias de instituições autorizadas pelo Banco Central e seguros de crédito de entidades não relacionadas.
- **Carteira 3:** Créditos ligados a recebíveis, como operações de desconto ou garantias por cessão fiduciária, caução ou penhor de direitos creditórios, além de outras garantias não previstas nas carteiras anteriores.
- **Carteira 4:** Operações sem garantias, como capital de giro, adiantamentos de câmbio, debêntures e crédito rural para investimento.
- **Carteira 5:** Créditos de maior risco, como crédito pessoal com ou sem consignação, crédito rotativo e rural sem garantias, além de outras operações comerciais com características de crédito também sem garantias.

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Descrição	Individual		Consolidado	
	30/06/2025	%	30/06/2025	%
Setor público	81.130.344	6,35	81.130.434	6,27
Administração direta	72.036.449	5,64	72.036.454	5,57
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	5.562.805	0,44	5.562.805	0,43
Administração indireta – outros	3.531.090	0,27	3.531.175	0,27
Setor privado	1.196.870.743	93,65	1.213.009.708	93,73
Pessoa jurídica	160.296.964	12,55	161.867.641	12,51
Energia elétrica	11.840.006	0,93	11.840.460	0,91
Construção civil	28.687.095	2,24	28.920.628	2,23
Comércio varejista	25.764.340	2,02	26.373.105	2,04
Siderurgia e metalurgia	3.779.738	0,30	3.809.497	0,29
Transporte	12.509.818	0,98	12.579.546	0,97
Saneamento e infraestrutura	10.438.658	0,82	10.464.072	0,81
Comércio atacadista	16.407.065	1,28	16.500.551	1,28
Outras indústrias	5.380.671	0,42	5.421.383	0,42
Saúde	7.150.088	0,56	7.187.079	0,56
Agronegócio e extrativismo	5.371.600	0,42	5.382.666	0,42
Alimentação	3.825.572	0,30	3.846.933	0,30
Têxtil	1.958.239	0,15	1.989.354	0,15
Serviços financeiros	3.324.281	0,26	3.331.166	0,26
Comunicação	1.458.729	0,11	1.485.933	0,11
Petroquímico	1.918.592	0,15	1.923.817	0,15
Serviços pessoais	589.567	0,05	609.989	0,05
Outros serviços	19.892.905	1,56	20.201.462	1,56
Pessoa física	1.036.573.779	81,10	1.051.142.067	81,22
Total	1.278.001.087	100,00	1.294.140.142	100,00

(e) Créditos renegociados

Individual / Consolidado	
Descrição	30/06/2025
Contratações (1)	23.378.109
Baixas para prejuízo	701.877

(1) Montante das renegociações não caracterizadas como reestruturações.

(f) Operações reestruturadas

(f.1) Percentual dos ativos financeiros reestruturados em relação ao total renegociados:

Em junho de 2025, o percentual dos ativos financeiros reestruturados em relação ao total de instrumentos financeiros renegociados foi de 4,67%, somando R\$ 20.320.505.

Os componentes de maior relevância da carteira classificada como problemática, em uma visão priorizada, são a inadimplência e a reestruturação, que respondem por 69,30% e 15,48%, somando R\$ 50.392.324 e R\$ 11.253.926, respectivamente.

Considerando a marcação em ativo problemático por segmento, destaca-se o segmento habitacional (PF e PJ), que responde por 48,16% (R\$ 35.021.638) do total dos ativos problemáticos, sendo predominante a marcação pelos motivadores de inadimplência com 71,25% (R\$ 24.952.585) e reestruturação com 27,09% (R\$ 9.486.577).

(f.2) Expectativas de recuperação dos instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito:

A expectativa de recuperação dos instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito em junho de 2025 totaliza o montante de R\$ 36.921.236.

(f.3) Receitas não reconhecidas em função do ativo ser caracterizado com problema de recuperação de crédito:

Em junho de 2025 as receitas não reconhecidas em função do ativo ser caracterizado com problema de recuperação de crédito totalizaram o montante de R\$ 7.301.481.

(g) Crédito Rural

Individual / Consolidado			
30/06/2025			
Descrição	Recursos alocados	Total de exigibilidade	Total de exigibilidade (%)
Depósito à vista	14.539	14.146	30%
Poupança rural	6.737	6.509	65%
LCA – Letra de crédito do agronegócio	7.236	7.293	50%
Total	28.512	27.948	

Em junho de 2025 o cumprimento LCA, foi realizado com o excesso dos recursos alocados do depósito à vista, conforme regulamento BACEN – MR (Cap 6, seção 7 LCA – artigo h) que poderá ser computado, para fins de cumprimento do direcionamento de que trata o item 2, o excesso de aplicação na exigibilidade dos recursos obrigatórios apurado ao final do mesmo período de cumprimento.

Os valores referentes ao mês de junho de 2025, referem-se ao encerramento do ano agrícola 2024 -2025, onde a CAIXA atingiu 100% da obrigação legal, cumprindo integralmente as exigibilidades propostas.

Nota 8.5 – Outros ativos financeiros ao custo amortizado

(a) Composição

Descrição	Individual		Consolidado	
	30/06/2025		30/06/2025	
	Valor Contábil	Valor Contábil Líquido de Perdas	Valor Contábil	Valor Contábil Líquido de Perdas
Créditos vinculados ao SFH (b)	23.259.625	19.563.011	23.259.625	19.563.011
Devedores por depósitos em garantia (Nota 16 (e))	21.878.811	21.878.811	21.878.811	21.878.811
Rendas a receber do setor público (1)	1.656.371	1.654.185	1.656.371	1.654.185
Rendas a receber do setor privado (1)	281.242	280.565	490.093	489.416
Cartão de crédito	10.707	10.707	273.734	273.734
Demais	144.456	144.456	144.459	144.459
Total	47.231.212	43.531.735	47.703.093	44.003.616

(1) A Resolução CMN nº 4.966/2021, em seu artigo 1º, § 2º, inciso II, especifica os critérios contábeis que não são aplicados aos ativos provenientes de contratos da instituição com clientes os quais representam valores a receber que são recepcionados pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

(b) Créditos Vinculados – Sistema Financeiro da Habitação (SFH)

O FCVS é um fundo público de natureza contábil e financeira, criado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) pela Resolução nº 25 de 1967 do Conselho de Administração do BNH (Banco Nacional de Habitação).

A responsabilidade institucional do FCVS apresenta-se nas seguintes finalidades:

- Garantir o limite de prazo para a amortização dos financiamentos habitacionais, contraídos pelos mutuários no âmbito do SFH, assumindo, em nome do mutuário, o saldo devedor residual no decurso do prazo de financiamento contratado;
- Assumir, em nome do mutuário, os descontos concedidos nas liquidações antecipadas, nas renegociações e nas transferências de contratos de financiamento habitacional, observada a legislação de regência;
- Assumir, em razão da Lei nº 12.409, de 2011, o saldo devedor de financiamento habitacional, total ou parcial, em caso de morte ou invalidez permanente, e assumir, também, as despesas de recuperação ou indenização decorrentes de Danos Físicos do Imóvel e as perdas de Responsabilidade Civil do Construtor; e
- Liquidar as operações remanescentes do extinto Seguro de Crédito ao Adquirente.

Destaca-se que o FCVS se relaciona exclusivamente com o agente financeiro, visto que a habilitação somente ocorre após cessada a relação do mutuário com a instituição financiadora do contrato. Assim, eventuais inconformidades relacionadas a um contrato habitacional com cobertura do FCVS, tais como a inobservância da legislação pertinente ou inconformidades identificadas na concessão ou manutenção do contrato, pelo agente financeiro, podem acarretar negativas de cobertura pelo agente operador do FCVS, o que implica em perdas para o agente financeiro.

O quadro abaixo inclui os status nas quais se encontram os processos objeto de novação com o fundo:

- Habilitado – Cadastro do contrato pela CAIXA agente financeiro junto ao sistema do FCVS (CAIXA Agente Operador);
- Não habilitado – Contratos em análise pela CAIXA Agente Financeiro para os procedimentos de habilitação junto ao FCVS;

- Habilitado e não homologado – Contratos habilitados e ainda não analisados pelo FCVS;
- Homologado com recurso – Contratos com recurso emitido pela CAIXA agente financeiro e ainda não analisados pelo FCVS, com divergência de valores;
- Homologado sem recurso – Contratos em análise pela CAIXA agente financeiro para validação junto ao FCVS, para emissão ou não de recurso; e
- Negativa de cobertura – Contempla contratos com negativa de cobertura com e sem recurso, e contratos que não cabem recurso pelo esgotamento das possibilidades de reversão da negativa, pelo FCVS.

Descrição	Individual / Consolidado		
	30/06/2025		
	Saldo base	Provisão	Saldo líquido
FCVS a receber	33.147.132	(13.613.119)	19.534.013
Não habilitado	39.428	(25.738)	13.690
Habilitado e não homologado	252.725	(175.797)	76.928
Homologado com/sem recurso ou manifestação	6.764.152	(2.038.032)	4.726.120
Homologados validados e em novação	9.155.269	(180.993)	8.974.276
Negativa de cobertura (1)	13.287.083	(7.544.084)	5.742.999
Impedimento Financeiro – Risco de crédito (Estágio 3) (2)	3.648.475	(3.648.475)	-
FGTS a ressarcir	28.998	-	28.998
Total	33.176.130	(13.613.119)	19.563.011

(1) Inclui o valor de negativa por multiplicidade de CADMUT no montante de R\$ 4.639.337 líquido de provisão para perdas esperadas. O CADMUT é o cadastro para registro das informações dos contratos de financiamento habitacional, ativos e inativos, firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH e dos programas habitacionais e sociais do governo federal, conforme disposto na Lei nº 10.150, de 21/12/2000.

(2) A totalidade dos contratos com impedimento financeiro estão classificados no estágio 3 e não houve movimentação no período.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) de acordo com a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019. A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A apuração da provisão para perdas para o ativo do FCVS é realizada por um conjunto de regras, metodologia estatística e baseada em conceitos de risco operacional. Uma vez que a novação dos créditos depende da documentação dos contratos, não há processo de crédito envolvido, ou seja, a constituição da provisão para perdas é para fazer frente às perdas esperadas decorrentes do processo de novação dos contratos cobertos pelo FCVS.

Adicionalmente, foi considerado que os contratos FCVS homologados e com impedimentos financeiros, em razão de dívidas com o FGTS, estão sujeitos ao risco de crédito, caracterizados como ativos problemáticos, à luz das definições da Resolução CMN 4.966/2021, atribuindo a eles perda esperada igual a 100% e alocando-os no estágio 3.

Nota 9 – Provisão para perdas esperadas associadas aos instrumentos financeiros**(a) Perdas esperadas por classe**

Descrição	Individual / Consolidado		
	30/06/2025		Total
	Perda incorrida	Perda esperada	
Ativos financeiros	(20.844.619)	(37.964.491)	(58.809.110)
Títulos e valores mobiliários	-	(217.046)	(217.046)
Carteira de crédito	(17.145.142)	(37.747.445)	(54.892.587)
Outros ativos financeiros	(3.699.477)	-	(3.699.477)
Passivos financeiros		(2.630.847)	(2.630.847)
Compromissos de empréstimos e créditos a liberar	-	(1.460.478)	(1.460.478)
Garantias financeiras prestadas	-	(1.170.369)	(1.170.369)
Total	(20.844.619)	(40.595.338)	(61.439.957)

(b) Movimentação da provisão para perdas esperadas por instrumento financeiro e estágio

Estágio 1	Individual / Consolidado				
	Saldo em 01/01/2025	Constituição/reversão	Transferência do/para estágio 2	Transferência do/para estágio 3	Saldo em 30/06/2025
Ativos financeiros	(11.317.223)	5.508.551	(1.679.303)	(3.087.218)	(10.575.193)
Títulos e valores mobiliários	(139.813)	(45.746)	65.310	-	(120.249)
Carteira de crédito	(11.177.410)	5.554.297	(1.744.613)	(3.087.218)	(10.454.944)
Passivos financeiros	(898.057)	(231.878)	(3.705)	(131.348)	(1.264.988)
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(878.405)	149.654	(15.766)	(72.966)	(817.483)
Garantias financeiras prestadas	(19.652)	(381.532)	12.061	(58.382)	(447.505)
Total	(12.215.280)	5.276.673	(1.683.008)	(3.218.566)	(11.840.181)

Estágio 2	Individual / Consolidado				
	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ reversão	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 3	Saldo em 30/06/2025
Ativos Financeiros	(7.465.777)	(1.053.846)	1.679.303	681.954	(6.158.366)
Títulos e valores mobiliários	-	-	(65.310)	-	(65.310)
Carteira de crédito	(7.465.777)	(1.053.846)	1.744.613	681.954	(6.093.056)
Passivos financeiros	(139.701)	(481.723)	3.705	(59.372)	(677.091)
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(139.699)	(134.667)	15.766	(32.368)	(290.968)
Garantias financeiras prestadas	(2)	(347.056)	(12.061)	(27.004)	(386.123)
Total	(7.605.478)	(1.535.569)	1.683.008	622.582	(6.835.457)

Estágio 3	Individual / Consolidado				
	Saldo em 01/01/2025	Constituição/ reversão	Transferência do/ para estágio 1	Transferência do/ para estágio 2	Saldo em 30/06/2025
Ativos financeiros	(36.045.891)	(8.434.922)	3.087.215	(681.954)	(42.075.552)
Títulos e valores mobiliários	(43.599)	12.112	-	-	(31.487)
Carteira de crédito	(32.305.678)	(8.444.171)	3.087.215	(681.954)	(38.344.588)
Outros ativos financeiros	(3.696.614)	(2.863)	-	-	(3.699.477)
Passivos financeiros	(520.462)	(359.026)	131.348	59.372	(688.768)
Compromisso de empréstimos e créditos a liberar	(460.240)	2.879	72.966	32.368	(352.027)
Garantias financeiras prestadas	(60.222)	(361.905)	58.382	27.004	(336.741)
Total	(36.566.353)	(8.793.948)	3.218.563	(622.582)	(42.764.320)

(c) Movimentação da provisão para perdas esperadas por classe

Descrição	Individual / Consolidado						
	1º semestre de 2025						
	Aplicações interfinanceiras de liquidez	Títulos e valores mobiliários	Carteira de crédito	Outros ativos	Comp. de crédito/ créd. a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Constituição	-	(185.523)	(5.442.336)	(45.943)	(429.923)	(1.091.063)	(7.194.788)
Reversão	7.315	-	22.657	1.099.104	447.789	570	1.577.435
Saldo final	7.315	(185.523)	(5.419.679)	1.053.161	17.866	(1.090.493)	(5.617.353)

Nota 10 – Ativos e passivos fiscais

(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

Descrição	Individual	Consolidado
	2025	2025
	1º semestre	1º semestre
Tributos correntes	-	(769.392)
Tributos diferidos	(415.184)	(419.524)
Passivo fiscal diferido	909.612	901.385
Títulos VJR/Objeto de hedge	753.745	753.744
Depósito em garantia	155.867	155.867
Outros	-	(8.226)
Ativo Fiscal Diferido	(1.324.796)	(1.320.909)
Diferenças temporárias – constituição/realização	(1.324.796)	(1.320.909)
Imposto de renda e contribuição social do período	(415.184)	(1.188.916)

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Descrição	Individual	Consolidado
	2025	2025
	1º semestre	1º semestre
Resultado antes dos tributos e participações	10.217.517	12.465.084
Encargos de IRPJ e CSLL	(4.597.883)	(5.609.288)
Juros sobre o capital próprio	634.346	634.346
Participação em coligadas e controladas	1.133.755	2.020.170
Participação dos empregados nos lucros	(475.760)	(475.760)
Outros	3.305.542	2.661.140
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(769.392)

(c) Passivo fiscal diferido

Descrição	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Passivo fiscal diferido no resultado	3.701.982	3.708.124
Ajustes a valor de mercado de títulos VJR	303.284	303.284
Atualização monetária de depósitos em garantia	3.338.948	3.338.948
Outras	59.750	65.892
Passivo fiscal diferido no PL	519.038	519.038
Marcação a mercado	519.038	519.038
Total do passivo fiscal diferido	4.221.020	4.227.162

(d) Ativo fiscal diferido

Descrição	Individual				Consolidado			
	01/01/2025	Constituição	Reversão	30/06/2025	01/01/2025	Constituição	Reversão	30/06/2025
Diferenças temporárias	61.802.996	10.266.446	(14.445.998)	57.623.444	61.802.996	10.266.727	(14.445.998)	57.623.725
Provisão para perdas esperadas	41.747.612	7.319.114	(6.084.092)	42.982.634	41.747.612	7.319.114	(6.084.092)	42.982.634
Passivos atuariais	4.231.259	321.916	(1.971.576)	2.581.599	4.231.259	321.916	(1.971.576)	2.581.599
Provisões trabalhistas	2.669.905	216.468	(460.175)	2.426.198	2.669.905	216.468	(460.175)	2.426.198
Ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos	1.445.936	200.972	(1.195.572)	451.336	1.445.936	200.972	(1.195.572)	451.336
Provisão para perdas – FCVS a receber	3.664.794	915.522	(117.889)	4.462.427	3.664.794	915.522	(117.889)	4.462.427
Provisões cíveis	1.798.218	22.800	(4.097)	1.816.921	1.798.218	22.800	(4.097)	1.816.921
Impairment – ativos mantidos para venda (AMV)	252.089	-	(63.580)	188.509	252.089	-	(63.580)	188.509
Provisões fiscais	280.285	11.623	(1.057)	290.851	280.285	11.623	(1.057)	290.851
Outros	5.712.898	1.258.031	(4.547.960)	2.422.969	5.712.898	1.258.312	(4.547.960)	2.423.250
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	3.570.902	-	-	3.570.902	3.570.902	-	-	3.570.902
Prejuízo fiscal/Base negativa CSLL a realizar	3.570.902	-	-	3.570.902	3.570.902	-	-	3.570.902
Total dos créditos com impacto no resultado	65.373.898	10.266.446	(14.445.998)	61.194.346	65.373.898	10.266.727	(14.445.998)	61.194.627
Passivos atuariais	6.472.801	-	(10.620)	6.462.181	6.472.801	-	(10.620)	6.462.181
Outros	915.522	-	(915.522)	-	915.522	-	(915.522)	-
Total dos créditos com impacto no PL	7.388.323	-	(926.142)	6.462.181	7.388.323	-	(926.142)	6.462.181
Total dos créditos tributários	72.762.221	10.266.446	(15.372.140)	67.656.527	72.762.221	10.266.727	(15.372.140)	67.656.808
Total dos créditos não constituídos	57.819	122.536	-	180.355	57.819	122.536	-	180.355

(e) Expectativa de realização – ativo fiscal diferido

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo estão representados a seguir:

Ano de Realização	Individual		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
2025	2.620.078	2.591.197	2.620.078	2.591.197
2026	11.224.609	10.138.114	11.224.609	10.138.114
2027	5.442.865	4.521.459	5.442.865	4.521.459
2028	6.212.518	4.774.296	6.212.518	4.774.296
2029	6.978.801	4.976.446	6.978.801	4.976.446
2030	6.815.358	4.522.181	6.815.358	4.522.181
2031	6.887.941	4.266.119	6.887.941	4.266.119
2032	6.184.327	3.588.140	6.184.327	3.588.140
2033	5.984.764	3.264.236	5.984.764	3.264.236
2034	5.792.904	2.969.037	5.792.904	2.969.037
2035	3.512.362	1.691.543	3.512.643	1.691.543
Total	67.656.527	47.302.768	67.656.808	47.302.768

Nota 11 – Investimentos

A tabela a seguir apresenta as participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas do conglomerado CAIXA.

Empresa (1)	País de constituição	Sede	Natureza do relacionamento	Atividade	Participação estratégica (2)
CAIXA	Brasil	Brasília (DF)	Líder do Conglomerado	Caixa Econômica Federal	
TecBan	Brasil	Barueri (SP)	Coligada	Tecnologia bancária	Sim
Quod	Brasil	Barueri (SP)	Coligada	Birô de crédito	Sim
Núclea	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Outras atividades	Sim
Caixa Seguridade	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Holding	Sim
Caixa Holding	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Holding	Sim
Caixa Corretora	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Corretora de seguros	Sim
Too Seguros	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Seguradora	Não
PAN Corretora	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Corretora	Não
XS3 Seguros	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Seguros	Sim
XS4 Capitalização	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Controle conjunto	Capitalização	Sim
XS5 Consórcios	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Consórcios	Sim
XS6 Assistência	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Serviços assistenciais	Sim
CNP Brasil	Brasil	Brasília (DF)	Coligada	Holding	Sim
Holding XS1	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Holding	Sim
Caixa Cartões	Brasil	Brasília (DF)	Subsidiária integral	Holding	Sim
Elo Serviços	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Instituição de pagamento	Sim
Caixa Cartões Pré-Pagos	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Emissão de vales-alimentação, vales-transportes e similares	Sim
Caixa Loterias	Brasil	Brasília (DF)	Subsidiária integral	Holding	Sim
Caixa Asset	Brasil	Brasília (DF)	Subsidiária integral	Distribuição de títulos e valores mobiliários	Sim

(1) Todas as empresas mencionadas adotam o Real como moeda funcional.

(2) Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.

Individual								
Empresa	% de participação		Patrimônio Líquido	Valor contábil		Movimentação		Valor contábil
	30/06/2025							
	Total	Ações ordinárias	30/06/2025	01/01/2025	Resultado MEP	Dividendos e JCP (1)	Outros	30/06/2025
Caixa Seguridade	80,00%	80,00%	13.330.716	10.665.915	1.681.826	(1.502.963)	(180.205)	10.664.573
Caixa Cartões Holding	100,00%	100,00%	926.371	875.683	257.322	(206.634)	-	926.371
Caixa Loterias	100,00%	100,00%	104.015	87.587	68.557	(52.129)	-	104.015
Caixa Asset	100,00%	100,00%	544.657	848.834	484.650	(788.827)	-	544.657
TecBan	13,01%	11,61%	990.953	178.644	3.710	-	(770)	181.584
Quod	15,29%	16,00%	323.335	50.926	(1.488)	-	-	49.438
Galgo Sistemas de Informações (2)	6,67%	6,67%	-	2.681	(599)	-	(2.082)	-
Núclea	8,17%	8,17%	1.805.177	147.331	25.477	(25.252)	25	147.581
Outros investimentos (3)	-	-	136	136	-	-	-	136
Total			18.025.360	12.857.737	2.519.455	(2.575.805)	(183.032)	12.618.355

(1) Dividendos e JCP propostos no período totalizaram R\$ 2.575.805.

(2) Venda da participação na empresa Galgo em 05/2025 pelo valor de R\$ 3.458.

(3) Inclui os investimentos pré-operacionais: Negócios Digitais, Caixa Imóveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

30 DE JUNHO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Consolidado								
Empresa	% de participação (1)		Patrimônio líquido	Valor contábil		Movimentação		Valor contábil
	30/06/2025							
	Total	Ações ordinárias	30/06/2025	01/01/2025	Resultado MEP	Dividendos e JCP (2)	Outros	30/06/2025
Holding XS1	60,00%	49,00%	12.159.552	7.207.587	696.862	(685.930)	77.213	7.295.732
CNP Brasil	48,25%	48,25%	5.159.470	2.325.920	223.145	(171.388)	111.767	2.489.444
XS3 Seguros	75,00%	49,99%	2.214.153	1.415.299	304.772	(97.624)	38.086	1.660.533
XS4 Capitalização	75,00%	49,99%	364.498	205.827	99.255	(38.419)	6.692	273.355
XS5 Consórcios	75,00%	49,99%	735.296	425.217	126.235	-	-	551.452
XS6 Assistência	75,00%	49,99%	69.475	33.883	18.223	-	-	52.106
Too Seguros	49,00%	49,00%	741.398	423.595	111.605	(181.914)	7.517	360.803
PAN Corretora	49,00%	49,00%	25.343	17.219	11.792	(16.592)	-	12.419
Elo Serviços	41,41%	0,01%	937.855	456.669	103.884	(172.141)	-	388.412
Caixa Cartões Pré-Pagos	75,00%	50%-1	414.163	308.043	8.178	(5.600)	-	310.621
Tecban	13,01%	11,61%	990.953	178.644	3.710	-	(770)	181.584
Quod	15,29%	16,00%	323.335	50.926	(1.488)	-	-	49.438
Galgo Sistemas de Informações (3)	6,67%	6,67%	-	2.681	(599)	-	(2.082)	-
Núclea	8,17%	8,17%	1.805.177	147.331	25.477	(25.252)	25	147.581
Outros investimentos (4)	-	-	395	395	-	-	-	395
Total			25.941.063	13.199.236	1.731.051	(1.394.860)	238.448	13.773.875

(1) O percentual de participação na Holding XS1, CNP Brasil, XS3 Seguros, XS4 Capitalização, XS5 Consórcios, XS6 Assistência, Too Seguros e Pan Corretora são demonstrados pela ótica da Controlada Caixa Seguridade.

(2) Dividendos e JCP efetivamente recebidos no período totalizaram R\$1.394.860, sendo R\$ 685.930 da Holding XS1; R\$ 171.388 da CNP Brasil; R\$ 97.624 da XS3 Seguros; R\$ 38.419 da XS4 Capitalização; R\$ 181.914 da Too Seguros; R\$ 16.592 PAN Corretora; R\$ 172.141 Elo Serviços; R\$ 5.600 Caixa Cartões Pré Pagos e R\$ 25.252 Núcleo.

(3) Venda da participação na empresa Galgo em 05/2025 pelo valor de R\$ 3.458.

(4) Inclui os investimentos pré-operacionais: Negócios Digitais, Caixa Imóveis, Caixa Cartões Adquirência, Caixa Cartões PAT, Caixa Cartões Fidelidade, Caixa Cartões Contas de Pagamento.

(a) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pela CAIXA no segmento de seguros e capitalização

Descrição	Consolidado							
	30/06/2025							
	Holding XS1	CNP Brasil	XS3 Seguros	XS4 Capitalização	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	Too Seguros	PAN Corretora
Ativo circulante	188.463.393	522.761	2.390.425	2.028.798	422.653	191.187	1.012.028	29.441
Ativo não circulante	14.704.719	4.672.480	1.248.854	1.233.197	847.195	41.874	1.537.663	62
Passivo circulante	170.436.976	35.770	1.424.527	2.896.790	119.803	163.585	1.744.120	4.159
Passivo não circulante	20.571.583	-	599	708	414.748	-	64.173	-
Passivo contingente	(213.869)	-	599	45	-	-	14.831	-
Receitas	14.877.334	479.318	788.006	953.408	564.301	151.072	955.365	30.496
Despesas	(13.715.885)	(16.841)	(381.623)	(821.062)	(395.983)	(126.775)	(757.774)	(6.430)
Lucro/prejuízo do período	1.161.449	462.477	406.383	132.346	168.318	24.297	197.591	24.066
Outros resultados abrangentes	(128.676)	202.178	(96.201)	(37.453)	-	-	(75.239)	-
Resultado abrangente total	1.032.773	664.655	310.182	94.893	168.318	24.297	122.352	24.066
Patrimônio líquido ajustado	12.159.553	5.159.471	2.214.153	364.497	735.297	69.476	741.398	25.344
% de participação	60,00	48,25	75,00	75,00	75,00	75,00	49,00	49,00
Saldo do investimento	7.295.732	2.489.444	1.660.533	273.359	551.452	52.106	363.285	12.419
Outros ajustes	-	-	-	(4)	-	-	(2.482)	-

(b) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pela CAIXA em outros segmentos

Descrição	Individual				
	30/06/2025				
	TecBan	Quod	Elo Serviços	Caixa Cartões Pré-Pagos	Núcleo
Ativo circulante	854.272	172.559	901.027	846.749	866.867
Ativo não circulante	2.431.618	1.033.840	461.006	366.902	1.230.332
Passivo circulante	811.936	402.375	388.761	799.489	269.049
Passivo não circulante	1.483.001	480.689	35.416	-	22.972
Passivo contingente	-	-	-	-	2.125
Receitas	1.469.981	192.792	802.147	174.253	760.793
Despesas	(1.441.464)	(202.517)	(551.311)	(163.347)	(449.158)
Lucro/prejuízo do período	28.517	(9.725)	250.836	10.906	311.635
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	28.517	(9.725)	250.836	10.906	311.635
Patrimônio líquido ajustado	990.953	323.335	937.856	414.161	1.805.177
% de participação	13,01%	15,29%	41,41%	75,00%	8,17%
Saldo do investimento	128.923	49.438	388.412	310.621	147.581
Outros ajustes	52.661	-	-	-	-

(c) Alienação de ações da Caixa Seguridade

No mês de março de 2025, a CAIXA, por meio de oferta pública secundária de ações, alienou 82.380.893 ações ordinárias de emissão da CAIXA Seguridade Participações S.A. Como resultado dessa operação, a participação societária da CAIXA na referida companhia foi reduzida de 82,75% para 80%. A transação gerou um ganho no montante de R\$ 839.464 (Nota 28), reconhecido no resultado do período, conforme critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes.

Nota 12 – Imobilizado de uso

(a) Composição

Individual					
Descrição	Vida útil (em anos)	30/06/2025			
		Custo	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido
Imóveis de uso	-	1.906.285	(919.213)	(25.175)	961.897
Edificações	25	1.698.793	(919.213)	(23.521)	756.059
Terrenos	-	207.492	-	(1.654)	205.838
Ativos de direito de uso	-	777.088	(25.212)	-	751.876
Imóveis	-	738.199	(21.324)	-	716.875
Veículos, embarcações e outros	-	38.889	(3.888)	-	35.001
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	2.640.476	(1.943.313)	(143)	697.020
Imobilizações em curso	-	285.733	-	-	285.733
Móveis e equipamentos de uso	-	6.166.708	(4.317.956)	-	1.848.752
Sistema de comunicação e de segurança	5 a 10	1.032.192	(762.904)	-	269.288
Sistema de processamento de dados	5	5.134.516	(3.555.052)	-	1.579.464
Móveis em estoque e outros equipamentos	-	830.968	(491.328)	(8.579)	331.061
Obras de arte	-	1.357	-	-	1.357
Total		12.608.615	(7.697.022)	(33.897)	4.877.696

Consolidado					
Descrição	Vida útil (em anos)	30/06/2025			
		Custo	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido
Imóveis de uso	-	1.906.285	(919.213)	(25.175)	961.897
Edificações	25	1.698.793	(919.213)	(23.521)	756.059
Terrenos	-	207.492	-	(1.654)	205.838
Ativos de direito de uso	-	787.494	(25.258)	-	762.236
Imóveis	-	748.605	(21.370)	-	727.235
Veículos, embarcações e outros	-	38.889	(3.888)	-	35.001
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	2.640.476	(1.943.313)	(143)	697.020
Imobilizações em curso	-	285.733	-	-	285.733
Móveis e equipamentos de uso	-	6.166.768	(4.318.010)	-	1.848.758
Sistema de comunicação e de segurança	5 a 10	1.032.212	(762.924)	-	269.288
Sistema de processamento de dados	5	5.134.556	(3.555.086)	-	1.579.470
Móveis em estoque e outros equipamentos	-	830.968	(491.328)	(8.579)	331.061
Obras de arte	-	1.357	-	-	1.357
Total		12.619.081	(7.697.122)	(33.897)	4.888.062

(b) Movimentação

Individual							
Descrição	01/01/2025 Líquido	Movimentação					30/06/2025 Líquido
		Transf.	Adições	Baixas	Depreciação	Redução ao valor recuperável	
Imóveis de uso	907.358	66.053	14.700	-	(26.214)	-	961.897
Edificações	701.632	65.941	14.700	-	(26.214)	-	756.059
Terrenos	205.726	112	-	-	-	-	205.838
Ativos de direito de uso	-	-	781.705	-	(25.224)	(4.605)	751.876
Imóveis	-	-	742.816	-	(21.336)	(4.605)	716.875
Veículos, embarcações e outros	-	-	38.889	-	(3.888)	-	35.001
Benfeitorias em imóveis de terceiros	548.875	257.032	-	(11.682)	(97.205)	-	697.020
Imobilizações em curso	385.768	(321.740)	221.705	-	-	-	285.733
Móveis e equipamentos de uso	1.816.501	6.045	339.636	(1.983)	(311.447)	-	1.848.752
Sistema de comunicação e de segurança	246.291	(30.179)	96.902	(825)	(42.901)	-	269.288
Sistema de processamento de dados	1.570.210	36.224	242.734	(1.158)	(268.546)	-	1.579.464
Móveis em estoque e outros equipamentos	252.394	(7.163)	111.275	(547)	(24.898)	-	331.061
Obras de arte	1.357	-	-	-	-	-	1.357
Total	3.912.253	227	1.469.021	(14.212)	(484.988)	(4.605)	4.877.696

Consolidado							
Descrição	01/01/2025 Líquido	Movimentação					30/06/2025 Líquido
		Transf.	Adições	Baixas	Depreciação	Redução ao valor recuperável	
Imóveis de uso	907.358	66.053	14.700	-	(26.214)	-	961.897
Edificações	701.632	65.941	14.700	-	(26.214)	-	756.059
Terrenos	205.726	112	-	-	-	-	205.838
Ativos de direito de uso	-	-	792.111	-	(25.270)	(4.605)	762.236
Imóveis	-	-	753.222	-	(21.382)	(4.605)	727.235
Veículos, embarcações e outros	-	-	38.889	-	(3.888)	-	35.001
Benfeitorias em imóveis de terceiros	548.875	257.032	-	(11.682)	(97.205)	-	697.020
Imobilizações em curso	385.768	(321.740)	221.705	-	-	-	285.733
Móveis e equipamentos de uso	1.816.508	6.045	339.636	(1.983)	(311.448)	-	1.848.758
Sistema de comunicação e de segurança	246.291	(30.179)	96.902	(825)	(42.901)	-	269.288
Sistema de processamento de dados	1.570.217	36.224	242.734	(1.158)	(268.547)	-	1.579.470
Móveis em estoque e outros equipamentos	252.394	(7.163)	111.275	(547)	(24.898)	-	331.061
Obras de arte	1.357	-	-	-	-	-	1.357
Total	3.912.260	227	1.479.427	(14.212)	(485.035)	(4.605)	4.888.062

(c) Arrendamento

Os ativos de direito de uso referem-se aos contratos de locação de imóveis e demais ativos utilizados nas operações administrativas e bancárias, os quais geraram saída de caixa no montante de R\$ 42.035.

Demonstramos a seguir a análise do passivo de arrendamento por vencimento, com base no prazo remanescente dos contratos de arrendamento mercantil.

Prazo de Vencimento	Individual	Consolidado
Até 1 ano	742	1974
1 a 5 anos	540.341	549.549
Acima de 5 anos	219.165	219.165
Total (Nota 15.4)	760.248	770.688

Nota 13 – Intangível

(a) Composição

Descrição	Individual			
	30/06/2025			
	Custo	Amortização acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	3.635.194	(1.975.843)	-	1.659.351
Projetos logiciais – software	3.275.815	(2.181.610)	(35.257)	1.058.948
Outros intangíveis	1.274.908	(828.469)	-	446.439
Total	8.185.917	(4.985.922)	(35.257)	3.164.738

Descrição	Consolidado			
	30/06/2025			
	Custo	Amortização acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	3.635.194	(1.975.843)	-	1.659.351
Projetos logiciais – software	3.275.815	(2.181.610)	(35.257)	1.058.948
Outros intangíveis	1.304.958	(831.473)	-	473.485
Total	8.215.967	(4.988.926)	(35.257)	3.191.784

(b) Movimentação

Individual						
Descrição	01/01/2025 Líquido	Movimentação				30/06/2025 Líquido
		Transf.	Adições	Baixas	Amortização	
Aquisição de folha de pagamento	1.719.992	-	224.026	1.275	(285.942)	1.659.351
Projetos logiciais – software	1.129.625	7	306.277	(233.210)	(143.751)	1.058.948
Outros intangíveis	451.182	(4.385)	240.110	(11.408)	(229.060)	446.439
Total	3.300.799	(4.378)	770.413	(243.343)	(658.753)	3.164.738

Consolidado						
Descrição	01/01/2025 Líquido	Movimentação				30/06/2025 Líquido
		Transf.	Adições	Baixas	Amortização	
Aquisição de folha de pagamento	1.719.992	-	224.026	1.275	(285.942)	1.659.351
Projetos logiciais – software	1.129.625	7	306.277	(233.210)	(143.751)	1.058.948
Outros intangíveis	481.182	(4.385)	240.160	(11.408)	(232.064)	473.485
	3.330.799	(4.378)	770.463	(243.343)	(661.757)	3.191.784

Nota 14 – Outros ativos

(a) Composição

Descrição	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Ativos não financeiros mantidos para venda e material de estoque (b)	5.966.783	5.966.783
Antecipações salariais e outros adiantamentos	2.220.218	2.220.347
Valores a apropriar	1.826.309	1.829.174
Relações interfinanceiras e interdependências	1.333.422	1.333.422
Devedores diversos	851.412	1.190.675
Valores a receber – FND	787.451	787.451
Dividendos e JCP a receber	744.320	465.712
Valores a ressarcir – FGTS	355.005	355.005
Despesas antecipadas	200.891	202.257
Créditos específicos	121.733	121.733
Total	14.407.544	14.472.559

(b) Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque

Individual / Consolidado	
Descrição	30/06/2025
Ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos	6.319.393
Ativos não financeiros mantidos para venda – próprios	55.519
Material de consumo	10.776
Total	6.385.688
Perdas por redução ao valor recuperável – recebidos	(416.429)
Perdas por redução ao valor recuperável – próprios	(2.476)
Total líquido de provisão	5.966.783

(c) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Individual / Consolidado	
Descrição	30/06/2025
Saldo inicial	(560.193)
Constituição	(107.400)
Baixas	248.688
Saldo final	(418.905)

Nota 15 – Passivos financeiros ao custo amortizado

Nota 15.1 – Recursos de clientes

(a) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	Individual				Consolidado	
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2025	30/06/2025
Depósitos à vista	50.774.765	-	-	-	50.774.765	50.544.065
Pessoas físicas	26.267.371	-	-	-	26.267.371	26.267.371
Pessoas jurídicas	18.229.507	-	-	-	18.229.507	18.229.228
Vinculados	2.848.119	-	-	-	2.848.119	2.617.698
Governo	1.759.220	-	-	-	1.759.220	1.759.220
Instituições do sistema financeiro	512.736	-	-	-	512.736	512.736
Contas encerradas	262.709	-	-	-	262.709	262.709
Depósitos obrigatórios	142.655	-	-	-	142.655	142.655
Entidades públicas	50.033	-	-	-	50.033	50.033
Depósitos em moedas estrangeiras	17.742	-	-	-	17.742	17.742
Outros	684.673	-	-	-	684.673	684.673
Depósitos de poupança	390.358.297	-	-	-	390.358.297	390.358.297
Pessoas físicas	376.669.900	-	-	-	376.669.900	376.669.900
Pessoas jurídicas	7.532.506	-	-	-	7.532.506	7.532.506
Contas encerradas	6.155.891	-	-	-	6.155.891	6.155.891
Depósitos a prazo	112.396.834	4.174.212	32.302.330	151.569.056	300.442.432	300.442.432
Depósitos judiciais	112.396.834	-	-	-	112.396.834	112.396.834
CDB	-	4.174.212	32.302.330	151.569.056	188.045.598	188.045.598
Depósitos especiais e de fundos e programas	50.426.609	-	-	-	50.426.609	50.426.609
Outros depósitos	92.509	-	-	-	92.509	92.509
Total	604.049.014	4.174.212	32.302.330	151.569.056	792.094.612	791.863.912

(b) Depósitos especiais e de fundos e programas

Individual / Consolidado	
Descrição	30/06/2025
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR (1)	19.936.203
Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação de Eventos Climáticos Extremos – FIRECE	6.903.817
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	6.708.398
Fundo de Custeio do Ensino Médio – FIPEM	4.014.342
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	2.840.959
Fundo de Compensação Ambiental – FCA	2.223.284
Garantia crédito hipotecário	1.633.804
Depósitos – PREVHAB	1.503.912
Fundo Garantia Safrá – FGS	1.293.258
Depósitos especiais com remuneração – SRF	1.182.468
Incra	956.298
Fundo Garantidor de Microfinanças – FGM	647.930
Fundo de apoio e desenvolvimento PPP – FEP CAIXA	375.220
Outros	206.716
Total	50.426.609

Nota 15.2 – Recursos de instituições financeiras e outras

(a) Composição

Descrição	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Obrigações por empréstimos e repasses	533.264.871	533.264.871
FGTS	509.381.173	509.381.173
BNDES	18.154.643	18.154.643
Fundo da marinha mercante	2.179.646	2.179.646
Empréstimos no exterior	1.777.145	1.777.145
Repasses do exterior	170.523	170.523
Tesouro Nacional	14.715	14.715
Outras	1.587.026	1.587.026
Captações no mercado aberto	227.493.118	227.191.741
Carteira própria	44.830.313	44.528.936
Letras do tesouro nacional	31.130.823	30.829.446
Letras financeiras do tesouro	6.377.400	6.377.400
Debêntures	6.235.310	6.235.310
Certificados de recebíveis imobiliários	1.086.780	1.086.780
Carteira de terceiros	182.662.805	182.662.805
Notas do tesouro nacional	90.250.101	90.250.101
Letras financeiras do tesouro	59.473.465	59.473.465
Letras do tesouro nacional	32.939.239	32.939.239
Depósitos interfinanceiros	2.508.524	2.508.524
Total	763.266.513	762.965.136

Repasse no país – FGTS

Os recursos repassados pelo FGTS são destinados à aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 4,84% a.a. (habitação 4,75% a.a.; saneamento 6,01% a.a.; infraestrutura 5,89% a.a.; saúde 5,81% a.a.) e prazo médio de retorno de 283 meses (habitação – 295 meses; saneamento – 147 meses; infraestrutura – 146 meses; saúde – 68 meses).

Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto por linhas de crédito captadas no exterior para financiamento de operações de exportação e importação de clientes, e por emissão de títulos de dívida no mercado internacional, sujeitos à taxa de juros externa de até 6,36% ao ano, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimento em até 2030.

Nota 15.3 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

(a) Composição

Descrição	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Recursos aceites e emissão de títulos (b)	263.898.524	263.898.524
Instrumentos financeiros subordinados (c)	35.612.476	35.612.476
IHCD – Elegíveis a capital (d) (1)	35.151.870	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida (1) (2)	1.065.084	552.708
Total	335.727.954	300.063.708

(1) No consolidado o IHCD principal autorizado no montante de R\$ 35.151.870 e sua atualização monetária de R\$ 512.376 são reclassificados para o Patrimônio Líquido (Nota 3 (cc)).

(2) No individual contempla os juros remuneratórios de IHCD a pagar no montante de R\$ 552.708 e a atualização monetária de R\$ 512.376.

(a.1) Instrumento de dívida subordinada – FGTS

A CAIXA possui 8 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do Patrimônio de Referência – PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.958/2021 que trata da metodologia de apuração do PR, contratados com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

(a.2) Letras financeiras subordinadas – Nível I (Complementar)

A CAIXA captou no mercado local Letras Financeiras Subordinadas, no valor de face total de R\$ 1.718.700, desse total R\$ 1.713.241 estão autorizadas para compor o Capital Complementar do Nível I (PR).

(b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Individual / Consolidado						
Captações	Rem. a.a. / Indexador	Vencimento				30/06/2025
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Letra de crédito imobiliário	CDI	9.752.049	33.086.334	37.581.992	133.519.050	213.939.425
Letra de crédito imobiliário	IPCA	-	-	-	303.137	303.137
Letra de crédito imobiliário	Prefixada	402.575	3.241.702	2.300.454	2.478.983	8.423.714
Letra de crédito imobiliário - FGTS	TR	-	-	-	9.959	9.959
Letra financeira	IPCA	-	-	-	3.142.908	3.142.908
Letra financeira	CDI	-	-	-	19.245.632	19.245.632
Letra de crédito do agronegócio	CDI	1.288.146	663.021	3.350.962	9.703.779	15.005.908
Títulos e valores mobiliários no exterior						
Bond social (b.1)	5,625%	-	-	-	3.827.841	3.827.841
Total		11.442.770	36.991.057	43.233.408	172.231.289	263.898.524

(b.1) Títulos e valores mobiliários no exterior

Em maio de 2025, a CAIXA realizou sua primeira emissão de títulos com temática social no mercado internacional. A emissão tem como objetivo captar recursos para o financiamento de projetos que promovam a inclusão financeira, em conformidade com as melhores práticas globais de finanças sustentáveis, seguindo diretrizes para garantir a alocação transparente e rastreável dos recursos em projetos com impacto social positivo.

Individual / Consolidado						
Título	Moeda	Valor emitido (1)	Remuneração a.a.	Captação	Vencimento	30/06/2025
Bond social	US\$	700.000	5,625%	13/05/2025	13/05/2030	3.827.841

(1) Valores em milhares de US\$.

(c) Instrumentos financeiros subordinados

Individual/Consolidado							
Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Data da captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortização	Impacto hedge contábil risco de mercado	Saldo devedor 30/06/2025
Nível I – Complementar (1)							
Letras financeiras elegíveis							
Perpétuo	114 % Selic	set/19	1.113.000	96.208	-	-	1.209.208
Perpétuo	114 % Selic	out/19	4.200	354	-	-	4.554
Perpétuo	114 % Selic	nov/19	601.500	50.662	-	-	652.162
Nível II (1)							
Instrumento de dívida subordinada – FGTS							
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	2.129.373	(4.490.605)	-	638.768
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	1.917.979	(1.994.598)	-	2.923.381
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	1.350.362	(1.593.021)	-	2.757.341
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	2.920.710	(501.130)	-	6.419.580
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	2.169.112	-	-	5.169.112
mai/44	4,75%	set/16	4.000.000	2.449.109	-	-	6.449.109
ago/44	4,86%	mai/17	4.000.000	2.248.045	-	-	6.248.045
mai/44	5,23%	set/17	2.000.000	1.141.216	-	-	3.141.216
Total			27.718.700	16.473.130	(8.579.354)	-	35.612.476

(1) A composição do PR está detalhada na Nota Explicativa 33 (c).

Os juros remuneratórios a pagar dos Instrumentos Subordinados elegíveis a Capital Complementar, totalizaram um montante de R\$ 147.224 em 30/06/2025.

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal.

A Resolução CMN nº 4.955/2021 determina, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de capital principal.

Para fins de apresentação no balanço patrimonial consolidado, os Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital (IHCD) são compostos por principal autorizado e sua atualização monetária do período corrente e apresentados no Patrimônio Líquido, pois ambos atendem aos critérios de classificação contábil como instrumentos patrimoniais (Nota 3 (cc)). No patrimônio de Referência (Nota 33 (c)), considera-se apenas o valor de face do principal autorizado somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores em virtude de os contratos possuírem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

(d) Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis ao capital - IHCD

Descrição	30/06/2025
Contrato 348/2007	17.441.272
Contrato 752/2012	6.800.000
Contrato 754/2012	6.310.598
Contratos 869/2013	4.600.000
Total Individual - Passivo	35.151.870
Atualização monetária do principal	512.376
Total Consolidado - Patrimônio Líquido	35.664.246

Nota 15.4 – Outros passivos financeiros

(a) Composição

Descrição	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Recursos para destinação específica (b)	19.151.844	19.186.409
Receitas antecipadas (c)	7.734.208	8.209.208
Obrigações por operações vinculadas à cessão	3.072.368	3.072.368
Recursos vinculados a operações de crédito	1.218.855	1.218.855
Recursos do FGTS para amortização	1.034.284	1.034.284
Passivo de arrendamento	760.248	770.688
Negociação e intermediação de valores	279.314	279.337
Obrigações por transações de pagamentos	507	507
Total	33.251.628	33.771.656

(b) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais mantidos com recursos do governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

Descrição	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Fundos e programas sociais	16.095.651	16.095.651
Remuneração do agente financeiro - FGTS	9.002.917	9.002.917
Programas de transferência de renda (1)	1.889.984	1.889.984
Programas habitacionais de interesse social	1.858.648	1.858.648
Novo Minha Casa Minha Vida – NMCMV	1.811.553	1.811.553
FIES	456.617	456.617
Remuneração do agente financeiro – OGU	406.697	406.697
Recursos do FGTS	258.700	258.700
Outros fundos e programas	410.535	410.535
Fundos financeiros e de desenvolvimento	1.032.851	1.032.851
FAT	1.031.370	1.031.370
FINSOCIAL	1.481	1.481
Operações com loterias	2.023.342	2.057.907
Total	19.151.844	19.186.409

(1) Inclui o montante de R\$ 1.168.492 referente aos recursos destinados ao pagamento do Novo Bolsa Família.

(c) Receitas antecipadas

As receitas antecipadas correspondem ao saldo a diferir das transações entre a CAIXA, empresas parceiras, e suas controladas pelo direito de exploração do balcão, base de cliente e uso da marca. Em 30/06/2025 as receitas antecipadas se referem às seguintes parcerias:

- VISA, houve a transferência total dos saldos para a Caixa Cartões Holding, após migração (ou verticalização) das operações em abril de 2025 (Nota 8.4 (a));
- CNP (Holding XS1) no montante de R\$ 5.740.000 em cumprimento ao contrato de distribuição. O saldo é apropriado mensalmente pela vigência do contrato, até 2045;
- Tokio Marine (XS3) no montante de R\$ 1.178.000, Icatu (XS4) no montante de R\$ 141.750, CNP (XS5) no montante de R\$ 196.875, e Tempo (XS6) no montante de R\$ 23.250, em cumprimento ao contrato de distribuição pelo prazo de 20 anos com a Caixa Seguridade;
- FISERV, no montante de R\$ 126.000, buscando fortalecer sua atuação no mercado de meios de pagamento eletrônicos, prevê um contrato com vigência de 20 anos com a Caixa Cartões Pré-Pagos; e
- VR BENEFÍCIOS e FLEETCOR ("VR-FLEETCOR"), no montante de R\$ 328.333, para atuação no segmento relacionado a meios de pagamento pré-pagos, pelo prazo de 20 anos, conforme contrato firmado com a Caixa Cartões Pré-Pagos.

Nota 16 – Provisões

(a) Composição

Descrição	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Trabalhistas (b.2)	5.391.551	5.391.551
Cíveis (b.3)	4.037.602	4.037.602
Fiscais (b.4)	671.737	671.737
Pré-pagamento FGTS (c)	955.537	955.537
Demais	17.749	24.454
Total	11.074.176	11.080.881

(b) Provisões para causas judiciais e obrigações fiscais e previdenciárias

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos seus advogados e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para suportar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza as seguintes metodologias para calcular o valor provável de desembolso:

- Metodologia individualizada, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como de perda provável, possível ou remota; ações massificadas que estão em fase de execução são também provisionadas por esta metodologia; e
- Massificada, metodologia estatística para cálculo do valor provável de desembolso para 100% dos expedientes rotineiros em fase de conhecimento, que consiste na mensuração da probabilidade e do impacto do resultado desfavorável à instituição.

(b.1) Movimentação das provisões para causas judiciais e obrigações fiscais e previdenciárias

Descrição	01/01/2025	Movimentação					30/06/2025
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões	Reversões de provisões	Baixas por pagamento	
Trabalhistas (b.3)	5.933.123	351.256	192.734	1.764.487	(688.975)	(2.161.074)	5.391.551
Cíveis (b.4)	3.996.040	133.351	77.003	1.410.152	(865.718)	(713.226)	4.037.602
Feitos diversos	1.587.337	84.230	36.038	614.085	(334.949)	(463.332)	1.523.409
Poupança – planos econômicos	754.838	11.107	7.497	367.933	(295.078)	(112.831)	733.466
Contingenciamento do FGTS	857.638	-	26.255	17.233	(21.712)	(931)	878.483
Habitacional	796.227	38.014	7.213	410.901	(213.979)	(136.132)	902.244
Fiscais (b.5)	647.501	13.954	16.746	52.620	(36.214)	(22.870)	671.737
ISSQN	396.273	3.638	12.541	16.305	(16.222)	(6.846)	405.689
INSS	5.901	-	278	67	(1.037)	-	5.209
IPTU	103.878	7.489	1.237	17.715	(14.870)	(5.969)	109.480
Outros	141.449	2.827	2.690	18.533	(4.085)	(10.055)	151.359
Total	10.576.664	498.561	286.483	3.227.259	(1.590.907)	(2.897.170)	10.100.890

(b.2) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 30/06/2025, constavam 53.694 processos trabalhistas provisionados, sendo 27.499 sujeitos à metodologia massificada e 26.195 sujeitos à metodologia individualizada.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas, a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b.3) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 30/06/2025, constavam 345.359 processos cíveis provisionados, sendo 313.788 sujeitos à metodologia massificada e 31.571 sujeitos à metodologia individualizada.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 30/06/2025, o montante provisionado para estes processos é de R\$ 733.468.

O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que sejam proferidas as decisões das matérias de repercussão geral relativas ao Planos Bresser e Verão (tema 264), de valores não bloqueados do Plano Collor I (tema 265), Plano Collor I (tema 284) e do Plano Collor II (tema 285) que terão efeitos vinculantes a todos os casos relacionados.

No final do exercício de 2017, FEBRABAN e CONSIF celebraram acordo com as principais entidades de defesa do consumidor para equacionamento do problema. Este acordo foi homologado pelo STF e a CAIXA aderiu a seus termos. Os pagamentos começaram em julho de 2018 e continuam sendo realizados

em atendimento às adesões processadas no site <https://portalacordo.pagamentodapoupanca.com.br/> e mutirões de conciliação administrativos e judiciais.

O acordo teve prazo final em 12/03/2020, razão pela qual a FEBRABAN e as entidades de defesa do consumidor chegaram a bom termo para prorrogar o acordo anterior por mais 5 anos, tendo sido homologado pelo STF uma prorrogação inicial de 30 meses e após analisados os resultados obtidos, em dezembro de 2022, o STF homologou uma segunda prorrogação de mais 30 meses.

Em 23/05/2025, o plenário do STF finalizou o julgamento da ADPF 165, no sentido de declarar a constitucionalidade dos Planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II, reafirmando, porém, a homologação do acordo coletivo e seus aditamentos, em todas as suas disposições, determinando sua aplicação a todos os processos que discutem os chamados expurgos inflacionários de poupança. Além de determinar a aplicação dos termos do acordo a todos os processos que discutem os chamados expurgos inflacionários, a referida decisão também determinou a prorrogação, por mais 24 meses, da possibilidade de novas adesões nos mesmos termos já entabulados a contar de 03/06/2025, data da publicação da ata de julgamento.

Também são significativos os processos que visam à reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 30/06/2025, para estes processos é de R\$ 878.483.

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2025, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas, a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Até 30/06/2025 realizou 28.255 acordos processuais (66% referente a ações indenizatórias e 34% referentes a recuperações de créditos), reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema.

(b.4) Obrigações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade própria de cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio-alimentação, APIP e licença-prêmio, cujos valores, reposicionados para 30/06/2025, correspondem ao total de R\$ 1.891.468, para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 5.208.

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de

interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 30/06/2025, corresponde ao montante de R\$ 1.509.282.

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 30/06/2025 o valor da provisão constituída é de R\$ 405.692.

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos de CSLL, IRPJ e multa decorrentes de não homologações de Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP, os quais, em 30/06/2025, totalizam R\$ 25.403, em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre cada matéria, a análise dos advogados foi pela constituição da provisão integral do valor.

(c) Provisão para pré-pagamentos do crédito imobiliário com recursos do FGTS

- Os financiamentos habitacionais, concedidos com recursos do FGTS e contemplados com subsídio para redução da prestação, remuneram o Agente Financeiro com pagamento total ou parcial do subsídio pelo FGTS, conforme definição descrita na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 702/2012 e suas atualizações;
- Estes valores são repassados ao Agente Financeiro CAIXA no ato da contratação, a fim de fazer frente a todo período da operação. Alterações no fluxo inicialmente contratado, tais como liquidação antecipada, amortização extraordinária, amortização extraordinária com redução de prazo, transferência ou redução do prazo contratado do financiamento, exigem que a CAIXA devolva ao FGTS parte da remuneração recebida, proporcionalmente;
- Para fazer frente a essa devolução de recursos ao FGTS, é feita a provisão para devolução de receitas em caso de pré-pagamentos. Os valores provisionados são apurados com base nos fluxos médios de devolução de remuneração ocorridos, e seus respectivos impactos sobre o saldo de valores de remuneração do Agente Financeiro CAIXA.

(d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

(d.1) Demandas fiscais

A CAIXA mantém o acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 10.762.608, dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

- a) Autuação de PIS/PASEP, no valor histórico de R\$ 4.053.509, pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993. Para a propositura da ação, foi efetuado depósito em garantia daquele valor em 30/12/2010, o qual, atualizado pela SELIC, na forma da Lei nº 9.703/1998, totaliza R\$ 9.423.600 em 30/06/2025. Em 08/04/2019, o Excelentíssimo Sr. Juiz da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF julgou procedente o pedido formulado pela CAIXA para declarar a extinção do crédito tributário em destaque, tendo em vista a comprovação da suficiência dos recolhimentos à época realizados. Em 10/06/2019, a União interpôs recurso de apelação pleiteando a reforma da sentença em tela pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tendo o recurso sido distribuído por sorteio em 04/05/2023 à 8ª Turma daquele Tribunal, aguardando julgamento desde então;
- b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 258.574 com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

- c) CSLL, no valor de R\$ 217.293, relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e
- d) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 350.167, sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de "comunicação" para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As demais contingências com indicativo de perda possível apresentam o seguinte saldo, em 30/06/2025:

(a) Federais totalizam R\$ 1.529; (b) Previdenciários somam R\$ 67.318; e (c) Regionais correspondem a R\$ 444.128.

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(e) Composição dos depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Individual / Consolidado	
Descrição	30/06/2025
Demandas fiscais	14.549.299
Demandas trabalhistas	6.394.023
Demandas cíveis	935.489
Total	21.878.811

Nota 17 – Compromissos de empréstimos, créditos a liberar e garantias financeiras prestadas

Individual / Consolidado												
30/06/2025												
Descrição	Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3			Total		
	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas	Exposição	Perdas esperadas	Exposição líquida de perdas
Compromissos de empréstimos e créditos a liberar	141.307.042	(817.483)	140.489.559	4.823.645	(290.968)	4.532.677	583.295	(352.027)	231.268	146.713.982	(1.460.478)	145.253.504
Garantias financeiras prestadas	44.189.436	(447.505)	43.741.931	1.751.705	(386.123)	1.365.582	370.721	(336.741)	33.980	46.311.862	(1.170.369)	45.141.493
Repasse - Entidades	31.049.777	(19.455)	31.030.322	-	-	-	44.095	(44.095)	-	31.093.872	(63.550)	31.030.322
FIES	68.424	(11.122)	57.302	9.881	(1.569)	8.312	24.418	(17.353)	7.065	102.723	(30.044)	72.679
Fiança	-	-	-	-	-	-	12.448	(12.448)	-	12.448	(12.448)	-
Cartão de Crédito ¹	13.071.235	(416.928)	12.654.307	1.741.824	(384.554)	1.357.270	289.760	(262.845)	26.915	15.102.819	(1.064.327)	14.038.492
Total	185.496.478	(1.264.988)	184.231.490	6.575.350	(677.091)	5.898.259	954.016	(688.768)	265.248	193.025.844	(2.630.847)	190.394.997

¹Com a migração das operações de cartão de débito e crédito (transações à vista e parcelado loja) para a CAIXA Cartões, a CAIXA constituiu provisão com perdas esperadas para garantia financeira prestada em virtude da retenção do risco de crédito conforme instrumento de outorga. (Nota 8.4 (a)).

Nota 18 – Passivos atuariais

(a) Benefícios de curto prazo

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual orçado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

(b) Benefícios pós-emprego

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(c) Composição da provisão para benefícios a empregados

Descrição	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Benefícios de curto prazo	5.367.448	5.371.797
Natureza salarial	4.289.399	4.289.399
Participação dos empregados no lucro	1.078.049	1.082.398
Benefícios pós-emprego	20.428.083	20.428.083
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	11.351.163	11.351.163
Auxílio e cesta-alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.869.664	1.869.664
Planos de benefícios – previdência privada (cálculo atuarial (g.4)):	7.207.256	7.207.256
REG/REPLAN	6.985.976	6.985.976
Novo Plano	221.280	221.280
Total	25.795.531	25.799.880

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Os planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA são administrados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta, na sua estrutura organizacional, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último, de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balancetes trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros – três indicados pela patrocinadora e três pelos participantes.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da administração, de seus deveres legais e estatutários. É composto por quatro membros.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balancetes, prestar contas; decidir planos e critérios necessários à administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios destinados aos associados.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

No Estatuto, também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

Quanto aos planos de saúde complementar (Saúde CAIXA), auxílio/cesta-alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Risco atuarial

O risco atuarial é caracterizado pela variação ou não aderência às premissas e/ou parâmetros adotados no momento do cálculo atuarial. Decorre, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas em cenário base, no momento do custeio dos planos, que podem trazer volatilidade aos resultados esperados.

A exposição da CAIXA ao risco atuarial é evidenciada pela condição de patrocinadora e mantenedora de benefícios pós-emprego oferecidos a seus empregados, comprometendo parte do custeio desses benefícios à instituição.

O risco atuarial é considerado um risco relevante tendo em vista sua responsabilidade de longo prazo relacionada aos benefícios vitalícios, além da provisão em balanço, apurada conforme orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 33 (R1) e Resolução CVM nº 110/2022.

(f) Estratégia de confrontação de ativos/passivos

Somente os planos de previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.994/2022, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* (ALM), que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos, superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de

benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são geradas diversas simulações do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação; e
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

(g) Planos de benefícios – detalhamento

(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecendo às normas e a Tabela do PAMS.

(g.2) Auxílio e Cesta-alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio e cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuarias apresentados, relativos ao Auxílio e cesta-alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

O Auxílio e cesta-alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial.

Os valores mensais do Auxílio e cesta-alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de 1º de setembro de 2024 a 31 de agosto de 2025 o valor do auxílio-refeição/alimentação é de R\$ 1.110,12 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. A cesta-alimentação para o mesmo período é de R\$ 874,78 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora, nem para a parte empregada.

(g.3) Plano de benefícios – Assistidos EX-PREVHAB

Por força do Decreto nº 2.291/1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, há assistidos que permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

(g.4) Planos de previdência complementar

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (*Risk Sharing*) para todos os planos, considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, conforme definido, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Os planos de previdência administrados pela FUNCEF estão divididos em duas modalidades: Benefício Definido (REG/REPLAN) e Contribuição Variável (REB e Novo Plano).

Na modalidade de Benefício Definido (BD), são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício, bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado, são determinados utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

Na modalidade de Contribuição Variável (CV), durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo Contribuição Definida (CD). Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo Benefício Definido (BD), devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

- **REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o plano de benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade benefício definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano, com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção por órgão oficial da previdência, implicando no cancelamento da contribuição normal para este plano e na adesão no caso do ativo, a outro plano de benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN modalidades saldado e não saldado, patrocinados pela CAIXA, terem registrado em 2014 e 2015, respectivamente, seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foram elaborados planos de equacionamento dos déficits. Na modalidade saldado houve déficit nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, enquanto na modalidade não saldado, os déficits foram em 2015 e 2016. Os planos de equacionamento têm como base a Resolução CNPC nº 30/2018 com todas as suas alterações.

Os planos de equacionamento estabelecem critérios próprios para a contribuição de cada parte nos déficits, sendo paritário entre a CAIXA e os participantes e assistidos na modalidade saldado.

Em fevereiro de 2025, após aprovações da FUNCEF, CAIXA e SEST, a PREVIC aprovou a alteração do regulamento do plano REG/REPLAN Saldado e a unificação dos planos de equacionamento de 2014, 2015 e 2016 num plano unificado. A alteração foi necessária para adequar o regulamento do referido plano aos seguintes benefícios futuros que passaram a ser concedidos:

- Novo cálculo da pensão por morte;
- Temporalidade do pagamento da pensão por morte;
- Pensão para filhos;
- Pecúlio por morte; e
- Ajuste no Fundo de Acumulação de Benefício (FAB).

O impacto nas alterações desses benefícios gerou uma economia nas obrigações futuras do REG/REPLAN saldado de, aproximadamente, R\$ 5,2 bilhões, sendo R\$ 2,6 bilhões para a CAIXA e R\$ 2,6 bilhões para os participantes. A CAIXA fez o aporte desse valor em maio de 2025 junto à FUNCEF.

Déficit	Individual / Consolidado			
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado	
	Prazo total de amortização	Valor do déficit atualizado	Prazo total de amortização	Valor do déficit atualizado
Exercício 2015	-	-	237 meses	228.978
Exercício 2016	-	-	240 meses	149.621
Unificado (Exercícios 2014, 2015 e 2016)	184 meses	6.607.308	-	-
Total		6.607.308		378.599

Em relação aos planos REG/REPLAN, a CAIXA mantém provisionado em 30/06/2025 o montante de R\$ 6.985.975, sendo R\$ 3.599.065 calculado conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), complementado por R\$ 3.386.910 para assegurar os planos de equacionamentos dos déficits atuariais.

Os pagamentos da CAIXA à FUNCEF relativos aos respectivos planos de equacionamento, no 1º semestre de 2025, montam R\$ 2.972.796.

- **REB**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br).

- **Novo Plano**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006. É o único plano aberto às novas inscrições de funcionários CAIXA.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de custeio do Novo Plano estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego

Descrição	Individual / Consolidado		
	30/06/2025 (1)		Total
	Ativos	Assistidos	
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	68.185	78.102	146.287
Auxílio e cesta-alimentação (aposentados e pensionistas)	-	16.560	16.560
Assistidos PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	49	49
REG/REPLAN saldado (2)	5.944	49.816	55.760
REG/REPLAN não saldado (2)	672	5.316	5.988
REB (2)	4.994	1.316	6.310
Novo Plano (2)	76.448	10.922	87.370

(1) Conforme posições de 31/03/2025.

(2) Inclui participantes assistidos que estão recebendo o benefício por meio de decisões judiciais.

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta-alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos Saúde CAIXA, REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio e Cesta-alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

Em relação aos passivos existentes na FUNCEF, enquadrados como perda provável e já provisionados, esses são capturados no cálculo atuarial e, respeitada a proporção de responsabilidade de 50%, compõem a reserva de provisão atuarial da CAIXA.

Quanto aos passivos classificados pela FUNCEF como perda possível, à medida em que, eventualmente, forem reclassificados para perda provável, serão provisionados nos respectivos planos, e por consequência, esses montantes comporão o cálculo atuarial da CAIXA, sendo seus impactos reconhecidos no encerramento do Balanço do primeiro semestre subsequente à reclassificação desses passivos.

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. No período apresentado, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, eles não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAIXA.

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios

Descrição	Individual / Consolidado		
	Saúde CAIXA 30/06/2025	Auxílio/Cesta-alimentação 30/06/2025	Assistidos EX-PREVIHAB 30/06/2025
Taxa nominal de desconto (a.a.)	10,32%	10,54%	10,50%
Taxa real de desconto (a.a.)	7,11%	7,32%	7,28%
Taxa real de crescimento dos salários (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa real de crescimento dos benefícios projetada (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de inflação (a.a.)	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de rotatividade	Tábua de rotatividade experiência CAIXA 2024	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2024	Não aplicável	Não aplicável
Aging Factor (1)	3,01%	Não aplicável	Não aplicável

(1) Utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano.

Descrição	Individual / Consolidado			
	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não Saldado	REB	Novo Plano
	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025
Taxa nominal de desconto (a.a.)	10,35%	10,33%	10,30%	10,23%
Taxa real de desconto (a.a.)	7,14%	7,12%	7,09%	7,02%
Taxa real de crescimento dos salários (a.a.)	Não aplicável	2,26%	3,06%	2,82%
Taxa real de crescimento dos benefícios – rubricas judiciais (a.a.)	Nula	Nula	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de inflação (a.a.)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	Experiência FUNCEF REB 2014/2023_IV2024	Experiência FUNCEF Novo Plano 2014/2023_IV2024
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58, segregada por sexo	CSO - 58, segregada por sexo
Entrada em aposentadoria	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Experiência entrada em aposentadoria REG/REPLAN não saldado 2020 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2024	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2024

(i.4) Diferenças de premissas dos planos previdenciários

Descrição	Individual / Consolidado				
	REG/REPLAN saldato	REG/REPLAN não saldato	REB	Novo Plano	FUNCEF
Taxa real de desconto (a.a.)	7,14%	7,12%	7,09%	7,02%	4,75% - REG/REPLAN saldato 4,85% - REG/REPLAN não saldato, REB e Novo Plano
Avaliação de ativos - Títulos públicos	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados na curva/mercado
Regime de capitalização	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado	Agregado

(i.5) Mudança no valor presente da obrigação

O Valor Presente da Obrigação – VPO representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Descrição	Individual / Consolidado						
	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	Assistidos Ex-PREVHAB	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	2025	2025	2025	2025	2025	2025	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
VPO no início do período	(10.527.881)	(1.762.029)	(62.768)	(60.991.121)	(6.467.845)	(718.168)	(4.462.996)
Custo do serviço corrente	(85.493)	-	-	-	-	-	(36.532)
Custo de juros sobre VPO	(541.724)	(90.922)	(3.170)	(1.576.361)	(167.370)	(36.976)	(244.097)
Contribuições esperadas dos empregados	-	-	-	-	(8.401)	(5.859)	(5.374)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(660.251)	(124.337)	4.634	(2.509.016)	(205.762)	(73.875)	(538.770)
Ajuste de experiência	(239.988)	(68.323)	5.914	178.742	66.987	(17.427)	55.790
Alterações premissas demográficas	-	-	-	-	-	-	-
Alterações premissas financeiras	(420.263)	(56.014)	(1.280)	(2.687.758)	(272.749)	(56.448)	(594.560)
Benefícios pagos pelo plano	-	-	3.605	1.327.894	127.212	33.888	155.132
Benefícios pagos diretamente pela empresa	464.186	107.624	-	-	-	-	-
Custo de serviço passado (alterações no plano)	-	-	-	-	-	-	-
VPO no final do período	(11.351.163)	(1.869.664)	(57.699)	(63.748.604)	(6.722.166)	(800.990)	(5.132.637)

A Resolução nº 37, da CGPAR, estabeleceu que as empresas estatais federais que patrocinem planos de benefícios de previdência complementar estruturados na modalidade de benefício definido devem promover alteração desses planos. Entre os itens definidos pela resolução, destacamos: o fechamento do plano a novas adesões; a exclusão de dispositivos que indiquem percentuais de contribuição para custeio dos planos de benefícios e que estejam incorporados aos seus regulamentos; a adoção da média de, no mínimo, os últimos trinta e seis salários de participação como a base para o cálculo do salário real de benefício da complementação/suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição/serviço; a adoção de teto para salário de participação não superior à maior remuneração de cargo não estatutário da empresa patrocinadora; a vinculação do reajuste dos benefícios dos assistidos ao índice do plano; a desvinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias do valor do benefício pago pelo RGPS; e a vinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias a valor de RGPS hipotético.

(i.6) Mudança no valor justo dos ativos

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. Alguns ativos do plano referem-se a fundos estruturados cujo critério de mensuração é objeto de avaliação específica, efetuada pela CAIXA.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do Valor Justo dos Ativos – VJA:

Descrição	Individual / Consolidado				
	Assistidos Ex-PREVHAB	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	2025	2025	2025	2025	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
VJA no início do período	62.768	50.394.845	6.378.705	705.413	1.511.044
Receitas de juros	3.170	1.336.602	169.575	36.865	77.477
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	(4.634)	3.307.546	279.493	399.819	3.185.385
Contribuições do empregador	-	2.656.053	6.303	5.498	65.928
Contribuições de participantes do plano	-	186.120	12.505	5.859	5.374
Benefícios pagos pelo plano	(3.605)	(1.327.895)	(127.212)	(33.888)	(155.131)
VJA no final do período	57.699	56.553.271	6.719.369	1.119.566	4.690.077

(i.7) Conciliação do ativo/(passivo) dos planos reconhecidos no Balanço Patrimonial

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados ao valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente à obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo). Para os planos de previdência complementar observa-se o efeito da restrição sobre a obrigação atuarial, ou seja, os riscos são compartilhados com os participantes e assistidos de cada plano, a fim de limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

Descrição	Individual / Consolidado						
	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	Assistidos Ex-PREVHAB	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	2025	2025	2025	2025	2025	2025	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
VPO no final do período	(11.351.163)	(1.869.664)	(57.699)	(63.748.604)	(6.722.166)	(800.990)	(5.132.637)
VJA no final do período	-	-	57.699	56.553.271	6.719.369	1.119.566	4.690.077
Superávit/(déficit) do plano	(11.351.163)	(1.869.664)	-	(7.195.333)	(2.797)	318.576	(442.560)
Efeito do limite de ativo	-	-	-	-	-	(318.576)	-
Efeito da restrição sobre a obrigação atuaria (<i>risk sharing</i>)	-	-	-	3.597.666	1.398	-	221.280
Ativo/(passivo) líquido	(11.351.163)	(1.869.664)	-	(3.597.667)	(1.399)	-	(221.280)

(i.8) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

Descrição	Individual / Consolidado			REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	Assistidos Ex-PREVHAB				
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2026	1.026.791	211.177	7.196	5.839.751	590.019	62.315	310.231
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2027	938.391	190.553	6.505	5.382.448	546.745	58.388	299.674
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2028	856.292	171.696	5.853	4.956.034	506.134	54.695	289.239
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2029	798.794	154.465	5.240	4.558.072	467.948	51.218	278.113
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2030 ou posterior	7.730.895	1.141.773	32.905	43.012.299	4.611.320	574.374	3.955.380
Total	11.351.163	1.869.664	57.699	63.748.604	6.722.166	800.990	5.132.637
<i>Duration do passivo atuarial na data-base de 30/06/2025</i>	<i>8,93 anos</i>	<i>6,76 anos</i>	<i>5,80 anos</i>	<i>8,11 anos</i>	<i>8,62 anos</i>	<i>9,47 anos</i>	<i>11,30 anos</i>

(i.9) Custo de benefício definido reconhecido no resultado

Descrição	Individual / Consolidado					
	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	2025	2025	2025	2025	2025	2025
	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre	1º semestre
Custo do serviço corrente	(85.493)	-	-	-	-	(36.532)
Custo dos juros sobre VPO	(270.862)	(45.461)	(788.181)	(83.685)	(18.488)	(122.049)
Receita de juros sobre o ativo	-	-	668.301	84.788	18.433	38.739
(Despesa)/Receita reconhecida no resultado	(356.355)	(45.461)	(119.880)	1.103	(55)	(119.842)

(i.10) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes (PL)

Descrição	Individual / Consolidado				
	Saúde CAIXA	Auxílio/ Cesta-alimentação	REG/REPLAN Consolidado	REB	Novo Plano
	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025
Saldo inicial	(739.292)	(696.129)	(5.781.637)	(67)	(694.079)
Ajustes de avaliação patrimonial	(660.251)	(124.337)	(559.765)	935	1.308.608
Efeitos fiscais	270.827	55.952	251.894	(420)	(588.874)
Saldo final	(1.128.716)	(764.514)	(6.089.508)	448	25.655

(i.11) Composição dos ativos dos planos

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são administrados diretamente pela CAIXA e não possuem ativos. Os ativos do plano de benefício Assistidos PREVHAB são compostos, exclusivamente, por aplicações financeiras em renda fixa.

Descrição	Individual / Consolidado			
	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025
Renda fixa	47.784.920	5.814.196	867.604	3.593.491
Renda variável (1)	2.016.820	200.529	116.369	522.189
Investimentos estruturados	348.090	53.729	5.378	16.512
Investimentos imobiliários	4.758.565	531.803	60.930	155.003
Operações com participantes	1.558.983	110.308	34.716	193.332
Investimentos no exterior	-	-	32.149	208.216
Outros realizáveis	85.893	8.804	2.420	1.334
Total	56.553.271	6.719.369	1.119.566	4.690.077

(1) Participações diretas - ativos não cotados em mercado ativo.

(i.12) Imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA

Descrição	Individual / Consolidado			
	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025
Imóveis – locados à CAIXA	230.376	24.670	3.051	2.686
Total	230.376	24.670	3.051	2.686

A FUNCEF não possui em seus ativos, instrumentos financeiros de emissão da CAIXA (CPC33 (R1), item 143).

(i.13) (Despesas)/Receitas e pagamentos esperados para o próximo semestre

Descrição	Individual / Consolidado					
	(Despesa) / Receita esperada – CPC 33 (R1)					
	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Custo do serviço corrente	(93.004)	-	-	-	-	(37.393)
Custo de juros sobre o VPO	(559.407)	(92.146)	(3.149.164)	(332.078)	(39.657)	(254.615)
Receita de juros sobre os ativos do plano	-	-	2.806.360	333.868	56.649	235.262
Juros sobre o teto do ativo	-	-	-	-	(16.992)	-
Juros sobre o efeito do Risk Sharing	-	-	171.402	(895)	-	9.677
Total de custo a reconhecer no próximo período	(652.411)	(92.146)	(171.402)	895	-	(47.069)

Descrição	Individual / Consolidado					
	Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)					
	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Pagamento esperado de benefícios	513.396	105.588	-	-	-	-
Contribuições de risco	-	-	-	4.104	5.488	63.137
Contribuições extraordinárias	-	-	-	16.479	45	960
Contribuições de equacionamento	-	-	240.293	-	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	513.396	105.588	240.293	20.583	5.533	64.097

(i.14) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Individual / Consolidado						
Análise de sensibilidade das principais hipóteses – CPC 33 (R1)						
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Aging Factor	
	+ 1 ano na idade	- 1 ano na idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 1%	- 1%
Saúde CAIXA						
Custo de juros	(581.956)	(535.936)	(560.660)	(558.045)	(581.581)	(541.168)
Valor presente da obrigação	(11.822.307)	(10.862.462)	(11.118.144)	(11.593.526)	(11.796.204)	(10.985.813)
Auxílio/Cesta-alimentação						
Custo de juros	(89.679)	(94.586)	(92.779)	(91.485)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(1.822.444)	(1.916.388)	(1.840.196)	(1.900.041)	Não aplicável	Não aplicável
EX-PREVHAB						
Custo de juros	(2.925)	(2.754)	(2.882)	(2.799)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(59.327)	(56.069)	(56.919)	(58.500)	Não aplicável	Não aplicável
REG/REPLAN saldado						
Custo de juros	(3.134.163)	(3.023.414)	(3.136.714)	(3.017.120)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(63.287.580)	(61.148.369)	(63.336.843)	(61.026.786)	Não aplicável	Não aplicável
REG/REPLAN não saldado						
Custo de juros	(327.468)	(339.136)	(311.924)	(328.034)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(6.621.007)	(6.846.827)	(6.320.170)	(6.631.963)	Não aplicável	Não aplicável
REB						
Custo de juros	(39.507)	(41.017)	(38.631)	(40.950)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(778.080)	(825.397)	(781.085)	(826.095)	Não aplicável	Não aplicável
Novo Plano						
Custo de juros	(261.851)	(250.756)	(253.943)	(265.736)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(5.242.696)	(5.025.797)	(5.088.107)	(5.318.648)	Não aplicável	Não aplicável

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida

Individual / Consolidado	
Descrição	2025
	1º semestre
REB	28.576
Novo Plano	693.116
Total	721.692

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios

Individual / Consolidado	
Descrição	2025
	1º semestre
Causas judiciais	255
Total	255

Nota 19 – Outros passivos

Descrição	Individual	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Credores por recursos a liberar	9.482.595	9.482.595
Credores diversos – país	7.066.171	7.328.021
Provisão para pagamentos a efetuar	4.543.296	4.915.551
Relações interfinanceiras e interdependências (1)	2.806.488	17.969.290
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.424.794	1.424.794
Sociais e estatutárias	1.078.049	1.268.087
Valores a pagar a sociedades ligadas	596.581	492.347
Prestação de serviços de pagamentos	508.271	508.271
Obrigações diversas	761.898	761.898
Total	28.268.143	44.150.854

(1) Variação entre individual e consolidado representa a migração das operações correlatas à verticalização do cartão conforme descrito na Nota 8.4 (a).

Nota 20 – Patrimônio líquido

(a) Reconciliação do Patrimônio líquido – Individual x Consolidado

Discriminação	30/06/2025
Patrimônio líquido – Individual	109.160.897
IHCD – Elegíveis a capital (1)	35.664.249
Participação dos não controladores	2.698.821
Patrimônio líquido – Consolidado	147.523.967

(1) Composto por principal autorizado (IHCD) e sua atualização monetária que são reclassificados para o Patrimônio Líquido (Nota 15.3 (a)).

Nas demonstrações contábeis individuais, os instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio

líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas pelo resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido.

A reserva de margem operacional é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de 80% do capital social.

Individual / Consolidado	
Descrição	30/06/2025
Reservas de reavaliação	203.263
Reservas de lucros	6.818.618
Reserva legal	6.788.508
Reservas estatutária – margem operacional	30.110

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social e os parâmetros aprovados, a distribuição de resultado do exercício é de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado, conforme definido no Estatuto.

A distribuição de resultado do exercício é aprovada pela Assembleia Geral, após deliberação do Conselho de Administração, por proposta do Conselho Diretor e observado o posicionamento do Conselho Fiscal, levando em consideração as previsões legais e as condições do Estatuto Social da CAIXA.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos, são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período.

Em 04/04/2025, a CAIXA efetuou o pagamento, à Secretaria do Tesouro Nacional, dos juros sobre o capital próprio e dividendos referentes ao exercício de 2024, totalizando o montante de R\$ 2.770.957.

Nota 21 – Receitas e despesas de juros e similares

(a) Receitas de Juros

Descrição	Individual	Consolidado
	2025	2025
	1º semestre	1º semestre
Ao valor justo por meio do resultado	7.830.060	7.953.770
Títulos e valores mobiliários	7.830.060	7.953.770
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	27.888.753	27.816.237
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.443.254	15.443.254
Títulos e valores mobiliários	12.445.499	12.372.983
Ao custo amortizado	79.613.069	79.682.046
Títulos e valores mobiliários	146.100	146.100
Carteira de crédito (1)	72.094.600	72.163.577
Financiamentos imobiliários	39.428.024	39.428.024
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	23.580.461	23.649.438
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	5.872.273	5.872.273
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.272.623	3.272.623
Outros créditos com características de concessão de crédito	(58.781)	(58.781)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	313.470	313.470
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	313.470	313.470
Depósitos no Banco Central	5.893.328	5.893.328
Depósitos de poupança	2.930.532	2.930.532
Exigibilidade sobre recursos a prazo	2.283.890	2.283.890
Depósitos voluntários	678.906	678.906
Outros ativos financeiros	1.165.571	1.165.571
Resultado com outros ativos financeiros	1.165.571	1.165.571
Total	115.331.882	115.452.053

(1) Inclui recuperação de prejuízos no montante de R\$ 3.171.040.

(b) Despesas de Juros

Descrição	Individual	Consolidado
	2025	2025
	1º semestre	1º semestre
Ao custo amortizado	(83.548.774)	(82.399.260)
Recursos de clientes	(33.892.223)	(33.892.223)
Depósitos de poupança	(13.954.602)	(13.954.602)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(11.407.722)	(11.407.722)
Depósitos judiciais	(4.970.975)	(4.970.975)
Depósitos especiais e de fundos e programas	(3.057.431)	(3.057.431)
Outras captações	(501.493)	(501.493)
Recursos de instituições financeiras e outras	(33.722.551)	(33.638.125)
Empréstimos e repasses	(18.444.780)	(18.408.076)
Captações no mercado aberto	(15.127.519)	(15.079.797)
Depósitos interfinanceiros	(150.252)	(150.252)
Recursos de emissões de títulos de valores mobiliários	(15.934.000)	(14.868.912)
Recursos de emissões de letras	(14.793.750)	(14.793.750)
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(1.100.813)	(35.725)
Recursos de emissão externa	(39.437)	(39.437)
Total	(83.548.774)	(82.399.260)
Resultado líquido de juros	31.783.108	33.052.793

Nota 22 – Ganhos e perdas com o valor justo de instrumentos financeiros

Descrição	Individual	Consolidado
	2025	2025
	1º semestre	1º semestre
Ao valor justo por meio do resultado	2.599.080	2.599.473
Títulos públicos federais brasileiros	2.553.142	2.553.486
Títulos privados de instituições financeiras	2.741	2.741
Títulos privados de entidades não financeiras	69.384	69.384
Cotas de fundo de investimento	299	348
Ações	2.954	2.954
Outros instrumentos financeiros (Royalties)	(29.440)	(29.440)
Total	2.599.080	2.599.473

Nota 23 – Ganhos e perdas com a negociação de títulos e valores mobiliários

Descrição	Individual	Consolidado
	2025	2025
	1º semestre	1º semestre
Ao valor justo por meio do resultado abrangente	144.808	144.808
Títulos públicos federais brasileiros	144.884	144.884
Títulos privados de entidades não financeiras	(76)	(76)
Ao valor justo por meio do resultado	(537.366)	(537.879)
Títulos públicos federais brasileiros	(537.366)	(537.879)
Total	(392.558)	(393.071)

Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

Descrição	Individual	Consolidado
	2025	2025
	1º semestre	1º semestre
Serviços de governo	4.633.409	4.864.619
Administração e fomento de entidades e programas	3.584.765	3.815.975
FGTS	1.701.110	1.701.110
Loterias	1.105.689	1.336.899
Outras entidades e programas	237.681	237.681
FIES	216.100	216.100
Programa saneamento	209.090	209.090
Minha Casa Minha Vida	115.095	115.095
Transferência de benefícios	815.213	815.213
Garantias prestadas – Agente operador	233.431	233.431
Conta corrente e tarifas bancárias	2.174.207	2.174.104
Operações de crédito	1.085.124	1.085.124
Convênio e cobrança	993.865	993.865
Cartões de débito e crédito	759.401	1.580.936
Seguros, capitalização, previdência e consórcios	382.420	1.259.231
Fundos de investimento	222.286	1.121.256
Outros	212.416	162.327
Total	10.463.128	13.241.462

Nota 25 – Despesas com pessoal

(a) Remuneração de empregados

Descrição	Individual	Consolidado
	2025	2025
	1º semestre	1º semestre
Salários	(8.647.036)	(8.747.350)
Benefícios	(2.019.501)	(2.075.621)
Indenizações trabalhistas	(229.070)	(229.070)
Outros	(51.841)	(62.979)
Encargos sociais	(3.607.890)	(3.653.915)
Previdência social	(2.035.736)	(2.061.644)
Previdência complementar	(683.822)	(693.445)
FGTS	(676.836)	(685.269)
Outros encargos	(211.496)	(213.557)
Total	(14.555.338)	(14.768.935)

(b) Remuneração média (em reais)

Descrição (1)	Individual
	2025
	1º semestre
Maior salário	76.631
Salário médio	15.012
Menor salário	3.937
Benefícios	4.383

(1) No 1º semestre de 2025 foram contratados 627 empregados.

Nota 26 – Outras despesas administrativas

Descrição	Individual	Consolidado
	2025	2025
	1º semestre	1º semestre
Processamento de dados	(1.135.440)	(1.148.904)
Aluguéis e arrendamento de bens	(863.206)	(865.069)
Amortização/Impairment	(659.544)	(662.547)
Manutenção e conservação de bens	(609.892)	(609.892)
Serviços de terceiros	(559.447)	(559.461)
Serviços de vigilância e segurança	(497.176)	(497.176)
Depreciação/Impairment	(484.988)	(485.036)
Serviços especializados	(414.398)	(451.790)
Serviços de transporte	(389.759)	(389.759)
Água e energia	(273.453)	(273.453)
Comunicações	(268.575)	(268.588)
Serviços do sistema financeiro	(231.144)	(231.762)
Propaganda e publicidade	(115.655)	(117.189)
Promoções e relações públicas	(102.393)	(102.419)
Material	(16.833)	(16.842)
Outras	(208.810)	(212.634)
Total	(6.830.713)	(6.892.521)

Nota 27 – Despesas tributárias

Descrição	Individual	Consolidado
	2025	2025
	1º semestre	1º semestre
COFINS	(1.394.830)	(1.623.474)
ISS	(335.263)	(438.067)
PIS/PASEP	(226.699)	(274.007)
IPTU	(88.556)	(88.556)
Outras	(40.497)	(48.953)
Total	(2.085.845)	(2.473.057)

Nota 28 – Outras receitas

Descrição	Individual	Consolidado
	2025	2025
	1º semestre	1º semestre
Comissões e taxas cota mensal diferida – agente financeiro FGTS (1)	1.197.669	1.197.669
Recuperação de despesas	1.070.589	1.032.682
Avaliação atuarial extraordinária (2)	900.784	900.784
Atualização monetária sobre operações diversas	844.612	830.430
Ganhos na alienação de investimentos (3)	841.114	841.114
Variação cambial	414.057	414.057
Direito de uso – Rede CAIXA	194.831	194.831
Recuperação de perdas operacionais	156.256	156.291
Cartão de crédito	61.937	146.179
Outras	274.365	419.905
Total	5.956.214	6.133.942

(1) A partir de 2025, o estoque a diferir continuará sendo apropriado em 103 meses. Para novas contratações, tanto a parcela à vista quanto a parcela a diferir serão apropriadas pela TJEO de acordo com o prazo do contrato de crédito.

(2) Em março de 2025 foi realizada avaliação atuarial extraordinária, em função das alterações regulamentares do Plano REG/REPLAN ocorridas em fevereiro de 2025 que resultou em reversão de despesa referente a custo do serviço passado no montante de R\$ 900.784.

(3) Receita decorrente da alienação de participação na Caixa Seguridade realizada em oferta pública secundária de ações, bem como a venda de 100% das ações da Galgo, conforme descrito na Nota 11.

Nota 29 – Outras despesas

Descrição	Individual	Consolidado
	2025	2025
	1º semestre	1º semestre
Lotéricos e parceiros comerciais	(1.505.523)	(1.505.523)
Perdas de risco operacional	(1.276.013)	(1.398.436)
Benefício pós-emprego	(1.003.873)	(1.003.873)
Imóveis adjudicados/arrematados	(627.877)	(627.877)
Obrigações com fundos e programas	(612.486)	(612.486)
Cartão de débito e crédito	(548.816)	(809.104)
Financiamentos imobiliários	(532.461)	(532.461)
Alavancagem de negócios	(474.432)	(474.432)
Benefícios sociais	(451.762)	(451.762)
Variação cambial	(417.735)	(418.231)
Descontos concedidos	(351.174)	(378.091)
Serviços automatizados	(294.649)	(294.649)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(183.298)	(183.298)
Loterias	(118.492)	(154.140)
Passivo de arrendamento	(29.708)	(29.742)
Outras	(726.862)	(728.363)
Total	(9.155.161)	(9.602.468)

Nota 30 – Constituição e reversão de provisões

Descrição	Individual	Consolidado
	2025	2025
	1º semestre	1º semestre
Contingências Judiciais	(2.394.843)	(2.394.843)
Trabalhistas	(1.600.774)	(1.600.774)
Cíveis	(749.361)	(749.361)
Fiscais	(44.708)	(44.708)
Fundo de compensação de variações salariais – FCVS	(210.943)	(210.943)
Pré-pagamento – FGTS	913.910	913.910
Taxa Performance das carteiras adquiridas	(25.275)	(25.275)
Outras	(112.493)	(193.102)
Total	(1.829.644)	(1.910.253)

Nota 31 – Resultado não operacional

Individual / Consolidado	
Descrição	2025
	1º semestre
Resultado na alienação e baixa de investimentos e ativos não financeiros mantidos para venda	350.501
Constituição/reversão de provisões	(43.720)
Ganhos e perdas de capital	(18.226)
Outros (1)	(375.301)
Total	(86.746)

(1) Inclui despesas relativas à manutenção, avaliação ou distrato de ativos mantidos para venda (AMV) no montante de R\$ 430.319.

Nota 32 – Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

De acordo com legislação vigente, no que se aplica à CAIXA como empresa pública e suas partes relacionadas, é permitida a realização de operações nas mesmas condições às apresentadas ao mercado, especialmente quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias, bem como critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas e baixas para prejuízo, não existindo benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações realizadas com os demais clientes de mesmo perfil na empresa.

(a) Controladora

Os saldos com a controladora estão representados pelas transações com a União, seus respectivos ministérios, autarquias, secretarias de governo e demais órgãos.

(b) Controladas

Em consonância com sua estratégia, a CAIXA realiza negócios através de suas subsidiárias Caixa Seguridade, Caixa Cartões, Caixa Loterias e Caixa Asset.

(c) Controladas em Conjunto

São controladas em conjunto diretas as empresas pré-operacionais Caixa Imóveis e Negócios Digitais.

Enquadram-se também como partes relacionadas as entidades nas quais a CAIXA participa indiretamente, por meio de suas controladas Caixa Seguridade e Caixa Cartões.

(d) Coligadas

São coligadas diretas da CAIXA a Núclea, TecBan e Quod.

Por meio da Caixa Seguridade, é coligada a CNP Seguros Holding Brasil S.A., constituída para viabilizar a participação nas empresas do Grupo CNP Seguros, assim como a companhia Holding XS1, que possui a XS2 Vida e Previdência S.A. e a Caixa Vida e Previdência S.A. como subsidiárias integrais.

A CAIXA mantém transações diversas com a Caixa Seguridade, incluindo suas investidas.

(e) Pessoal-Chave da Administração

Composto pelos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos demais órgãos estatutários da CAIXA e Subsidiárias.

(f) Outras entidades

Esse item é composto por transações com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo governo federal, tais como Petrobrás, Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste e Emgea; além dos fundos de investimento e fundos de governo operados e/ou administrados pela CAIXA, como o FGTS, FAR, FCVS, FIES.

A Funcef, entidade que administra plano de benefícios pós-emprego dos empregados da CAIXA, mantém com a CAIXA contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade daquela entidade.

Individual						
Descrição	30/06/2025					
	Controladora	Controlada	Controlada em conjunto	Coligada	Pessoal-chave	Outras entidades
Ativo	560.629.512	2.257.474	263.686	1.428.216	33.617	31.603.548
Disponibilidades	-	-	-	1.427.709	-	-
Aplicações interfinanceiras	200.049.000	-	-	-	-	2.403.457
Títulos e valores mobiliários	359.580.259	1.345.320	-	-	-	1.835.607
Rendas a receber	697.594	744.320	84.976	501	-	185.085
Operações de crédito	-	-	-	-	31.043	3.178.481
Perdas esperadas em operações de crédito	-	-	-	-	(241)	(529.690)
Outros ativos financeiros	302.659	167.834	178.710	6	2.869	34.447.115
Perdas esperadas em outros ativos financeiros	-	-	-	-	(54)	(9.916.507)
Passivo	144.360.397	884.229	2.006.468	82.204	1.092.969	704.468.497
Recursos de clientes	34.699.044	49.502	1.983.819	-	1.092.969	34.743.466
Recursos de instituições financeiras e outras	23.808	402.888	-	-	-	651.514.823
Recursos para destinação específica	74.988.706	-	-	-	-	12.718.240
Obrigações fiscais e previdenciárias	1.417.200	-	-	-	-	4.364.429
Obrigações diversas	17.264.694	431.839	22.649	82.204	-	1.091.302
Outros passivos financeiros	15.966.945	-	-	-	-	36.237
Garantias	-	-	-	-	54.603	39.699.778
Recebidas	-	-	-	-	54.603	8.596.777
Prestadas	-	-	-	-	-	31.103.001

Consolidado						
Descrição	30/06/2025					
	Controladora	Controlada em conjunto	Coligada	Pessoal chave	Outras entidades	
Ativo	561.703.519	263.686	1.428.216	33.617	31.604.353	
Disponibilidades	-	-	1.427.709	-	-	
Aplicações interfinanceiras	200.049.000	-	-	-	2.403.457	
Títulos e valores mobiliários	360.654.266	-	-	-	1.836.412	
Rendas a receber	697.594	84.976	501	-	185.085	
Operações de crédito	-	-	-	31.043	3.178.481	
Perdas esperadas em operações de crédito	-	-	-	(241)	(529.690)	
Outros ativos financeiros	302.659	178.710	6	2.869	34.447.115	
Perdas esperadas em outros ativos financeiros	-	-	-	(54)	(9.916.507)	
Passivo	144.360.397	2.006.468	82.204	1.092.969	704.468.497	
Recursos de clientes	34.699.044	1.983.819	-	1.092.969	34.743.466	
Recursos de instituições financeiras e outras	23.808	-	-	-	651.514.823	
Recursos para destinação específica	74.988.706	-	-	-	12.718.240	
Obrigações fiscais e previdenciárias	1.417.200	-	-	-	4.364.429	
Obrigações diversas	17.264.694	22.649	82.204	-	1.091.302	
Outros passivos financeiros	15.966.945	-	-	-	36.237	
Garantias	-	-	-	54.603	39.699.778	
Recebidas	-	-	-	54.603	8.596.777	
Prestadas	-	-	-	-	31.103.001	

Descrição	Individual				
	2025				
	1º semestre				
	Controladora	Controlada	Controlada em conjunto	Coligada	Outras entidades
Receitas	5.090.390	534.685	4.206	579.593	48.051.155
Rendas de prestação de serviços	3.868.011	-	6	560.429	41.415.745
Rendas de operações de crédito	-	400.676	-	-	504.655
Resultado de títulos e valores mobiliários	687.942	2.469	-	-	207.878
Outras receitas operacionais	534.437	131.540	4.200	17.514	5.922.877
Outras receitas financeiras	-	-	-	1.650	-
Despesas	(4.575.029)	-	(20.445)	(195.246)	(23.431.013)
Despesas operacionais	(3.625.948)	-	(8.084)	(162.583)	(685.280)
Outras despesas operacionais	(949.081)	-	(12.361)	(32.663)	(22.745.733)
Despesas financeiras	-	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	-	-	-	-	-

Descrição	Consolidado				
	2025				
	1º semestre				
	Controladora	Controlada em conjunto	Coligada	Outras entidades	
Receitas	5.161.336	4.206	703.246	48.051.155	
Rendas de prestação de serviços	3.868.011	6	684.082	41.415.745	
Rendas de operações de crédito	-	-	-	504.655	
Resultado de títulos e valores mobiliários	687.942	-	-	207.878	
Outras receitas operacionais	605.383	4.200	17.514	5.922.877	
Outras receitas financeiras	-	-	1.650	-	
Despesas	(4.575.029)	(20.445)	(195.246)	(23.440.845)	
Despesas operacionais	(3.625.948)	(8.084)	(162.583)	(695.112)	
Outras despesas operacionais	(949.081)	(12.361)	(32.663)	(22.745.733)	
Despesas financeiras	-	-	-	-	
Outras despesas financeiras	-	-	-	-	

(g) Remuneração do pessoal-chave da administração

O montante da remuneração global do pessoal-chave da administração é submetido anualmente pelo Conselho de Administração à aprovação da Assembleia Geral da CAIXA.

As despesas com remuneração e benefícios ao pessoal-chave estão demonstradas no quadro abaixo, por colegiado:

Descrição	Individual
	2025 1º semestre
Benefícios de curto prazo	43.548
Proventos	13.616
Diretoria Executiva	11.503
Conselho de Administração	201
Conselho Fiscal	112
Comitê de Auditoria	989
Comitê Independente de Risco	754
Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração	57
Remuneração variável	18.728
Diretoria Executiva	18.728
Benefícios	1.263
Diretoria Executiva	1.263
Treinamento	100
Encargos sociais	9.841
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-
Benefícios pós emprego	1.185
Previdência complementar	1.185

Os benefícios incluem auxílio alimentação, auxílio moradia e plano de saúde aos membros da Diretoria.

No item previdência complementar, os benefícios pós-emprego são restritos aos membros da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da CAIXA.

A CAIXA não possui remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo a seus funcionários e pessoal-chave da administração.

(h) Remuneração média (em reais)

Descrição (1)	Individual		
	30/06/2025		
	Maior valor	Valor médio	Menor valor
Diretoria Executiva	132.564	124.753	113.773
Conselhos de Administração e Fiscal	6.377	5.740	5.102

(1) Remuneração mensal, computadas as vantagens e os benefícios.

Nota 33 – Gestão de riscos e de capital

Na CAIXA, o gerenciamento de riscos e de capital é percebido como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação de sua solvência, liquidez e rentabilidade.

O gerenciamento de riscos e de capital é realizado por estruturas dedicadas que abrangem sistemas, rotinas, procedimentos e modelos, e são responsáveis pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação à Alta Administração, visando suportar a tomada de decisão.

Em conformidade com a regulação vigente e às boas práticas de governança corporativa, as estruturas de riscos e de capital são compostas pelo Conselho de Administração – CA; pelo Comitê Independente de Risco – CORIS, que subsidia o CA na tomada de decisões nas questões relacionadas à gestão de riscos e de capital; pelo Conselho Diretor – CD; pela Vice-Presidência de Riscos – VICOR e pelo Diretor Executivo de Riscos – DECOR como *Chief Risk Officer* – CRO.

A Superintendência Nacional de Riscos Corporativos – SUCOR, subordinada à DECOR é responsável por propor a política de gerenciamento de risco do conglomerado CAIXA, a política de gerenciamento de capital e de distribuição de resultados da CAIXA, bem como avaliar e emitir parecer para negócios e demais ações correlatas ao gerenciamento de riscos e de capital do conglomerado.

(a) Gerenciamento de riscos

A CAIXA mantém estruturas de gerenciamento de risco adequada à natureza das operações e à complexidade de seus produtos, serviços, atividades e processos compatíveis à sua exposição a cada modalidade de risco.

A definição dos riscos é realizada considerando critérios quantitativos e qualitativos, e resulta nos seguintes riscos relevantes:

- Risco de Crédito;
- Risco de Mercado – Carteira *Trading* e Carteira *Banking*;
- Risco de Liquidez; e
- Risco Operacional.

Outros riscos considerados relevantes ao perfil de risco da CAIXA, destacando-se os riscos de Contágio; Estratégia; Reputação; Social, Ambiental e Climático; Atuarial, Cibernético e Compliance.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital está disponível no sítio: <https://ri.caixa.gov.br/informacoes-financeiras/gerenciamento-de-riscos-e-capital/>.

(b) Análise de sensibilidade das posições relevantes

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Os instrumentos objeto da análise de sensibilidade são aqueles avaliados pelo valor justo, no caso os instrumentos da carteira TVM mensurados ao valor justo pelos níveis I – valor cotado em mercado ativo – nível II – valor cotado por meio de dados observáveis de mercado – e nível III – dados não-observáveis de mercado – conforme CPC 46.

As flutuações nas taxas de juros, nas taxas cambiais, de preços de ações e preços de mercadorias podem trazer incertezas futuras aos preços dos ativos atrelados a esses fatores de risco contabilizados no balanço patrimonial. A volatilidade dos fatores de risco, portanto, ocasionam volatilidade nos valores contabilizados no balanço patrimonial.

O exercício de análise de sensibilidade captura possibilidades de volatilidade nos fatores de risco e prevê os impactos nos valores contabilizados nos instrumentos financeiros. Contudo, valem algumas ressalvas importantes quanto à metodologia do exercício:

- (i) o exercício é aplicado considerando uma composição estática de balanço, ignorando a capacidade de gerenciamento das exposições da instituição. Principalmente para os títulos prefixados da carteira de negociação, a capacidade para proteção (hedge), com a utilização de instrumentos derivativos, é alta;
- (ii) não foram aplicados choques ao *spread* de crédito dos instrumentos financeiros privados ou aos títulos públicos; e
- (iii) os instrumentos que são objeto de contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e seus respectivos instrumentos de hedge não estão no escopo do exercício, pois a CAIXA acompanha sistematicamente a efetividade dessas estruturas que, de certa forma, estão imunes à choques nos fatores de risco.

Destaca-se que os instrumentos que não são avaliados ao valor justo no balanço patrimonial, como os instrumentos financeiros ao custo amortizado da carteira TVM, as disponibilidades, as aplicações/captações interfinanceiras de liquidez, as operações de crédito, os depósitos bancários, os depósitos especiais, bem como outros instrumentos no balanço que são sujeitos ao risco de variação das taxas de juros, têm seus riscos identificados, mensurados, monitorados, mitigados e reportados à governança de riscos da CAIXA, em arcabouço próprio de gerenciamento de riscos, consubstanciados na Resolução CMN nº 4.557/2017 e Circular BCB nº 3.876/2018, e, portanto, não fazem parte do presente exercício.

As sensibilidades desses instrumentos são analisadas e monitoradas e a instituição separa parte de seu capital para o enfrentamento das perdas decorrentes das variações desses fatores de risco. As informações para esses riscos constam do relatório de Pilar III, disponível no sítio da CAIXA na internet.

As análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 25% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 1% para os demais fatores de risco;
- Cenário III: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 50% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 2,5% para os demais fatores de risco;
- Cenário IV: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 50% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 5% para os demais fatores de risco;
- Cenário V: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,75% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 1% para os demais fatores de risco;

Cenário VI: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,5% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 2,5% para os demais fatores de risco;

Cenário VII: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,25% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 5% para os demais fatores de risco.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 30/06/2025 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Fator de risco	Cenário I - MtM R\$ mil	Choque de alta nas taxas de juros			Choque de baixa nas taxas de juros		
		Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V	Cenário VI	Cenário VII
		Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil
CDI	45.050.373	(1.211.163)	(2.930.114)	(5.558.062)	1.267.029	3.279.944	6.966.988
Pré	13.979.361	(229.428)	(558.381)	(1.069.223)	237.998	612.011	1.284.655
Cupom IPCA	2.030.390	(105.988)	(243.712)	(430.351)	119.977	332.788	811.581
Cupom TR	1.781.147	(74.537)	(175.636)	(319.962)	80.981	216.140	485.333
Cupom SELIC	308.883.639	(341.967)	(683.398)	(1.024.294)	342.505	685.548	1.029.131
Cupom IGPM	11.632	(435)	(1.045)	(1.958)	460	1.202	2.589
Taxa de exposição	371.736.542	(1.963.518)	(4.592.286)	(8.403.850)	2.048.950	5.127.633	10.580.277
Variação %		(0,53%)	(1,24%)	(2,26%)	(0,55%)	1,38%	2,85%

(c) Cálculo da exigência de capital regulamentar

A Resolução CMN nº 5.199/2024 alterou a Resolução CMN nº 4.955/2021 e incluiu no cálculo do Capital Principal o valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021, observados os percentuais abaixo:

- 75%, até 31 de dezembro de 2025;
- 50%, até 31 de dezembro de 2026;
- 25%, até 31 de dezembro de 2027; e
- 0%, a partir de 1º de janeiro de 2028.

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital consideram o Conglomerado Prudencial.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Descrição	30/06/2025
Patrimônio de Referência – PR	143.286.134
Nível I	130.347.837
Capital Principal – CP	128.634.596
Patrimônio líquido prudencial (1)	147.559.618
Ajustes prudenciais	(18.925.022)
Capital Complementar – CC	1.713.241
Nível II (2)	12.938.297
Ativos ponderados pelo risco – RWA	897.232.014
Risco de crédito – RWACPAD	768.205.073
Risco de mercado – RWAMPAD	10.302.698
Risco operacional – RWAOPAD	118.724.243
Adicional de Capital Principal – ACP	31.403.121
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido – PRMR (RWA*Fator F) + ACP	103.181.682
Risco de mercado – carteira de não negociação – RBAN	8.976.272
Margem de capital (PR – PRMR – RBAN)	31.128.180
Índice de capital principal (CP / RWA)	14,34%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	14,53%
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,97%
Fator F	8,00%

(1) Patrimônio Líquido considera somente os instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.955/2021.

(2) Consoante ao disposto nos art. 29 e 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

(c.1) Ajustes prudenciais deduzidos do capital principal

Descrição	30/06/2025
Ajustes prudenciais relativos a apreamentos de instrumentos financeiros (PVA)	(24.094)
Ativos intangíveis	(3.177.360)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	(3.570.903)
Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	(294.119)
Valor total das deduções relativas aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que exceda 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	(7.768.687)
Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado:	(4.089.859)
(i) do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	(1.632.746)
(ii) do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	(2.457.113)
Total	(18.925.022)

(c.2) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

O quadro a seguir demonstra a exigência mínima regulatória estabelecida pela Resolução CMN nº 4.958/2021, bem como os valores observados na CAIXA:

Descrição	Regulatório	30/06/2025
Índice de capital principal (1)	8,00%	14,34%
Índice de capital nível I (1)	9,50%	14,53%
Índice de basileia (1)	11,50%	15,97%
Índice de imobilização (2)	até 50% do PR	9,82%

(1) Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico, totalizando 3,50%.

(2) Conforme Resolução CMN nº 4.957/2021.

Nota 34 – Valor justo de ativos e passivos financeiros

(a) Hierarquia do valor justo

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente	Individual				
	Valor contábil em 30/06/2025	Valor Justo em 30/06/2025	Níveis de valor justo		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	2.039.916.815	1.840.262.473	356.397.202	1.468.487.989	15.377.282
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	135.936.248	139.721.678	134.208.632	4.784.694	728.352
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	135.491.517	135.250.822	134.208.632	313.838	728.352
Instrumentos financeiros derivativos	85	4.162.393	-	4.162.393	-
Outros ativos financeiros	444.646	308.463	-	308.463	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	439.465.103	436.830.710	222.188.570	202.209.310	12.432.830
Aplicações interfinanceiras de liquidez	200.051.000	200.050.324	-	200.050.324	-
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	239.414.103	236.780.386	222.188.570	2.158.986	12.432.830
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.464.515.464	1.263.710.085	-	1.261.493.985	2.216.100
Depósitos no Banco Central	137.651.418	126.634.117	-	126.634.117	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.115.124	3.115.114	-	3.115.114	-
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	2.216.100	2.216.100	-	-	2.216.100
Operações de crédito	1.278.001.087	1.093.325.885	-	1.093.325.885	-
Outros ativos financeiros (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	43.531.735	38.418.869	-	38.418.869	-
Passivo	1.924.496.859	1.666.387.296	-	944.785.226	721.602.070
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	156.152	4.318.470	-	4.318.470	-
Instrumentos financeiros derivativos	156.152	4.318.470	-	4.318.470	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.924.340.707	1.662.068.826	-	940.466.756	721.602.070
Recursos de clientes	792.094.612	721.602.070	-	-	721.602.070
Recursos de instituições financeiras e outras	763.266.513	576.375.967	-	576.375.967	-
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	335.727.954	330.839.161	-	330.839.161	-
Outros passivos financeiros	33.251.628	33.251.628	-	33.251.628	-

Consolidado					
Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente	Valor contábil em 30/06/2025	Valor Justo em 30/06/2025	Níveis de valor justo		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	2.057.436.450	1.855.830.722	356.397.202	1.482.710.918	16.722.602
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	137.866.349	139.771.956	134.208.632	4.784.694	778.630
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	137.421.607	135.301.100	134.208.632	313.838	778.630
Instrumentos financeiros derivativos	96	4.162.393	-	4.162.393	-
Outros ativos financeiros	444.646	308.463	-	308.463	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	438.443.701	438.125.752	222.188.570	202.209.310	13.727.872
Aplicações interfinanceiras de liquidez	200.051.000	200.050.324	-	200.050.324	-
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	238.392.701	238.075.428	222.188.570	2.158.986	13.727.872
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.481.126.400	1.277.933.014	-	1.275.716.914	2.216.100
Depósitos no Banco Central	137.651.418	126.633.733	-	126.633.733	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.115.124	3.115.114	-	3.115.114	-
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	2.216.100	2.216.100	-	-	2.216.100
Operações de crédito	1.294.140.142	1.107.132.741	-	1.107.132.741	-
Outros ativos financeiros (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	44.003.616	38.835.326	-	38.835.326	-
Passivo	1.888.820.564	1.631.284.443	-	909.892.765	721.391.678
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	156.152	4.318.470	-	4.318.470	-
Instrumentos financeiros derivativos	156.152	4.318.470	-	4.318.470	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.888.664.412	1.626.965.973	-	905.574.295	721.391.678
Recursos de clientes	791.863.912	721.391.678	-	-	721.391.678
Recursos de instituições financeiras e outras	762.965.136	576.148.527	-	576.148.527	-
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	300.063.708	295.654.112	-	295.654.112	-
Outros passivos financeiros	33.771.656	33.771.656	-	33.771.656	-

Não houve transferência entre o nível 1 e o nível 2 no período. Para os ativos avaliados no Nível 3, os ganhos, perdas, transferências entre os níveis e o efeito das mensurações estão descritas no quadro abaixo:

(b) Movimentação dos ativos financeiros mensurados a valor justo de forma recorrente no nível 3 de hierarquia de valor justo

Individual							
Descrição	Valor justo em 01/01/2025	Total de ganhos e perdas (realizado/não realizado)	Compras	Vendas/liquidações	Transferência do Nível 3	Transferência para o Nível 3	Valor Justo em 30/06/2025
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado							
Títulos e valores mobiliários	286.312	31.040	411.000	-	-	-	728.352
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes							
Títulos e valores mobiliários	9.981.209	95.784	4.022.492	(1.371.769)	(294.886)	-	12.432.830
Total	10.267.521	126.824	4.433.492	(1.371.769)	(294.886)	-	13.161.182

Consolidado							
Descrição	Valor justo em 01/01/2025	Total de ganhos e perdas (realizado/não realizado)	Compras	Vendas/liquidações	Transferência do Nível 3	Transferência para o Nível 3	Valor Justo em 30/06/2025
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado							
Títulos e valores mobiliários	336.590	31.040	411.000	-	-	-	778.630
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes							
Títulos e valores mobiliários	11.276.251	95.784	4.022.492	(1.371.769)	(294.886)	-	13.727.872
Total	11.612.841	126.824	4.433.492	(1.371.769)	(294.886)	-	14.506.502

(1) Títulos transferidos para o nível 2 em virtude de mensuração a partir de taxa indicativa de mercado divulgada pela Anbima.

Para mensurações de Nível 3 na hierarquia de valor justo foram utilizados os seguintes dados não observáveis:

Instrumento financeiro	Descrição da técnica de avaliação para instrumentos classificados no nível 3
Títulos e valores mobiliários (VJR, VJORA e CA)	Metodologia de fluxo de caixa descontado, onde os instrumentos são evoluídos até o vencimento pela taxa contratada e descontados a valor presente pela curva livre de risco + spread de crédito calculado com base no rating estipulado pela caixa + spread de resgate antecipado (se houver).
Instrumentos financeiros derivativos – Derivativo FGTS (1)	Metodologia própria para garantir a rentabilidade aos cotistas dos fundos: CA-FGTS (TR+6%) e FI-FGTS (TR+3%). Se os investimentos forem suficientes para garantir a rentabilidade, não há derivativo, caso sejam insuficientes, é calculado o derivativo passivo que é avaliado através do fluxo de caixa descontado.
Recursos de clientes	Metodologia interna de fluxos sem vencimentos.

(1) Derivativo sem registro no balanço em virtude do cumprimento de garantia de rentabilidade.

Nota 35 – Balanço patrimonial por prazo

Ativo	Individual			Consolidado		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Disponibilidades	8.754.523	-	8.754.523	8.754.677	-	8.754.677
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	105.382	135.830.866	135.936.248	1.555.036	136.311.313	137.866.349
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	105.297	135.386.220	135.491.517	1.554.940	135.866.667	137.421.607
Instrumentos financeiros derivativos	85	-	85	96	-	96
Outros ativos financeiros	-	444.646	444.646	-	444.646	444.646
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	221.586.976	217.878.127	439.465.103	220.565.574	217.878.127	438.443.701
Aplicações interfinanceiras de liquidez	200.051.000	-	200.051.000	200.051.000	-	200.051.000
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	21.535.976	217.878.127	239.414.103	20.514.574	217.878.127	238.392.701
Ativos financeiros ao custo amortizado	377.184.613	1.087.330.851	1.464.515.464	392.699.718	1.088.426.682	1.481.126.400
Depósitos no Banco Central	137.651.418	-	137.651.418	137.651.418	-	137.651.418
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.008.175	106.949	3.115.124	3.008.175	106.949	3.115.124
Títulos e valores mobiliários (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	-	2.216.100	2.216.100	-	2.216.100	2.216.100
Operações de crédito	234.450.804	1.043.550.283	1.278.001.087	249.478.331	1.044.661.811	1.294.140.142
Outros ativos financeiros (líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito)	2.074.216	41.457.519	43.531.735	2.561.794	41.441.822	44.003.616
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(10.070.110)	(44.822.477)	(54.892.587)	(10.070.110)	(44.822.477)	(54.892.587)
Ativos fiscais	13.382.437	59.424.144	72.806.581	13.385.494	59.424.425	72.809.919
Correntes	5.150.054	-	5.150.054	5.153.111	-	5.153.111
Diferidos	8.232.383	59.424.144	67.656.527	8.232.383	59.424.425	67.656.808
Outros ativos	14.295.118	112.426	14.407.544	14.387.760	84.799	14.472.559
Investimentos em controladas e coligadas em conjunto	-	12.618.355	12.618.355	-	13.773.875	13.773.875
Imobilizado de uso	-	4.877.696	4.877.696	-	4.888.062	4.888.062
Intangível	-	3.164.738	3.164.738	-	3.191.784	3.191.784
Total do ativo	625.238.939	1.476.414.726	2.101.653.665	641.278.149	1.479.156.590	2.120.434.739

Passivo e patrimônio líquido	Individual			Consolidado		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	11.705	144.447	156.152	11.705	144.447	156.152
Instrumentos financeiros derivativos	11.705	144.447	156.152	11.705	144.447	156.152
Passivos financeiros ao custo amortizado	985.192.412	939.148.295	1.924.340.707	984.660.335	904.004.077	1.888.664.412
Recursos de clientes	640.525.556	151.569.056	792.094.612	640.294.856	151.569.056	791.863.912
Recursos de instituições financeiras e outras	234.000.239	529.266.274	763.266.513	233.698.862	529.266.274	762.965.136
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	94.263.965	241.463.989	335.727.954	94.263.965	205.799.743	300.063.708
Outros passivos financeiros	16.402.652	16.848.976	33.251.628	16.402.652	17.369.004	33.771.656
Provisões	3.898.585	7.175.591	11.074.176	3.905.290	7.175.591	11.080.881
Perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	1.526.967	1.103.880	2.630.847	1.526.967	1.103.880	2.630.847
Passivos fiscais	5.594.660	-	5.594.660	5.799.543	-	5.799.543
Correntes	1.373.640	-	1.373.640	1.572.381	-	1.572.381
Diferidos	4.221.020	-	4.221.020	4.227.162	-	4.227.162
Passivos atuariais	8.040.284	12.387.799	20.428.083	8.040.284	12.387.799	20.428.083
Outros passivos	28.268.143	-	28.268.143	44.150.854	-	44.150.854
Patrimônio líquido	-	109.160.897	109.160.897	-	147.523.967	147.523.967
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.032.532.756	1.069.120.909	2.101.653.665	1.048.094.978	1.072.339.761	2.120.434.739

Nota 36 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, destacamos, a seguir, o resultado recorrente e não recorrente, líquido dos efeitos fiscais:

Evento	Individual	Consolidado
	2025	2025
	1º semestre	1º semestre
Lucro líquido contábil (a)	8.718.664	9.783.752
Eventos não recorrentes (b)	1.647.386	1.647.386
PDV 2024 (1)	(92.862)	(92.862)
Avaliação atuarial REG/REPLAN (2)	900.784	900.784
Ganho na alienação – CAIXA Seguridade (3)	839.464	839.464
Despesas impactadas pelos eventos (c) (4)	(840.628)	(801.708)
Resultado não recorrente (d = b + c)	806.758	845.678
Resultado recorrente regulatório (e = a - d)	7.911.906	8.938.074

• 1º semestre de 2025

- (1) Indenização de benefício futuro com auxílio alimentação para aposentados que aderiram ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV) 2024;
- (2) Avaliação atuarial extraordinária do REG/REPLAN por alterações regulamentares aprovadas pelos órgãos competentes;
- (3) Relativo à alienação de 82.380.893 ações ordinárias, de emissão da CAIXA Seguridade Participações S.A., por meio de oferta pública secundária; e
- (4) Despesas impactadas pelos eventos incluem efeitos tributários, de despesas de PLR e de IHCD sobre os itens não recorrentes.

Nota 37 – Outras informações

(a) Ativos de fundos de investimento administrados pela CAIXA

Descrição (1)	30/06/2025
Fundos de investimento financeiro	512.095.170
Fundos de investimento em cotas – FIC (2)	342.097.589
Fundos de ações	18.044.951
Total	872.237.710

(1) A informação apresentada não é auditada pela auditoria independente.

(2) Inclui fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking ANBIMA.

Nota 38 – Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes no período.

Henriete Alexandra Sartori Bernabé
Presidente em exercício

Adriano Assis Matias
Vice-presidente

Ânderson Aorivan da Cunha Possa
Vice-presidente

Francisco Egidio Pelúcio Martins
Vice-presidente

Jardel Luis Carpes
Vice-presidente em exercício

Jose Marcos de Carvalho Araujo
Vice-presidente

Lúcio Camilo Oliva Pereira
Vice-presidente

Luiz Felipe Figueiredo de Andrade
Vice-presidente em exercício

Paulo Rodrigo de Lemos Lopes
Vice-presidente

Roberto Carlos Ceratto
Vice-presidente em exercício

Tarso Duarte de Tassis
Vice-presidente

Juliana Grigol Fonsechi
Diretora de Contadoria e Controladoria

Ana Paula Fernandes de Rezende Soares
Superintendente Nacional
Contadora CRC/DF 021323

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

1 Introdução

O Comitê de Auditoria da CAIXA Econômica Federal (COAUD ou Comitê), órgão estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração (CA), exerce suas funções de forma unificada para a Instituição Financeira Caixa Econômica Federal (CAIXA) e para as subsidiárias que adotam o regime de COAUD único: (i) CAIXA Loterias S.A. e (ii) CAIXA Asset. O Comitê atua de forma permanente, com autonomia e independência, como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas. Suas competências estão definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto nº 8.945/2016, pela Resolução Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910/2021, pelo Estatuto Social da CAIXA e por seu próprio Regimento Interno, disponível no site https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Regimento_Comite_Auditoria.pdf.

O Comitê é composto por quatro participantes independentes, nomeados pelo Conselho de Administração (CA), com mandatos de 2 anos, permitida uma recondução.

O COAUD tem como principais atribuições acompanhar e avaliar: (i) a qualidade, transparência e integridade das Demonstrações Contábeis; (ii) a independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna; (iii) o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes, auditores internos, órgão regulador e demais órgãos de controle; (iv) a efetividade dos controles internos para a mitigação dos riscos relevantes a eles associados; (v) os procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e regulamentares; (vi) a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos por parte da administração.

2 Responsabilidades

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em processos e controles capazes de garantir sua qualidade e integridade. A Administração também é responsável por gerir os riscos, manter o sistema de controles internos efetivo e zelar

pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares, bem como atender às recomendações dos órgãos de supervisão, de auditoria e de controle.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da CAIXA, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao CA, inclui, entre seus trabalhos regulares, a verificação da qualidade e a aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e o cumprimento de políticas e normativos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações contábeis. A Auditoria interna atua como terceira linha de defesa.

O controle interno e a função *compliance* atuam de forma continuada para monitoramento da efetividade dos controles internos, para a mitigação dos riscos relevantes e para avaliação do cumprimento das normas legais e regulamentares e das políticas e normativos internos, atuando como segunda linha de defesa.

O Comitê Independente de Riscos e Capital (CORIS) assessora o CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, bem como opina sobre matérias submetidas ao Conselho, em seu âmbito de atuação, de acordo com as atribuições das Resoluções CMN nº 4.557/2017 e 4.926/2021.

O assessoramento desempenhado pelo COAUD baseia-se, principalmente: (i) nas informações recebidas da Administração, em apresentações realizadas pelas unidades negociais e funcionais, em especial, pelas áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis, gerenciamento de riscos, corregedoria, ouvidoria, integridade, controles internos e conformidade; (ii) no resultado dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna; (iii) nas análises decorrentes da atuação direta de supervisão e monitoramento do Comitê.

3 Atividades do período

O Regimento Interno prevê que o Comitê se reúna, ordinariamente, no mínimo, 4 vezes por mês, conforme calendário anual aprovado e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente.

Em cumprimento ao Plano Anual de Trabalho de 2025, em andamento, e considerando as responsabilidade e atribuições do Comitê, foram examinados e avaliados assuntos relacionados a contabilidade e tributos, controladoria, resultado atuarial, controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos, integridade, ouvidoria, canal de denúncias, corregedoria, Tecnologia da Informação (TI), entre outros.

Conforme previsto no Art. 66, §1º, do Estatuto da CAIXA, o presidente, como membro do Conselho de Administração, participou também das reuniões do CA da CAIXA, apresentando os posicionamentos e recomendações do Comitê em matérias que lhe são correlatas.

4 Destaques

Durante o primeiro semestre de 2025, o Comitê apreciou 138 matérias, sendo 22 para emissão de parecer enviados ao Conselho de Administração para deliberação e 116, para conhecimento.

Entre os assuntos apresentados destacam-se os seguintes: (i) adequação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas; (ii) adequação das demonstrações contábeis em *International Financial Reporting Standards (IFRS)*; (iii) monitoramento dos ofícios recebidos dos órgãos reguladores, assim como o acompanhamento dos planos de ação para atender às respectivas demandas; (iv) provisões para devedores duvidosos, perdas operacionais e contingências judiciais; (v) gestão de riscos; (vi) conhecimento do Relatório Circunstanciado sobre o Sistema de Controles Internos (RCCI) da CAIXA; (vii) Segurança Cibernética; (viii) acompanhamento das temáticas relacionadas ao ecossistema Integridade, que inclui temas afetos à área de atuação da Corregedoria, da Ouvidoria e da área de controles internos, bem como o tratamento de denúncias vindas do canal de denúncias; (ix) monitoramento das políticas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP); (x) regras gerais da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT); (xi) acompanhamento do Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966, de 2021, que trata de instrumentos financeiros; (xii) acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito do Sistema de Controles Internos CAIXA.

O Comitê de Auditoria avaliou e monitorou, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das Transações com Partes Relacionadas, verificando a conformidade aos princípios e diretrizes estabelecidos, na forma definida pelo Conselho de Administração.

O COAUD também se dedicou ao acompanhamento da evolução do ambiente de controle da Fundação dos Economizários Federais (Funcfe), aos temas de ambiência tecnológica e de Compras e Contratações na CAIXA, entre outros.

4.1 Demonstrações Contábeis

4.1.1 CAIXA

O Comitê revisou as Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, para o semestre findo em 30 de junho de 2025, o Relatório da Administração e a minuta do Relatório dos Auditores Independentes. Adicionalmente, examinou as demonstrações contábeis intermediárias em *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

Durante o primeiro semestre de 2025 e até a data de emissão deste relatório, o Comitê reuniu-se com os auditores independentes e responsáveis pela elaboração dessas demonstrações para discussão de práticas e temas contábeis relevantes.

E, tomou conhecimento da proposta da Reprogramação Orçamentária CAIXA para 2025 e da Revisão Semestral do Estudo do Crédito Tributário.

4.1.2 Subsidiárias

CAIXA LOTERIAS

O Comitê realizou cinco reuniões com a Caixa Loterias no primeiro semestre de 2025, nas quais opinou sobre proposições referente as Demonstrações Contábeis Intermediárias da CAIXA Loterias, entre outros assuntos.

Opinou sobre as proposições da Programação Orçamentária e do Plano de Dispêndios Globais da companhia para o ano de 2026.

CAIXA ASSET

O Comitê examinou as Demonstrações Contábeis da CAIXA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (CAIXA ASSET) e o Relatório da Administração, relativas ao 1º semestre de 2025, com deliberação favorável à aprovação das referidas demonstrações.

Opinou sobre as proposições da Programação Orçamentária e do Plano de Dispendios Globais da companhia para o ano de 2026, entre outras matérias.

4.2 Auditorias

4.2.1 Auditoria Independente

O Comitê avalia anualmente a objetividade e a independência dos auditores independentes, a qualidade e a efetividade dos trabalhos realizados e seu relacionamento com o Comitê. Referente às Demonstrações Contábeis, foram ouvidos previamente às publicações do semestre.

4.2.2 Auditoria Interna

No período, o COAUD aprovou a proposta do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) 2024. Também acompanhou o cumprimento das deliberações do Conselho de Administração e a atuação da Auditoria Interna no processo de conciliação contábil.

Foram apreciados ainda os relatórios síntese e o resultado de trabalho de auditoria na Funcef.

4.3 Controles

4.3.1 Controles internos

O Comitê realizou reuniões com a Diretoria Executiva de Controle Interno e Integridade com o objetivo de acompanhar as avaliações, recomendações e ações realizadas, para assegurar a qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição, além de monitorar os processos de verificação do cumprimento, pela Administração, dos dispositivos legais e regulamentares e das normas internas, assim como a evolução da implementação da cultura de risco e do Programa de Integridade da CAIXA.

4.3.2 Órgãos Reguladores e de Controle

O COAUD tomou conhecimento do resultado das inspeções dos órgãos reguladores e de controle, bem como das respectivas providências adotadas pela Administração para seu atendimento, interagindo com a Auditoria Interna e com a área de Controles Internos.

A propósito do relacionamento do COAUD com o Regulador, pode-se destacar, além das ações de acompanhamento, a realização de reuniões para discussão de temas considerados relevantes pelo Banco Central.

Referente aos assuntos de Controle Externo, o Comitê tomou conhecimento dos temas relacionados à Caixa, acompanhados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria Geral da União (CGU).

4.4 Conformidade

Os aspectos de conformidade são observados e acompanhados pelo COAUD nos diversos assuntos abordados nas reuniões. Não obstante o acompanhamento geral, pode-se destacar como ação específica em relação ao *compliance*, o monitoramento das ações apresentadas no Relatório de *Compliance* CAIXA, de forma a assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições quanto à Política de Conformidade, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.595, de 2017.

4.5 Gerenciamento de Riscos

De forma análoga ao acompanhamento da função conformidade, os aspectos relativos ao gerenciamento de risco da CAIXA são examinados e acompanhados ao longo da execução do Plano de Trabalho do COAUD, mediante identificação dos fatores de risco inerentes a cada tema discutido no âmbito do Comitê. Não obstante o acompanhamento geral, o Comitê aloca tempo específico aos temas que, em função da relevância ou complexidade, demandam exame mais apurado.

4.6 Integridade

Em atenção ao Código de Ética, Conduta e Integridade da CAIXA, à Política de Controle Interno, Compliance e Integridade da instituição e ao compromisso com a prevenção e o combate à corrupção e demais ilícitos previstos em lei, o COAUD acompanhou diversas ações no âmbito do Programa de Integridade CAIXA, que inclui assuntos relacionados à Ouvidoria, à Corregedoria, às Linhas de Defesa, à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP).

4.7 Outros Temas

Em complemento, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê esteve envolvido no acompanhamento, junto às vice-presidências responsáveis, de assuntos atinentes às carteiras de créditos, tecnologia da informação, compras e contratações, provisões judiciais, prevenção de fraudes, entre outros temas.

5 Conclusão

O Comitê de Auditoria, em razão das atividades desenvolvidas no período e ponderadas devidamente suas atribuições, responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, considerando a necessidade de melhorias da estrutura de tecnologia da instituição e dos respectivos controles, concluiu que:

- i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam crescente nível de melhoria;
- ii) a auditoria interna mostra-se efetiva, atuando com adequada independência e objetividade;
- iii) a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua independência;
- iv) todos os assuntos pertinentes que chegaram ao seu conhecimento estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração e da minuta do Relatório dos Auditores Independentes, emitida sem ressalva, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração da CAIXA.

Brasília, 11 de setembro de 2025.

BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA

JOSE ANTONIO MENDES FERNANDES

SÍLVIA MARQUES DE BRITO E SILVA

JOSÉ LUIZ TREVISAN RIBEIRO
Presidente

Parecer nº 108/2025 – Ata nº 893, de 16/09/2025

Assunto: Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas; a Revisão Semestral do Estudo do Crédito Tributário; e o acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA, referente ao 1º semestre de 2025.

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto nos incisos II e III do Artigo 60, do Estatuto Social da CAIXA, **examinou: 1)** as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da CAIXA; **2)** o Estudo do Crédito Tributário; e **3)** o acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA, referentes ao 1º semestre de 2025, aprovados pela Resolução do Conselho de Administração nº 1761/2025, de 16/09/2026, e considerando o Parecer do Comitê de Auditoria nº 161/2025, de 11/09/2025, a manifestação da empresa de auditoria independente, KPMG Auditores Independentes, bem como os subsídios e esclarecimentos obtidos durante a reunião, e **opinou favoravelmente, por unanimidade**, sobre a aprovação da matéria.

Brasília, 16 de setembro de 2025.

CAROLINA YUMI DE SOUZA
Conselheira Titular

WAGNER PRIMO FIGUEIREDO NETO
Conselheiro Titular

MARCELO PEREIRA DE AMORIM
Presidente

Parecer do Conselho de Administração

Parecer nº 024 – Ata nº 936, de 16/09/2025

Assunto: Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas; a Revisão Semestral do Estudo do Crédito Tributário; e o acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA, referente ao 1º semestre de 2025.

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 40, inciso XXXI, alínea “d”, do Estatuto Social da CAIXA, considerando a manifestação da KPMG Auditores Independentes e o Parecer do Comitê de Auditoria nº 161, de 16/09/2025, **aprovou: 1)** as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, referentes ao 1º semestre de 2025, registradas na Resolução nº 1761, de 16/09/2025, deste Colegiado; **2)** a revisão semestral do Estudo do Crédito Tributário, referente ao 1º semestre de 2025; e **3)** o acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA, referente ao 1º semestre de 2025.

Brasília, 16 de setembro de 2025.

CARLOS ANTÔNIO VIEIRA
FERNANDES

FABIANA UEHARA PROSCHOLDT

FRANCISCO PETROS OLIVEIRA
LIMA PAPATHANASIADIS

ISADORA MARIA BELEM ROCHA
CARTAXO ARRUDA

JOSE LUIZ TREVISAN RIBEIRO

RAQUEL NADAL CESAR GONCALVES
Presidente

Relatório do Auditor Independente

KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao

Acionista, ao Conselho de Administração e aos Administradores da Caixa

Econômica Federal - CAIXA

Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Caixa Econômica Federal (“CAIXA”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA, em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BCB”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à CAIXA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas,

de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e outros ativos com características de concessão de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2 (d), 3 (p), (s), (t) e 8.4 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA registrou em 30 de junho de 2025 R\$ 54.892.587 mil (individual e consolidado) de provisão para perdas esperadas associadas com operações de crédito e outros ativos com características de concessão.

A CAIXA classifica os instrumentos financeiros em estágios baseado na qualidade de crédito, cenários macroeconômicos e prazo de inadimplência onde é avaliada a deterioração do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A realocação ocorre quando fica evidenciado que a qualidade de crédito de um instrumento financeiro foi alterada significativamente desde o reconhecimento inicial (Estágio 2) ou quando são classificados como ativos problemáticos (Estágio 3), para as demais operações a perda esperada é calculada para os próximos 12 meses (Estágio 1). A perda esperada é calculada em grupos homogêneos que possuem características semelhantes que permitem a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva. A avaliação da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e outros créditos com características de concessão é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizada uma combinação de três parâmetros: (i) probabilidade de descumprimento (Probability of Default – PD); (ii) perda dado o descumprimento (Loss Given Default – LGD); e (iii) exposição no momento de descumprimento (Exposure at Default – EAD); Ademais, a CAIXA utiliza pontualmente de análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em operações do atacado, as premissas utilizadas envolvem indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

Devido a relevância e complexidade da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e outros ativos com características de concessão, principalmente como resultado das incertezas relacionadas às premissas e métodos utilizados no cálculo dos parâmetros mencionados acima, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chaves relacionados aos processos de: (i) Aprovação dos modelos utilizados no cálculo da provisão para perdas esperadas; (ii) marcação de operações como ativos problemáticos; e (iii) aprovação do cálculo e análise de perda esperada sobre operações analisadas individualmente;
- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimentos especializados em risco de crédito realizamos: (i) avaliação qualitativa das metodologias de perda esperada através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos da Resolução CMN 4.966/21; (ii) recálculo independente das PDs, LGDs, EAD e cenários macroeconômicos ponderados, incluindo a aplicação dos percentuais mínimos definidos pela Res. BCB 352/23 e alocação por estágios; e

- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideramos todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo de provisão para perdas esperadas com operações de crédito e outros ativos com características de concessão de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Reconhecimento e mensuração dos passivos contingentes e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (k) e 16 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA é parte demandada em processos judiciais e administrativos de natureza tributária (fiscal), cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios, com as respectivas provisões registradas no montante de R\$ 10.100.890 mil (individual e consolidado).

Parte dessas provisões foram constituídas considerando: (i) a análise individualizada realizada por advogados internos da CAIXA para as ações relevantes, baseada na repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor, ponderada pela situação do expediente e jurisprudência predominante em causas similares, para determinar a probabilidade de perda e valor estimado de condenação; ou (ii) modelo estatístico para os processos massificados que consistem na mensuração da probabilidade e do impacto do resultado desfavorável à CAIXA.

Devido à relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos na determinação da probabilidade de perda e valor estimado de desembolso, consideramos que este é assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e da efetividade de certos controles internos relacionados à: (i) avaliação sobre os modelos massificados utilizados na mensuração da provisão para passivos contingentes; (ii) revisão da estimativa da probabilidade de perda e do valor atribuído às ações relevantes analisadas de forma individualizada pelos advogados internos da CAIXA; e (iii) análise retrospectiva da suficiência de provisão pela CAIXA;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos profissionais com conhecimentos em estatística, da metodologia massificada utilizada na mensuração e recálculo da referida provisão de acordo com os critérios estabelecidos;
- Para as ações relevantes (análise individualizada), avaliação, por meio de amostragem estatística e seleção de itens específicos, dos estudos técnicos preparados pelos consultores jurídicos internos da CAIXA, com a fundamentação para definição da probabilidade de perda e valor estimado de condenação dos processos, e avaliação da consistência das informações dos estudos técnicos por meio de consultas nos sites dos tribunais. Para uma seleção específica, envolvemos nossos especialistas jurídicos que nos auxiliaram na avaliação dos méritos técnicos e da documentação suporte para definição da probabilidade e estimativa de perda;
- Avaliação, da suficiência de provisão para as ações cíveis e trabalhistas, através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão, intensificando as análises em relação ao entendimento de casos individualmente relevantes que tenham divergido em relação ao valor provisionado; e
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente relacionadas aos critérios de determinação da probabilidade de perda e valor estimado de condenação das ações relevantes analisadas individualmente, e do método estatístico massificado utilizado na mensuração das provisões relacionadas as ações trabalhistas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Mensuração das provisões dos benefícios pós-emprego

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (m) e 18 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA registrou em 30 de junho de 2025 Provisões dos Benefícios Pós-Emprego nos valores de R\$ 25.795.531 mil no individual e R\$ 25.799.880 mil no consolidado. A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas, sendo que parte relevante destes planos são classificados como planos de benefícios definidos, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e a mensuração desses passivos requer a utilização de técnicas atuariais e julgamento na definição de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade.

Devido à complexidade e julgamento na mensuração dos passivos atuariais e ao impacto relevante que eventuais mudanças nas referidas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave relacionados à definição e aprovação das premissas utilizadas para mensuração dos passivos atuariais;
- Análise, com auxílio de nossos especialistas atuariais, da razoabilidade e sensibilidade das premissas, que incluem taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade, utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios relevantes. Adicionalmente, analisamos por meio de amostragem, se as informações relevantes cadastradas na base de dados utilizada pelos atuários externos no cálculo das provisões dos benefícios pós-emprego estavam completas e precisas;
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos passivos atuariais no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (u) e 10 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA registrou créditos tributários no valor de R\$ 67.656.527 no individual e R\$ 67.656.808 no consolidado, referente a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela CAIXA. Os créditos tributários originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição enquanto a realização dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis. A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de lucros tributários futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração da CAIXA.

Devido ao alto grau de julgamento necessário na avaliação das premissas relevantes que são consideradas na projeção de lucros tributáveis futuros, e ao impacto relevante que eventuais mudanças nessas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave referentes a elaboração e aprovação do estudo de realização dos créditos tributários preparados pela CAIXA, de acordo com as projeções de lucros tributáveis futuros;

- Com auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas: (i) avaliamos as premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela CAIXA considerando se estão consistentes com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas, e se são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (ii) Recalculamos os valores incluído no estudo técnico de realização dos créditos tributários;
- Envolvimento dos nossos especialistas em impostos para revisão da base de constituição dos créditos tributários; e
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos de créditos tributários registrados, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Mensuração das provisões para créditos junto ao Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS

Conforme descrito na nota explicativa nº 8.5 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) no montante de R\$ 33.147.132 mil (individual e consolidado), e provisão FCVS no montante de R\$ 13.613.119 mil (individual e consolidado).

A realização dos créditos cobertos pelo FCVS depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação específica e segue um processo de novação (emissão de títulos por parte da União). A metodologia para o cálculo da provisão dos contratos a serem ressarcidos pelo FCVS visa capturar a possibilidade de eventuais sinistros para as operações, independentemente da sua fase no processo de novação (Habilitado, Não Habilitado, Habilitado e não homologado, Homologado com recursos, Homologado sem recursos e Negativa de cobertura), devido a insuficiência de documentação comprobatória, conforme requerido pelas regras em vigor. Adicionalmente os contratos do FCVS homologados e com impedimentos financeiros, em razão de dívidas com o FGTS, estão sujeitos ao risco de crédito, caracterizados como ativos problemáticos.

Devido ao alto grau de julgamento para determinação do método e das premissas utilizadas para mensuração destas provisões, consideramos este assunto como um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave relacionados à revisão e aprovação da metodologia de cálculo da provisão para créditos junto ao FCVS (risco operacional e risco de crédito), processamento e contabilização das provisões;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos profissionais com conhecimento em estatística, dos métodos e premissas através de: (i) análise se a metodologia permite capturar a possibilidade de sinistro para as operações cobertas pelo FCVS para todas as fases do processo de novação; e (ii) teste sobre a precisão matemática dos cálculos efetuados para determinar a provisão operacional e para créditos junto ao FCVS;
- Identificação das operações com risco de crédito com a respectiva avaliação da mensuração do valor da provisão de perda esperada, assim como a consistência dos valores alocados por estágio;
- Avaliação, por meio de amostragem, da documentação suporte para classificação da situação operacional dos créditos junto ao FCVS, bem como confronto dos saldos contábeis; e
- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo das provisões para crédito junto ao FCVS no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Ambiente de Tecnologia da Informação

O ambiente de tecnologia da CAIXA possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a CAIXA fornece acesso a sistemas e aplicações para seus funcionários, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional.

Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e pelos profissionais apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Devido a elevada dependência da CAIXA de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudança nos seus sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação (i) testamos o desenho e a efetividade, bem como controles compensatórios de certos controles internos chave de acesso a sistemas e aplicações, tais como: autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos; e (ii) nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles internos sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da CAIXA, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

Essas demonstrações contábeis consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2025, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que até a presente data não foram elaboradas e divulgadas pela CAIXA.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da CAIXA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CAIXA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a CAIXA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CAIXA e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CAIXA e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CAIXA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de



- auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CAIXA a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 16 de setembro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2